



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

36ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Brasília/DF.
08 de Dezembro de 2016.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. SERGIO GONÇALVES (Diretor do DRH/SRHU) –** Bom dia a todas e a
2 todos. Vamos iniciar os trabalhos, reiniciar os trabalhos do Conselho nessa
3 manhã. E eu peço um pouco de atenção que eu vou ter que fazer um comunicado
4 aqui, por favor. Nós recebemos agora uma mensagem do secretário Jair, todos já
5 devem ter percebido, ele já está um pouco debilitado, ontem ele veio, passou o fim
6 de semana no hospital, veio ontem, e hoje ele teve que voltar ao hospital pela
7 manhã porque ele não conseguiu se locomover, acho que talvez o dia de ontem
8 mais intenso fez com que tivesse que voltar para o hospital e ele está
9 impossibilitado de dirigir a reunião no dia de hoje. Com isso eu estou aqui, eu vou
10 ler aqui o Decreto, o Decreto 4413/2003, o Decreto de regulamentação da lei 9433
11 onde no seu art. 2º, § 6º diz: o titular da Secretaria de Recursos Hídricos do
12 Ministério do Meio Ambiente será o Secretário-Executivo do Conselho Nacional de
13 Recursos Hídricos. E no seu art. 7º: o presidente do Conselho Nacional de
14 Recursos Hídricos será substituído, na sua falta e impedimento, perdão. O
15 presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que seria o caso o
16 Ministro, será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Secretário-
17 Executivo do Conselho, que é o secretário de recursos hídricos. E na ausência
18 desse, pelo Conselheiro mais antigo no âmbito do colegiado, dentre os
19 representantes de que tratam os incisos I, II, III e IV, do caput desse artigo. Então,
20 eu acredito, salvo melhor juízo, o Conselheiro Júlio Thadeu é o Conselheiro mais
21 antigo no Plenário. De Conselho. Então, eu convido o Conselheiro Júlio Thadeu
22 Kettelhut para assumir a presidência dos trabalhos.

23
24
25 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) –** Bom dia a
26 todos e a todas. Enfim, a eventualidade, eu estou assumindo aqui a presidência
27 dessa sessão, esperando que talvez o secretário, dependendo das condições que
28 ele se encontra aí de saúde, se ele puder retomar, quando ele puder retomar nós
29 trocamos outra vez, mas nós temos que dar andamento à sessão, senão nós não
30 vamos cumprir o que está previsto aqui dentro da pauta da reunião. Dito isso,
31 vamos partir, ontem nós terminamos no item 3.6, que foi votado. E 3.6 da pauta
32 anterior porque depois houve essa reformulação que entrou regime de urgência,
33 alterou a pauta, mas só para que nós ainda tenhamos o indicativo para não ficar
34 perdido nós vamos passar para o próximo item que naquele documento que os
35 senhores receberam por e-mail é o 3.7. É o 6? Que é, que seria, que aprova os
36 critérios para estabelecimento de acumulações, derivações, captações e
37 lançamentos de pouca expressão considerados insignificantes para isenção da
38 obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos aos corpos de
39 água de domínio da União, da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, matéria
40 encaminhada pela Câmara Técnica de Integração Procedimentos Ações e
41 Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. O Comitê, então, da Bacia do
42 Paranaíba vai fazer uma explanação. Eu peço, para nós tentarmos agilizar os
43 trabalhos de hoje, ver se nós conseguimos encerrar mais cedo, umas 18:00, nós
44 nos temos os prazos estipulados. Então, 3 minutos para cada fala que houver

e para essas apresentações seriam, no caso, 10 minutos. Então, o Comitê tem 10 minutos, se quiser usar os 10.

O SR. BENTO GODOY (Presidente do CBH Paranaíba) - Bom dia a todos. Não vou usar os meus 10 minutos, vai ser rápido. A deliberação do Comitê vai seguir a Instrução Normativa da ANA sobre o uso significativo. Então, não tem muito que falar, ela segue idêntica a Resolução da ANA. E essa que foi repassada para o Conselho deliberar.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Algum comentário de algum Conselheiro sobre o tema? Não havendo comentários eu vou colocar em votação. Quem concorda com essa Resolução, por favor, se manifeste erguendo... Eu quero... Eu quero dizer que depois eu explico. Quem não concorda, por favor? Não concorda. Abstenções? Duas abstenções. Eu quero dizer que pelo Regimento eu tenho, eu como além de presidir, mas eu tenho que votar, ainda se tiver voto de minerva teria voto de minerva, eu espero que não tenha voto de minerva nunca. Mas, aí todo mundo vai saber o meu voto, não tem como esconder o voto. Muito bem, então, consideramos aprovada essa Resolução. Agora a proposta de Resolução 3.7 que aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para exercício 2017. Matéria encaminhada pela CTIL, em atendimento, então, aqui encaminhamento à lei 9433, art. 46 inciso V e Regimento Interno do Conselho, no seu art. 43 inciso III: a Secretaria-Executiva do Colegiado elaborou um programa de trabalho respectivo à proposta orçamentária anual para 2016. Você quer apresentar? Era para eu apresentar, mas eu vou passar a palavra para Roseli que trabalha conosco, com a Secretaria-Executiva, ela vai fazer uma apresentação rápida sobre a proposta que foi aprovada pela CTIL. Talvez possa entrar direto no que interessa, na tabelinha.

A SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva CNRH) – Bom dia a todos. Então, de acordo com o nosso Regimento Interno e até com a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Secretaria-Executiva é obrigada a fazer o seu programa de trabalho e uma proposta orçamentária a ser submetida à Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, nós fizemos essa proposta que levou em consideração as reuniões que nós estamos prevendo para 2017, e também, principalmente em relação ao custeio da sociedade civil, que nós temos aí toda a obrigação de fazer esse custeio. Também levando em consideração a questão das restrições orçamentárias. Então, as atividades prevista para 2017, basicamente são aquelas que são das reuniões obrigatórias do Conselho, reuniões ordinárias que nós temos a obrigação de fazer, além das extraordinárias, sempre que necessário nós vamos realizar, nós estamos prevendo para o ano de 2017 pelo menos uma reunião extraordinária. Apoiar as reuniões das Câmaras

90 Técnicas, estamos prevendo aí no mínimo 30 reuniões de Câmaras Técnicas,
91 reuniões de Grupos de Trabalho, nós temos hoje ativos dois Grupos de Trabalho.
92 Então, estamos prevendo pelo menos umas 10 reuniões. Também estão previstas
93 duas reuniões com o Presidente de Câmaras Técnicas para nós afinarmos as
94 discussões das matérias que estão em discussão nas Câmaras Técnicas. E
95 também estamos prevendo o apoio à realização de oficina de uso racional e reuso
96 de água e uso doméstico, já está na nossa programação esse apoio. Um
97 seminário de avanço no conhecimento das águas subterrâneas, que vai estar
98 atrelado a uma consultoria que nós já estamos em andamento, junto ou inteiradas,
99 e apoiar a realização do 5º Encontro Formativo Nacional e Integral de Educação
100 Ambiental para a Gestão das Águas. Esse encontro nós já estamos consolidado
101 dentro da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Então, a cada 2 anos nós
102 realizamos esse apoio para que o evento ocorra. E, além disso, nós também
103 estamos programando aí a organização do conteúdo, em mídia digital, do nosso
104 conjunto de normas, como vocês sabem está um pouco defasado então, temos
105 que dar uma revisada nele. Além disso, nós vamos executando aquelas
106 atribuições que estão previstas no Regimento Interno do Conselho. Com base
107 nisso nós previmos aí um custo em relação a diárias e passagens de R\$
108 250.000,00, é claro que nós não sabemos como que vai ser porque vocês estão
109 acompanhando que as passagens têm subido. Então, isso depende um pouco.
110 Nós até pedimos a compreensão da sociedade civil quando nós pedimos agilidade
111 em entender as nossas demandas de confirmar a presença e o itinerário porque,
112 às vezes, nós temos que comprar com antecedência para garantir um preço
113 razoável. Tem também a questão da sonorização, gravação e diagramação do
114 desse projeto grande que nós estamos prevendo. E nós colocamos até por
115 sugestão da sociedade civil essa questão das contingências para qualquer evento
116 que nós tenhamos que acompanhar ou auxiliar. Então, o valor total ficou em R\$
117 390.000,00 para que nós consigamos atender o ano de 2017. Claro que irá
118 depender de outra necessidade, nós podemos contar com o apoio de outros
119 órgãos, mas a previsão nossa para 2017 é essa. Então, Resolução basicamente é
120 isso, é a aprovar esse programa de trabalho que é uma determinação legal que
121 nós temos que estar todo ano aprovando aqui no Conselho.

122
123
124 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA)** – Algum
125 comentário? Patrícia e depois o Ivo.

126
127
128 **A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (FIEMG)** – Bom, eu
129 me sinto absolutamente desconfortável em dizer que o Conselho com essa
130 dimensão, com essa pauta, foi destinada a ele R\$ 400.000,00. Não sei nem o que
131 nós podemos fazer diante disso. Sem falar que mais uma vez o presidente do
132 Conselho não abriu o Conselho. Isso já é normal. Nenhuma reunião do Conama é
133 aberta sem o presidente do Conama estar presente. Todas as reuniões do
134 Conselho, de menos de 6, contando com a última, foram abertas pelo Conselho.

Isso desde que o Conselho existe, não é de 2 anos, da última década não. É desde que o Conselho existe. Enfim, eu não sei se nós podemos não aprovar e o que isso significa. Mas que não tem nenhum conforto nisso, não sei nem se nós temos que discutir o que é isso. O que a Secretaria-Executiva de fato, qual o papel da Agência Nacional de Águas nisso, porque com um orçamento muito maior, enfim, eu fico absolutamente desconfortável em dizer e levantar um crachá confirmando que uma Secretaria-Executiva de um Conselho desse porte tenha R\$ 400.000,00 por ano. Só a pauta aprovada ontem de que vocês terão que desenvolver, vai comer isso tudo. Então, eu gostaria, inclusive de saber se é possível, qual é o orçamento do Conama, por exemplo. Já que a água é tão importante, é uma coisa importante, todo mundo vem aqui e fala que é importante, que é a coisa mais importante. Então, vamos comparar qual é o orçamento do Conama em relação ao orçamento do CNRH, é uma boa comparação até para saber se eu não estou falando bobagem.

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) – Dá para botar ali no art. 43/44, é o anexo orçamentário, diz que o que está previsto no art. 43, 44, alguma coisa assim, só para me referir para entender o que é. o que são isso? Primeiro a minha pergunta para depois eu fazer a proposta.

A SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva CNRH) – Na verdade é tudo que nós fazemos aqui, apoiar o que vocês pedem, é a nossa execução administrativa de emitir passagem, de fazer todo esse trâmite junto a vocês. Quando vocês encaminham alguma demanda, de responder, mais nesse sentido a parte administrativa mesmo.

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) – Então, eu queria ver exatamente perguntando, elucidando isso, eu até concordo um pouco com a Patrícia aí que o nosso orçamento é pequeno, para toda a dimensão e a importância, mas nós jogando confete em nós mesmos, mas uma coisa que eu gostaria de propor e ver se é possível, já que aconteceu nessa última revisão do Plano Nacional não houve aquelas interiorizações, vamos falar dessa forma, aquelas consultas regionais, qual seria a possibilidade já que agora, vamos dizer assim, o plano está em uma fase muito mais de proposição de fazer e acontecer, de estar no campo fazendo acontecer, qual seria a possibilidade de nós termos uma ação do Conselho, não sei se é bem o Conselho que deveria fazer isso, mas como, vamos dizer, proponente do plano eu acho que sim, de que nós pudéssemos ter essa oportunidade nas 12 regiões hidrográficas de ter uma oficina, um seminário, ou algo assim, com isso que nós aprovamos ontem, com a nova Resolução de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, e lá oferecer, discutir e dizer o que está acontecendo, para nós também termos um pouco, porque às vezes é um pouco difícil para nós que está lá no fim do Brasil, ou no começo, não sei como

nós enquadrámos isso, mas, às vezes, é um pouco difícil explicar o que nós fazemos aqui em Brasília, e talvez ajudasse um pouco para nós termos um pouco mais de argumento e dizer assim: olha, realmente é importante nós tratarmos de recursos hídricos, de gestão de recursos hídricos e vocês, os técnicos que trabalham com a agenda do plano, poderem ir e participar de algum tipo de evento que nós com certeza vamos ajudar a colaborar e contribuir nesse processo. Eu não sei se é o caso de votar como uma rubrica do orçamento, alguma coisa assim, mas essa é a sugestão que nós estamos trazendo aqui para este Conselho.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –

Bom dia a todos. Eu vejo como muito importante essa proposta de a Plenária poder se posicionar com relação a isso. Nós fizemos uma vigorosa intervenção no ano passado no sentido de otimizar a ação da Plenária e da Secretaria, mas eu vejo que a conjuntura hoje aponta algumas outras coisas que precisavam ser observadas nesse nosso planejamento. O primeiro é o seguinte, nós temos aí em pesquisa relacionada à eficácia e eficiência, ou expectativa do Conselho. Eu não sei se vocês sabem disso, que foi solicitado, foi informado para nós, uma espécie de diagnóstico. E eu recebi um e-mail falando de uma iniciativa da Secretaria, de uma pesquisa sobre, não é Roseli? Você diz que tem informação sobre isso. Sobre um estudo que está sendo feito sobre o Conselho, que vai fazer uma pesquisa ou coisa assim.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Não é a apresentação do Tarcísio?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –

Essa pesquisa, em meu modo de entender, ela sugere desdobramentos, não vejo que ela seja um fim em si mesma, até porque é preciso que o Conselho se atualize sobre novos pressupostos e novos aspectos conjunturais da política de água que sugerem uma mudança de melhoria, de otimização do processo. Também isso aí eu acho que vai gerar uma demanda. A outra coisa que eu acho importante é que a fala de ontem do presidente do ANA, mais a fala de outra pessoa aqui, mostrou muito bem isso. Nós não podemos fazer uma disputa de assessoria jurídica dentro do Ministério do Meio Ambiente. E aí eu acho muito fora de propósito eu admitir, eu a priori julgar qual é a assessoria jurídica mais importante, se é a Conjur, se é da ANA, se é não sei onde. Isso não existe, a lei é uma só para todo mundo. Eu sinto que a Secretaria de Recursos Hídricos, assim como nós em outros Conselhos nos Estados estamos tendo esse problema, a Secretaria tem a sua assessoria jurídica, mas os Conselhos não tem. Então, muitos problemas que nós enfrentamos poderiam ter um encaminhamento antes de chegar na Conjur fundado em uma leitura correta, porque tudo dentro Estado tem que ser na base do direito. Não posso ficar inventando coisas. Então, a

Assessoria Jurídica é fundamental para o Conselho. Não é a Conjur, em uma circunstância maior a Conjur já tem uma coisa pronta e elaborada. Então, eu penso que deveria colocar aí um custeio para esse tipo de atividade. A outra coisa que eu estou propondo é o seguinte, nós estamos já nas articulações e que nós vemos acontecer muito a preparação para o Fórum Mundial da Água. De forma tímida ou não, não existe nenhum tipo de orientação, pelo que eu saiba, assim de que o Fórum Mundial da Água vai receber todo o apoio do Governo, muito embora o Governo do Distrito Federal já tenha muito claro isso, mas no federal nós temos gestões de vários movimentos sociais propondo atividades que acontecerão no mesmo período e que não são do calendário oficial, até porque existe concepções ideológicas diferentes de quem organiza o Fórum Mundial da água e de outro Fórum Social da Água. Então, como cidadãos, com toda legitimidade esses grupos estão indo nos órgãos federais mostrando que é oportuno ter um olhar diferente do que está se propondo no Fórum Social da Água porque é um olhar com identidade política dos movimentos sociais brasileiros. Então, eu acho que tal qual nós fizemos, pincelamos um evento, que é o 5º Encontro Formativo que ele tem os seus critérios, mas eu estou colocando um outro critério para colocar essa demanda que já está no calendário da Política de Recursos Hídricos em nível nacional. Então, eu estou propondo essas três coisas, presidente, que vai otimizar e dar uma identidade política consistente ao Conselho. Peço a sua compreensão e a compreensão da plenária porque a Secretaria é muito importante, e como disse, a Conselheira Patrícia, que eu endosso tudo que ela fala, se nós da Plenária não propusermos, me parece que não vai ter outro lugar, inclusive dentro do Estado, que vai propor essa mudança de perfil para um Conselho mais atuante e reconhecido pela sociedade.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Ok. Eu vou passar a palavra para o Wilson, depois para a Jussara, mas eu queria fazer um esclarecimento, desculpe, essa proposta orçamentária é para funcionamento operacional da Secretaria-Executiva. Não é do departamento. Não é do Departamento de Recursos Hídricos. O Departamento de Recursos Hídricos que faz diversas ações relacionadas, inclusive aquelas ações relacionadas com a área do Conselho. E também não está incluído aí os custos de salário, enfim, de todos os funcionários que trabalham dentro do Conselho. Exclusivamente para o Conselho. Então, só explicando, isso não... Mas é bom saber que também aí não está incluída essa parte operacional de custos e outros estudos que porventura nós venhamos fazer dentro do Departamento ou da Secretaria. Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Bom dia, Wilson de Azevedo. Foi bom esse esclarecimento, Júlio, que você fez, eu acho que talvez fosse interessante vir também a proposta orçamentária do Departamento, então, porque eu fico preocupado, se o Conselho precisar de uma assessoria técnica para apoiar a sua Câmara Técnica na

discussão de algum assunto, como nós fazemos isso? Isso não entrou nesse orçamento e entraria no orçamento do Departamento? Ontem foi dada uma missão aqui para o Conselho para atuar na parte, no instrumento da cobrança, quer dizer, será que nós não vamos precisar de algum apoio? Não vejo contratação de estudos ou consultoria aí na proposta orçamentária. Eu acho que isso é importante. Outro ponto, outro ponto que eu queria chamar atenção é que 30 reuniões nós temos 10 Câmaras Técnicas. Então, está se prevendo três reuniões em 2017 para cada Câmara Técnica. Eu acho que só a CTCOB vai exigir muito mais que isso. Mas aí pode argumentar, mas a CTCOST não se reúne, a CTAP não se reúne, eu acho que tinha que ser pelo menos 50 reuniões de Câmaras Técnicas, se não fizer 50, melhor. Agora, o que não pode é dizer não vamos fazer reunião da Câmara Técnica porque não tem recurso. Quer dizer, quem pede, pede mais para fazer menos. Agora, pedir menos para ficar impossibilitado de fazer mais, aí em minha opinião não tem lógica nenhuma. A questão do Fórum Mundial da Água, lembrada pelo João, é muito importante. O Conselho não vai, nós vemos nesses fóruns a Agência Nacional de Águas que têm recursos e tem sempre lá o seu stand, o Conselho nunca, ninguém sabe que tem o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu acho que o Conselho como órgão máximo do sistema tem que ter sim o seu espaço. Mas não tem porque não tem dinheiro. Aí não dá. Então, são coisas, assim, que eu considero importantes também. Endosso a sugestão do Ivo Mello, do Conselheiro, acho importante essa divulgação do plano pelas regiões hidrográficas. Eu acho que isso também deve ser feito, já que por ocasião da priorização dos assuntos a serem tratados pelo Conselho, muito pouco foi feito nesse sentido. A coisa foi feita mais por correspondência, o que prejudica um pouco o retorno das expectativas de cada região. Ok. Não esqueçam a história, em cima daquilo que você falou, sem vir o orçamento do Departamento fica um pouco prejudicado porque nós não sabemos o que pode vir a ser feito. Obrigado.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Bom dia. Eu coloco a mesma preocupação do Wilson com relação ao número de reuniões, até porque no plano que nós aprovamos ontem nós estabelecemos que tem duas Câmaras que são, que precisam ser reativadas e trabalhadas, que é a Costeira e a de Transfronteiriças, que estão com uma agenda bem grande dentro do plano nacional. Então, para fortalecê-las e etc., provavelmente será necessário também apoio técnico de algum consultor, ou trazer algum especialista para auxiliar nessa reestruturação dessas duas Câmaras. Eu também acho interessante a proposta do Ivo, das reuniões regionais para divulgação do próprio plano. Eu termino, passo o restante dos meus minutos para a Suraya também.

A SR^a. SURAYA MONDELLI (Comitês de Bacia) – Roseli volta com a tabela, por favor, tabelinha na sequência. Eu quero aqui concordar com todas as falas e, inclusive com a manifestação da Patrícia, e olhando rapidamente essa primeira

linha, 30 reuniões de Câmara Técnica fazendo um exercício muito rápido, duas reuniões cada Câmara, nós teríamos R\$ 5.000,00 para cada Câmara para subsidiar a participação da sociedade civil e entidades técnicas, já consumiríamos mais do que esse recurso que está aí, sem falar nos eventos que estão previstos de oficinas. Então, a secretaria já não teria essa mobilidade para participar, se nós estamos falando da parte operacional vocês já não estariam presentes nesses eventos porque não teria recurso para vocês saírem daqui. E uma preocupação maior, quando nós falamos do art. 43 e 44 do Regimento Interno, que ele fala exatamente de um outro papel muito importante da Secretaria que é a participação, acompanhar o funcionamento dos Comitês em rios de domínio da União. Então, nós temos hoje 10 Comitês em rios de domínio da União, a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano é membro de vários desses Comitês e os seus representante não têm comparecido às reuniões porque não têm recurso para o deslocamento. Então, eu acho que o que nós queremos é uma Secretaria com essa capacidade de participar realmente de todos os processos, de acompanhar esses Colegiados que estão fazendo a gestão. Então, a pergunta é se nós podemos sim alterar essa proposta orçamentária, dando aí um folego para a Secretaria tanto permitir que as suas Câmaras se reúnam, que nós não tenhamos que ficar provando que a nossa pauta é importante e relevante para o sistema, e que vocês tenham capacidade de, de fato acompanhar o funcionamento do sistema. Então, a proposta seria de termos aí sim valores maiores que permitam que vocês tenham a capacidade de exercer o papel de vocês, tão importante no sistema.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Bom dia. Não é discordar do mérito da fala do Wilson e nem da Suraya, só da forma, não é? não é assim, Wilson, o orçamento público não é assim que se faz. Então, se 30 é um número que saiu da cartola, ou seja, com que tipo de critério, nós precisamos é melhorar o critério de definir o número de reuniões das Câmaras Técnicas. Ok. Se é mais que 30 que seja, se é menor que seja, agora, vamos chutar 50 para depois pedir mais e executar menos, isso o orçamento público não existe. Isso é um tiro no pé. Qualquer planejamento que se faça no orçamento público que é jogado para cima e depois não é executado, esse recurso volta e no ano seguinte nós somos desmoralizados. Então, o que nós precisamos, aí é concordar, reforçar a fala do Wilson e da Sorais, o que nós precisamos é que o número de reuniões das Câmaras Técnicas seja preciso. Não chutado para cima, o orçamento público não é assim que funciona.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Agora o Irineu.

O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES – TITULAR (MAPA) – Obrigado. Bom dia. Lineu, Ministério da Agricultura. Eu queria concordar com a fala em relação à

participação do Conselho na reunião do Fórum, eu acho isso importante, e também com o Ivo na questão da apresentação dos planos nas regiões. Eu digo isso porque eu acho fundamental, uma coisa que eu acho que falta é a participação, é o Conselho cuidar da imagem dele. Imagem ao comunicar com a sociedade, como que diz que está fazendo, como a sociedade vê o Conselho? Não vê. Essa é a realidade, não sabe que existe. Então, eu acho que o Conselho não é forte porque o Presidente vem abrir as reuniões, o presidente vem abrir as reuniões porque o Conselho é forte. O contrário, nós temos que inverter um pouco a lógica, e ele vai ser forte quando ele participar dessas questões importantes, que questão importante que nós vimos o Conselho participando? Nenhuma. E nisso faz parte comunicar com a sociedade. O Conselho não tem que comunicar, tem que comunicar sim, nós temos que ter esse diálogo em trazer isso, mostrar o que está sendo feito, a importância do Conselho, quando mostrarmos essa importância eu acho que o Presidente vem abrir, não é o contrário. Então, eu acho que poderia colocar um item que seria cuidar bem mais do Conselho, que não é como uma página, aquela página nossa é terrível, é colocar, por exemplo, participar do Fórum, levar o plano nas regiões, é fazer-se presente como os Conselheiros. Por exemplo, têm várias pessoas, a professora Jussara, por exemplo, ela vai em uma reunião, ela pode ir em uma reunião além de ser a professora Jussara, representando o Conselho. Eu acho que é uma coisa que traz a imagem e divulga o Conselho nesses diversos fóruns. Então, obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Obrigado Lineu. Agora...

O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA – SUPLENTE (Sabesp) – Obrigado. Bom dia. Sílvio Siqueira, setor de saneamento. Muito rapidamente, até porque os meus colegas do Conselho que me antecederam já foram muito claros e precisos em explicitar a sua angústia com relação a esse orçamento que foi apresentado, em função da magnitude e da importância dos trabalhos que o Conselho terá que desenvolver no próximo ano. Ontem mesmo tivemos um exemplo claro com relação à Câmara de Cobrança, que foi atribuída a ela uma missão que em menos, em 6 meses reproduzia algo que ainda não conseguiu produzir nos últimos 10 anos, ou seja, a carga de trabalho é alta, claro, tendo em vista a importância da matéria, e esse orçamento aparentemente não condiz com a quantidade, com a necessidade, com a demanda que temos. Digo aparentemente porque eu não vejo aqui o balanço do ano anterior. Quando nós falamos lá na elaboração de um orçamento, um período, temos que sempre que nos balizar com o orçamento do ano anterior. E eu queria registrar a necessidade de que possamos conhecer o resultado do orçamento anterior e do que foi realizado, em quantidade de reuniões, quantidade de atividades que foram realizadas, os recursos que foram necessários para balizarmos a decisão pelo seguinte, para termos a exata noção de quanto afinal foi esse corte que foi colocado no

orçamento do ano que vem. E também uma outra dúvida se esse corte foi linear em todas as atividades do Departamento, se houve alguma diferença em relação às demais atividades. Eu acho que isso é importante para balizar a decisão. E complementando, me associando à dúvida que já foi colocada pela Conselheira Patrícia, em caso de não aprovação dessa proposta o que acontece, o orçamento ainda pode ser revisto, já está consolidado ou ainda há uma margem para alterações? É isso. Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – A Roseli vai explicar a maior parte. Eu só vou falar algumas coisas. O orçamento tem que ser aprovado agora porque ele tem que entrar, tem uma linha orçamentária para ele entrar, tem que entrar na linha orçamentária da Secretaria. Roseli, também pode explicar, mas o que foi feito no ano passado foi usado. Agora, nós temos ansiedade de todos aqui, eu posso dizer que é de todos, nós gostaríamos, claro, que tivéssemos um orçamento 10 vezes maior. Mas tem os seus limitantes de quem trabalha em Governo sabe dos limitantes e das situações que nós estamos, enfim, que nós estamos passando dentro do País hoje. Então, fica um pouco complicado, quer dizer, o plenário pode alterar esses valores, foi uma pergunta que foi feita, o Plenário pode alterar esses valores. Agora, não adianta nada, por exemplo, alterar de 400.000 para 4.000.000. Não adianta. Então, tem que ser alguma coisa, se for alterar, uma coisa razoável. Eu lembro que nós quando fizemos o orçamento do ano passado o Conselheiro Clímaco sugeriu que incluísse esse item para eventualidades, nós incluimos, a sugestão dele foi 80.000. Eu lembro bem desse número. Daí nós subimos para 100.000 esse valor aqui. Então, nós podemos alterar, se existe alguma... Podemos alterar. Até hoje, pelo que me conste, o Ministério sempre, que isso é uma proposta, não é impositivo, ao órgão público para que faça. Nem é impositivo, mesmo porque depende de aprovação e outras coisas que nem entram na administração direta, depende da aprovação do Congresso e outras coisas do orçamento geral da União. Mas, nós podemos propor, é um indicativo que nós podemos propor que seria interessante que tivesse. Agora, também não pode ser um número desprovido de coisas. Não dá para ser alguma coisa irreal porque daí não vai cumprir, não adianta, não é que não vai cumprir porque é mal, não vai cumprir porque realmente não tem dinheiro. Então, eu acho que nós podemos pensar em uma coisa nesse sentido. A Roseli vai dar algumas informações.

A SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva CNRH) – Em relação a essa última pergunta, começando por você Sílvia, realmente de fato deveria ter mostrando o que gastamos, mas a nossa proposta do ano passado foi de ter R\$ 336.000,00, desse montante aí nós gastamos quase, todo ele, na verdade nós gastamos tudo e entrou um pouco até no orçamento aí do Departamento, e até um apoio aí da Secex do Ministério do Meio Ambiente para apoiar o custeio da sociedade civil. Então, nós realmente tivemos um gasto total. Depois vamos fazer

um balanço encaminhando para vocês, falta realmente fazer isso, pedindo desculpas. E como o Júlio falou, isso é uma proposta, eu acho que proposta nós levamos e falamos: isso foi o que que Conselheiros deliberaram que é factível de ser feito. Eles estão aqui, se vocês quiserem propor, as oficinas nas 12 regiões hidrográfica eu acho que Adriana pode falar um pouco melhor, seria realmente interessante porque nós não tivemos nessa revisão do plano esse contato com as bases, com as regiões hidrográficas, podemos cotar. Em relação ao Fórum Mundial eu gostaria só de informar que nós estamos com um projeto com a Agência Nacional de Águas, com o IPEA e com o Banco Mundial, um projeto que nós vamos falar hoje no final do dia que se chama Diálogos na Política Nacional de Recursos Hídricos. Então, esse diálogo aí nós tentamos rever, é uma revisão do que é a política nesses últimos 20 anos e a ideia é realmente realizar no ano de 2017 as oficinas, seminários e oficinas, o Conselho vai estar à frente disso, vai participar. Alguns Conselheiros já foram contatados, para fazer algumas entrevistas. E nós não colocamos aqui porque isso não sai desse orçamento, está no orçamento da ANA que está repassando, talvez o Humberto possa explicar um pouco melhor, mas nós estamos prevendo essa participação no fórum e isso vai ser levado para 2018. Lá no fórum esse resultado desse projeto Diálogos. Outra mais, pergunta, então, eu acho que assim, é proposta e aqui estamos aqui para discutir, receber crítica para aperfeiçoar essa proposta. E como o Júlio disse, nós vamos encaminhar, agora, garantia de que nós vamos conseguir nós temos que realmente ter isso bem detalhado, detalhamos e encaminhamos a demanda para quem realmente decide.

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA/SRHU) – Peço permissão ao Conselho no sentido de tentar colaborar do entendimento, não é, como já foi falado o Conselho tem pleno direito e pode mexer o que precisar, mas nós temos hoje da realidade, qualquer valor que sair daqui vai ter que estar dentro do valor do Ministério do Meio Ambiente, é mais do que da Secretaria. Quer dizer, o Ministério do Meio Ambiente tem um valor orçamentário e tudo que é feito tem que estar dentro do valor do Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente nas últimas reuniões de orçamento, e todos estão acompanhando, não deve ter aumento nenhum. Então, o contrário, eles estão cortando principalmente as despesas de custeio, e a nossas despesas fundamentalmente são despesas de custeio, todas elas. Conseguimos, tínhamos este ano um corte muito grande, um contingenciamento, essa é a palavra e conseguimos recompor. Então, o Conselho usou o que estava programado, o Departamento usou também uma parte do departamento, por quê? Porque nós também fomos no sentido positivo e o que o Paim falou é importante, se você faz o orçamento e não gasta é um problema, eles vêm e abaixam porque você não gastou aquilo que você pediu, ao mesmo tempo você tem que pressionar para gastar o que pediu porque também é uma briga porque você é contingenciado e o contingenciamento é linear e vai para todos, não é só porque é o Conselho, tem o Conama, tem isso e aquilo, todos passam por isso, e vai se negociando diariamente. Dentro do Departamento nós

temos duas gerências, uma gerência da executiva do Conselho e uma gerência dos planos. Nós, claro, tivemos a oportunidade de começar a ir, voltamos a ir em reuniões de Conselhos Estaduais da qual a União tem assento e que já não ia há mais de ano. E este ano conseguimos ir algumas, nós temos que acompanhar os Planos Estaduais da 3 convênios que nós temos hoje, eu estou falando o que o Departamento e a Secretaria, quer dizer, nós temos conseguido várias coisas de recomposição muito. Então, o Conselho usa e usou um pouco até do que estava previsto. Então, nós temos conseguido avançar, se vai ser possível no ano próximo não sabemos ainda, mas é um processo que é obrigação nossa. Então, eu estou nessa obrigação também de tentar nós fazermos, está precisando de dinheiro. Então, nós estamos tentando a participação, indo nos Conselho e indo em tudo que nós precisamos. Agora, há uma disputa que é real entre todas as secretarias, se perguntarem em todas as secretarias do Ministério do Meio Ambiente vão dizer que precisam de recursos e precisam mesmo, todos os colegas precisam. O Conselho, o Conama eu liguei para tentar ver qual é o orçamento, até para responder a Patrícia, a Andréia lá a nossa colega que é a Gerente não estava, mas pedi para me retornar, espero poder dar essa resposta de quanto está previsto, mas também diz que não é o suficiente. Porque também tem as Câmaras Técnicas, trabalha com um leque muito mais amplo de toda a área ambiental e etc. Então, é uma disputa real, entendemos isso, e eu acredito que, claro, se o Conselho não defender o seu orçamento, que vai defendê-lo? E está correto é, isso mesmo, mas nós temos que ter esse entendimento e tencionar positivamente até um limite correto porque nós não podemos cair em um descrédito de pedir um valor que não é o real, mas tencionar da necessidade, principalmente porque nós vamos entrar, já estamos entro quando com a revisão das prioridades, que foram aprovados por este Conselho agora, as novas prioridades, nós estamos entrando em uma reta final de uma revisão do plano. Que é muito maior e o Conselho vai e tem que acompanhar. E algumas contratações nós estamos fazendo de possível como nós temos um contrato vigente hoje de um consultor, o Leonardo que está nos ajudando, nós temos já para o próximo ano previstos alguns estudos tanto para a gerência de planos quanto para a gerência do Conselho, mas isso é via Interáguas, que é um contrato que nós temos com o Banco Mundial onde a ANA é a Secretaria-Executiva, participa o Ministério da Integração, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades, nós temos já aí um recurso financeiro depositado nesse conta para contratação de pessoa física e alguns consultores nós conseguiremos via esse contrato do Interáguas fazer algumas contratações. Até a própria gerência do Conselho já previu algumas contratações importantes, como essa revisão da página do Conselho ou melhor informação. Então, nós estamos, para não onerar o nosso orçamento aqui nós estamos vendo também possibilidades de parcerias, para ir para outros caminhos que sejam menos contingenciáveis e mais, em tese, mas um pouco mais tranquilos de garantia de contratações. Então, nós podemos até apresentar também quais são as possibilidades que nós achamos, vislumbrando de contratações, mas que não impactam aqui. E quando nós fazemos a apoio a algum participante nas Câmaras Técnicas ou no Conselho

mesmo, nós podemos só pagar para eles a passagem aérea e a diária, porque
fora isso é contratação, aí é licitação. Nós podemos trabalhar como colaboradores
eventuais, mas para pagá-los não tem como pagar, aí se precisar pagar tem que
contratar consultoria, e consultoria é uma licitação, que aí nós temos que licitar e
pode contratar, como nós estamos fazendo e iremos fazer para algumas coisas
via Interágua pessoa física. São explicações um pouco do nosso... Não é nada e
nem contraponto do que foi falado, mas para que nós entendamos um pouquinho
que a Secretaria e o Departamento, nós também tentamos mexer com algumas
pedras do tabuleiro onde nós possamos tentar adiantar e não parar os trabalhos,
mas sempre estamos sujeitos a contingenciamentos fortes por causa da economia
e aí entra o Ministério e o Ministro rebate diretamente, linearmente em todas as
áreas, aí começamos a disputa interna e fomos aí felizes nesse ano, porque nós
consequimos dar uma recomposição, consequimos reunir algumas Câmaras
Técnicas que há anos não reuniam, ainda tem algumas que precisam se reunir
porque tema não falta. Tema importante também não falta. Então, é isso, só um
pouco de explicação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Jussara pediu,
depois o Wilson, mas eu estou pensando que talvez fosse interessante, para que
nós não fiquemos aqui, não, são 30, 35, são 40, que fizesse uma reunião de, sei
lá, os interessados aqui que gostariam de participar, 3 ou 4 pessoas junto com a
Roseli, no intervalo aqui, e aí viria com uma outra, se for o caso viria com uma
outra proposta para ser submetida ao Plenário. Quer dizer, para nós não ficarmos
aqui no plenário, nós não vamos fechar esse negócio, cada um tem sua ideia, que
pudéssemos chegar a um consenso, aí poderia fazer enquanto nós vamos
discutindo, adiantando a pauta, nós poderíamos fazer um grupo desse, talvez.
Jussara, por favor.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – É mais nessa linha e
nesse sentido que é a minha fala, pensando naquela quantidade de reuniões, 30
reuniões, as reuniões das Câmaras Técnicas, dos instrumentos em geral elas já
têm uma carga bem elevada da 3 a 4. A própria Câmara do plano está com um
pauta muito densa porque vai começar a pensar a estrutura do próximo plano e
ainda tem alguns planos em andamento, tem uma demanda bem densa para
discutir ao longo do ano. Então, as nossas reuniões têm sido de 2 dias, bem
amplas. A CTAP provavelmente é possível que adense as suas reuniões, que têm
sido muito poucas, raras porque entrou no tema da CTAP a responsabilidade de
rediscutir segurança de barragens. Então, esse tema vai entrar, vai adensar. E as
duas que estão previstas no plano que é a CTCOST, a Transfronteiriça, nós temos
8000 quilômetros de Costa. Então, o plano entendeu e isso foi bastante discutido
importante que se revise e a Transfronteiriça, idem. Nós temos aí a fronteira
enorme para trabalhar essas compartilhadas. Então, provavelmente, essas vão
demandar, essas duas, não digo nem de contratar, talvez contratação de

consultores, mas pelo menos apoio para trazê-los às discussões. E eu acho importante considerar, eu faria a seguinte conta, 4 reuniões para cada Câmara Técnica. Eu acho que...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Desculpe, talvez isso pudesse ser discutido depois.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Ok. Pode ser. Eu me proponho a participar do grupo.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – O Wilson e depois...

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Deixa-me ver se o Paim está aqui. Paim, agradeço aí o esclarecimento, eu sei que você é um catedrático em Administração Pública, em fazer orçamento, já nos conhecemos há, não vou dizer nem quantos anos, mas eu também tenho alguma estrada percorrida nessa área do serviço público, e talvez a forma como eu tenha me expressado aqui tenha dado a conotação de chute, mas não foi chute, eu falei 50 reuniões de Câmaras Técnicas porque estimei 5 para cada Câmara Técnica. Talvez a forma tenha dado essa conotação. Mas tudo bem, se o orçamento do ano passado foi 366, 336, esse ano está 399, eu queria só perguntar para o Sérgio, me diga Sérgio, esse 399 já foi produto de uma negociação *intracorporis*?

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA) – Nós não chegamos a negociar com a Secretaria-Executiva não. Nós fizemos, pegamos o que nós gastamos nesse ano, que foi a previsão, jogamos um X para tipo 10% para atualizar em função das negociações. Agora, este ano, só para comentar, nós tivemos mais reuniões que o ano passado, então, ele já foi melhor, em número de Câmaras Técnicas. Então, ele já teve um avanço e nós só reajustamos um pouco, mas para poder manter ele sem ter muita coisa maior.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Agora, tendo em vista a situação crítica que estão os recursos hídricos no País, eu acho que nós poderíamos sim reforçar mais e tem esse Grupo de Trabalho que eu vou dar um pitaco aí também.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Patrícia, o orçamento do Conama é menor que o nosso. É bem menor que esse aí. Bem menor. É que se confunde o orçamento daqui com atividades da Secretaria que apoia. Então, as coisas são...

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA) – Só para responder, a Adriana, a Andréia do Conselho me ligou, aí eu perguntei, ela abriu, não fechou em 2016, 2015 está fechado, o Conselho gastou entre as mesmas coisas, reunião, pagamento da sociedade civil, estenotipia e gravação, etc., R\$ 233.000,00, foi o orçamento gasto no Conselho, com a atividade pura do Conselho de Meio Ambiente em 2015, também só tiveram duas reuniões de Plenária e algumas reuniões de Câmaras Técnicas. Isso foi o gasto deles, porque eles estão, o Conselho, o Conama está dentro da Secretaria-Executiva, quer dizer, está no orçamento da Secretaria-Executiva, igual o Conselho de Recursos Hídricos que está dentro da Secretaria de Recursos Hídricos, mas o custo é mais ou menos o que essa tabela segue e o que eles também fazem lá, que é pagamento, custo e, claro, nós economizamos e algumas coisas são importantes, como auditório, como também faz no Ibama, e assim vai, não tem nenhum luxo maior. Então, essa faz com que nós tenhamos economias interessantes.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) – Senhor presidente, eu estou me sentindo desconfortável com o quadrinho que está muito longe de expressar a identidade política do Conselho, e a dinâmica do próprio Conselho. E já dentro disso eu estou propondo o seguinte, quando você propôs essa discussão, o presidente falou que é um orçamento de apoio às atividades da Secretaria de Recursos Hídricos... De apoio ao Conselho.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Esse aqui é exclusivamente do Conama.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) – Conselho. Então, há de se... Na Secretaria das atividades do Conselho. Deixa-me pedir um esclarecimento. Eu penso que essa atividade expressiva de apoio de secretaria adentro ela tem um caráter. As atividades definidas onde o Conselho que é a atividade do Conselho, uma coisa é separar o que é a identidade de uma atividade que o Conselho está apoiando, ou executando, que pode ser até nem precisar de recurso. E o recurso específico para atividades de apoio e secretariamento ao Conselho. Não sei se você está me entendendo. Então, são

duas identidades que quem é especialista de políticas públicas sabe que você tem que fazer duas rubricas. Não estou querendo complicar, mas você não pode fazer essa mistura aí. Eu, por exemplo, tenho claro para mim que o Conselho deveria aprovar vários tipos de atividades concernentes à sua missão institucional, o Conselho. Como eu falei o Fórum Mundial da Água, como foi aqui falar pelo Wilson, e outras atividades, têm vários encontros onde que a sociedade demanda essa participação de Conselho. Então, o Conselho tem que definir essa prioridade. Não é dentro de um orçamento da Secretaria que isso deveria ser colocado. Na minha avaliação. Não estou entrando no mérito do que é bom ou do que é ruim, mas se vou fazer um orçamento de apoio à Secretaria, eu tenho que dar todas as condições para a Secretaria dar todo o apoio, ou seja, eu propus aqui inclusive a assessoria jurídica, que eu acho que está faltando. Agora, as atividades definidas por Conselho deveriam estar em uma contingência, igual nós fizemos situações críticas, que poderia também ser ampliado esse Conselho e apoiar eventos ou participação da identidade do Conselho em eventos. Aí nós faríamos essa coisa assim. Uma falha muito grande nossa e nós enquanto plenária não nos demos conta disso, quando você separou esse orçamento do ano passado, de R\$ 80.000,00, o que aconteceu? Esse ano passado nós tivemos um aprofundamento da crise hídrica, tivemos o problema do Rio Doce, e o Conselho, e nem tampouco a Secretaria preocupou-se com essa identidade do Conselho de se colocar e se projetar em assumir um papel protagonista no processo. Uma coisa é a ANA fazer isso, outra coisa é o Conselho. Então, nós tínhamos recurso para isso, mas ninguém propôs isso, nem a Secretaria, nem o secretário e nem tampouco alguém da Plenária, mas isso é possível acontecer. Nós perdemos a oportunidade do Conselho, nós estamos perdendo de sermos protagonista político dando soluções para a questão da crise hídrica e a questão do Rio Doce. Nós temos que pensar assim, sabe, presidente, as contingências elas não se resumem somente a situações críticas que não podem ser definidas todas aqui nesse orçamento, mas tem que estar prevista, desde eventos e essas questões fora do nosso controle que acontecem, que vai acontecer e que vai piorar, na minha avaliação. Então, eu peço a compreensão de que nós separemos essas duas situações sem prejuízo de manter as ideias e as propostas, mas que o Conselho decida quais são as prioridades dessas contingências. Agora, não dá para misturar a atividade de apoio ao trabalho da Secretaria, o custeio ao trabalho da Secretaria com uma rubrica específica. Entendeu o que estou falando? Entendeu? Bota essa rubrica dentro dessas contingências e o Conselho oportuno define para a aplicação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu vou passar para o grupo apresentar a proposta, e aí nós depois discutimos em cima da proposta e vemos se é viável, se não é viável. Como falei, não adianta fazer uma proposta maior. Nós temos limitações, Clímaco, limitações administrativas e legais. Por exemplo, o Conselho não pode, primeiro ter uma definição que nós vamos, às vezes nós somos convidados, convido o representante do Conselho para participar de uma reunião, nós sempre temos o cuidado de dizer: o Conselho

não tem representante. Se você for lá representando o Conselho você vai ter uma ideia diferente de uma outra pessoa, vai ser diferente, quer dizer, você está falando em nome do Conselho, não está, nem tem aqui que cabe ao Presidente do Conselho falar em nome do Conselho. Então, fica muito difícil a participação do Conselho. O que nos é permitido porque nós temos aqui o regulamento, o Decreto, é o pagamento de diárias e passagem para os membros da sociedade civil para participar de reuniões de Conselho. Você estão lembrando que de vez em quando fazíamos reunião de Conselho dentro de um outro evento, reunião de Câmara Técnica e Conselho, isso é permitido. As participações nossa em Comitê de Bacia que aumentou bastante esse ano, não foram pagas com recurso do Conselho, porque não é o Conselho, quer dizer, é a Secretaria, é o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria que está participando, tem lá em todos os Comitês que nós participamos o assento é do Ministério do Meio Ambiente, não é do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, é o Ministério do Meio Ambiente que participa. Mas aumentou, a Secretaria aumentou. Então, tem essa coisa que possa suavizar um pouco esse orçamento aqui, essa proposta. Mas eu peço, então, que a Roseli converse com as pessoas que estão interessadas e a minha sugestão é que assim que eles tiverem algum número eu trago de v contemplando todas essas ideias que foram colocadas. Quando à assessoria jurídica, tem o seguinte, a Assessoria Jurídica do Conselho é a CTIL. É a CTIL. A Secretaria-Executiva, nenhum de nós do Governo nós estamos habilitados a fazer contratos que não sejam por concurso público, então, não dá para contratar um advogado para colocar lá para dar opinião, que seria opinião deles, enfim, uma opinião dele que orientaria melhor, lá só tem engenheiro, tem geólogo, concordo que poderia orientar melhor, mas não seria definitivo também. Então, eu acho que a ideia do Vicente sempre foi de reforçar o sistema e nessa parte da parte legal que seja a CTIL que apoie tudo isso. Agora, bom, vamos passar, então, para o próximo item da pauta e a Roseli...

A SRª. ROSELI (Secretaria-Executiva CNRH) – Eu e a Jussara chegamos aqui a uma...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu não sei se os outros querem participar.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Nós chamamos ninguém foi.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Então, você se sente satisfeito com a proposta que eles vão apresentar? Alguém quer participar? Você quer? Reúnam um pouquinho, senão apresentem uma proposta. O próximo

765 item da pauta, eu vou dar andamento na pauta. Se você, bom, é no 3.8. É a
766 questão da composição das Câmaras Técnicas de Análise de Projetos de Águas
767 Subterrâneas e da Câmara Técnica Integração de Procedimentos Ações e
768 Outorga da CTPOAR, a Câmara Técnica de Ciências e Tecnologia e a de Gestão
769 de Recursos Hídricos Transfronteiriços. Está cabendo a mim aqui como presidente
770 da CTIL apresentar essa coisa. Bom, leste ando sempre que essa é uma proposta
771 encaminhada pela CTIL, aqui ao Plenário, o Plenário decide. A CTIL segue certos
772 critérios, os critérios já estabelecidos aí na Resolução, que trata desse assunto.
773 Segue um critério também de antiguidade das pessoas que já estão na Câmara
774 Técnica, se mostrarem interesse em participar, continuar para que não haja um
775 problema de descontinuidade nos assuntos que estão sendo tratados. E segue,
776 principalmente, o critério de demonstração de interesse em participação da
777 Câmara Técnica. Essa demonstração de interesse nós comunicamos a todos os
778 Conselheiros e Suplentes que aquele que o seu segmento tivesse algum interesse
779 em participar de alguma Câmara Técnica, que enviasse, que demonstrasse isso.
780 Chegou um certo tempo, nós prorrogamos outra vez e no final até chegar perto da
781 reunião da CTIL onde foi feito essa tabela aqui. A minha proposta é que eu vou
782 falar geral de todas as Câmaras Técnicas, de uma vez, quem quiser fazer algum
783 comentário anota aí e daí nós podemos, se vocês concordarem, aprovar em bloco,
784 com exceção das emendas. Quem quiser fazer alguma emenda, quem quiser
785 fazer alguma coisa depois que aprovar em bloco nós discutimos cada um dos
786 temas, senão, não progredimos. Eu faço a apresentação geral de todos e daí
787 quiser colocar emenda. Vai ter Câmara Técnica, acho que duas Câmaras
788 Técnicas que não foi completado o número de 17 Conselheiros. Mais uma vez
789 deixar claro uma dúvida que sempre paira em todo lugar, as Câmaras Técnicas
790 são compostas por 17 Conselheiros, ou seja, quase um terço do Plenário, do
791 Conselho, do Plenário de Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Esses
792 Conselheiros se não quiserem participar ou não puderem participar, ou acharem
793 que o tema é um tema específico, eles indicam representantes. Então, no fundo os
794 representantes estão falando em nome dos Conselheiro, ou seja, os 17
795 Conselheiros ou estão presentes ou tem alguém que fale em nome dele. Então,
796 não é um ente solto dentro do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, a Câmara
797 Técnica, ela é para discutir com maior profundidade, com maior liberdade, mas ela
798 são compostas por 17 Conselheiros, que pode, por exemplo, no meu caso, no
799 caso do Clímaco, a Débora, não sei se tem mais algum presente, somos
800 Conselheiros e participamos das Câmaras Técnicas porque você também... Então,
801 têm diversos Conselheiros que participam da Câmara. Dito isso eu vou fazer a
802 apresentação a Câmara Técnica por Câmara Técnica, essa é a Câmara Técnica
803 de Análise de Projetos, foram... Sobe um pouquinho, por favor. Subir que eu digo
804 a tabela, para pegar o final dela. É descer? Até o final, até para saber quantos
805 interessados e quantos. Essa Câmara Técnica teve 17 Conselheiros que
806 demonstraram interesse, existiam 17 vagas, então, enfim, completou com os 17
807 interesses, com os 17 Conselheiros. A CTAP. E aí, então, eu não sei o que foi o
808 critério, entrou... Deixa-me ver aqui, quem saiu aqui? Santa Catarina e entrou o
809 Conselho do Pará e Amazonas. Foi isso. Isso. Essa foi a substituição que houve,

810 mas aí não teve demonstração de interesse maior que isso. Se alguém quiser, por
811 favor, anota, e depois nós voltamos. Para outra Câmara. Águas Subterrâneas.
812 Águas Subterrâneas teve... Sobe mais um pouco, ou desce, sei lá. Teve 21
813 interessados, desses interessados nós fizemos essa composição aqui, que foi,
814 que vocês todos receberam isso por e-mail também, quer dizer, eu estou só
815 adiantando que a tabela é de conhecimento de todos. E foram colocados 12
816 interessados como suplentes, o Estado do Maranhão, Ceará e Piauí, o segundo
817 Ministério da Defesa, Amazonas e Pará, e por último... lembrando sempre, que
818 sempre falamos isso, mas é bom lembrar, que a participação nas Câmaras
819 Técnicas não está limitada aos 17 membros, todos os Conselheiros do Conselho,
820 mesmo que não seja Conselheiro, quem quiser participa, tem direito a voz dentro
821 da Câmara Técnica, pode falar, pode discutir, a única coisa que se tiver que
822 decidir em voto só os 17 que estão aqui que decidem voto, mas podem participar.
823 Então, isso não impede da participação e muitas vezes eu participei disso, muitas
824 vezes os convidados alteraram ou deram contribuição que alterou a decisão da
825 Câmara Técnica. Aqui foi, saiu... A ANA está. Deve estar no Ministério do Meio
826 Ambiente. Então, olha, a ANA e a Secretaria de Recursos Hídricos estão em
827 todas. Bom, a próxima. Recursos Hídricos Transfronteiriços, esse foi que teve
828 menos demonstração de interesse. Teve, só tem 15 membros. Isso quer dizer se
829 algum dos senhores que não está contemplado aqui quiser participar que nós, no
830 final, por favor, manifeste-se que daí podemos acrescentar mais dois, se tiver três
831 nós vamos ter que decidir qual dos três. Tem alguns, se forem discutir aqui, têm
832 alguns membros aqui que nós falamos: como é que não participa? Não participa
833 porque não demonstrou interesse em participar. Então, nós não somos obrigado a
834 chegar e falar: você tem que... Não podemos. Então, tem essas duas vagas. Se
835 alguém tiver interesse no final, por favor, quando chegar a hora vocês se
836 manifestem. Qual é a próxima? Mas qual é o nome. A CTPOAR, então, tiveram 22
837 interessados, foram escolhidos 17, e ONG ficou classificado como primeiro
838 suplente. O TERP segundo, pescadores e usuários de água, lazer e turismo
839 terceiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul quarto, Ministério de Minas e Energia
840 o quinto, de Câmara Técnica de Outorga. Os titulares. Os que estão em azul são
841 os titulares aqui. Os Estados são os que têm maior participação por conta da água
842 subterrânea. O CTPOAR se... Ok? O próximo. O próximo. Terminou. Então, são
843 essas Câmaras Técnicas que têm duas Câmaras Técnicas que é... Quais são as
844 duas que estão faltando? Câmara Técnica Transfronteiriça tem quantas vagas? 3?
845 Então, tem 2 vagas a Câmara Técnica Transfronteiriça e uma na Ciência e
846 Tecnologia. Essas que estão eu acho que são 5. 5. Câmara Técnica, é Câmara
847 Técnica. Bom, então, eu vou propor o seguinte, vamos votar em bloco, nós
848 aprovamos e daí, se for o caso, e daí depois nós vemos as emendas, essas
849 coisas nós tratamos em separado. Vamos fazer dessa forma? Então, quem aprova
850 essa sugestão, quem aprova com exceção das emendas, quem aprova, por favor,
851 se manifesta. Para substituição, substituição, completar tudo. Acréscimo, se for o
852 caso. Quem está contra? Mas eu não vou repetir... está em votação. Quem é
853 contra? Abstenção? Então, está aprovada, então. Então, e agora vamos discutir
854 as emendas. Sim. Agora e emenda. Quem quer propor alguma coisa? Quem quer

fazer alguma emenda e tem que falar com a Câmara Técnica. Vamos ver, o Ivo.
Ivo...

O SR. PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES – SUPLENTE (MME) – O Ministério de Minas e Energia sempre participou do CTPOAR, ainda mais ontem teve uma discussão aqui sobre outorga e nós passamos agora por um processo de substituição de equipe lá no Ministério e ficamos...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – A palavra para o Paulo. Vamos, por favor, fazer um pouco de silêncio que eu já estou meio surdo.

O SR. PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES – SUPLENTE (MME) – O Ministério de Minas e Energia sempre participou da CTPOAR, é um Câmara que nos interessa muito, ontem tivemos uma discussão aqui sobre outorga, a outorga do setor elétrico é fundamental para os projetos de implantação de usinas hidrelétricas. Então, nós vimos ali que o Ministério ficou com a suplência. O Ministério gostaria de ver se é possível participar como titular dessa Câmara.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – O que foi, foi por conta do número de faltas que o Ministério teve no período. Então, daí foi substituído pelo Ministério da... Foi substituído pelo Conselho Estadual do Maranhão e Piauí. Maranhão e Piauí. Uma questão de ver... Oi?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Uma questão de ver como se manifesta aqui o Plenário, o Plenário é soberano, enfim, pode fazer qualquer mudança que queira. O voto, daí se você... Alguém tem que sair para votar. Eu não sei qual seria a sugestão de retirada para entrada do Ministério de Minas e Energia, mas alguém tem que sair, daí nós votamos aqui o que seria mais pertinente. Eu não sei.

O SR. PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES – SUPLENTE (MME) – Fica o nosso apelo aqui porque é talvez o setor que tem mais outorga no Brasil conta com diversos empreendimentos hidrelétricos, essa questão de outorga vai ser levada agora para o CTPOAR. Então, acho muito importante a nossa participação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu não escuto. Nós ficamos, nós entendemos que toda todos têm a sua justificativa. Agora, nós precisamos como substituir. Entendeu? Como substituir, quer dizer. Coloca a CTPOAR.

A SR^a. ROSELI (Secretaria-Executiva CNRH) – A Indústria tem 3 vagas, e está lá na CTPOAR. Daquele segmento da CTPOAR, dos segmentos que não participaram, que entraram agora, foi o Conselho Estadual do Maranhão, do Ceará e Piauí, que entrou na vaga do Ministério de Minas e Energia. E o Ministério da Agricultura que entrou no lugar do Ministério da Integração. Aí no caso teria que ver depois esses dois segmentos, o Ministério de Minas e Energia que está aí reivindicando, talvez se um desses dois segmentos abriria mão. Ou se não por outro segmento. Não sei se o Irineu, vocês fazem questão dessa vaga? Sim. Vocês fazem.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Paulo, está dado o caminho aqui, acho que até o final da reunião, se você conseguir articular com alguém aí nós podemos voltar aqui a discutir especificamente o seu caso ou o caso do Ministério de Minas e Energia. Mais alguém? Até desculpa, tinha o Ivo. O Ivo.

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) – Eu queria me candidatar para uma segunda vaga, então, na Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, mas colocar uma ressalva que eu ia falar depois, mas já aproveitar, que dada a importância da Câmara Técnica, e nós sabemos, não sei se a maioria de vocês sabem, as reuniões acabam não acontecendo por conta de que o Ministério das Relações Exteriores não habilita, não instiga, não convoca essas reuniões. Então, como membro lá da Região do Uruguai e com demandas do Ministério Público Federal em relação à gestão de recursos hídricos lá transfronteiriços, do Rio Uruguai, nós vamos nos candidatar para outra vaga, vamos estar com duas representações nessa Câmara, mas chamando atenção que nós gostaríamos que ela funcionasse e que tivesse algum tipo de ação que pudéssemos fazer porque sempre os representantes do Ministério de Relações Exteriores iniciam, mas eles não ficam. Quando iniciam, quando estão responsáveis por estarem representando aqui no Conselho ou na Câmara Técnica, eles acabam iniciando bem, mas não vão adiante. Tem inúmeras pautas no Brasil inteiro, temos inúmeras situações de rio transfronteiriço, e no caso do Uruguai, o Ministério Público Federal está colocando, está nos colocando na prensa, está pressionando para que seja criado o Comitê e que tenha instrumento de gestão funcionando lá na Bacia do Rio Uruguai.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Henrique, tem interesse da vaga, tem alguém mais que tenha interesse, tem mais uma vaga nessa Câmara Técnica? Está sem representante. Não sei. Câmara Técnica. CTGRHT. Veja se Minas e Energia está.... Já tem uma vaga. Vocês poderiam participar de mais se quiserem, você têm 3 Conselheiros. Bom, Patrícia.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (FIEMG) – Eu queria dar um testemunho sobre a questão da Câmara Técnica, são reuniões bastante democráticas, e eu já fui com mais de 15 anos de Conselho, eu já fui uma assídua e barulhenta participante de algumas Câmaras Técnicas que eu sequer era titular ou suplente, o tema era de interesse da indústria e aí eu participava ativamente. Eu acho que isso complica para a ONG que precisa de subsídio e precisa de estar formalmente nomeada. Para outros segmentos não. Tendo interesse a Câmara é democrática e aberta para todos.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Muito obrigado, Patrícia. Então, tem a demonstração de interesse do Ivo, não tem mais nenhum interesse, o setor de irrigantes, ABRH já está. Desculpa, Jussara. Ele tinha a palavra.

O SR. BRUNO HENRIQUE BEILFUSS – titular (Santa Catarina) – Presidente, só para eventualmente esclarecer, assim como a manifestação da representação foi acatada para a CTPOAR e nós estamos contemplados numa suplência, eu acredito que talvez por alguma omissão não constou a nossa manifestação para a CTAS e Câmara de Planejamento da qual nós já fazíamos parte. Então, para não criar nenhum embaraço aqui nós solicitamos que ao menos a representação seja colocada como suplente nas duas Câmaras.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Quais são as Câmaras só para registrar?

O SR. BRUNO HENRIQUE BEILFUSS – titular (Santa Catarina) – CTAS e Análise de Projetos.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Quem quiser entrar como suplente nas Câmaras Técnicas também não tem problema. Mas é o que a Patrícia falou que eu tinha dito, isso não impede a participação de ninguém.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Júlio, as organizações técnicas na CTAS e na CTPOAR, eles são, nós consideramos muito importantes. A questão que a Patrícia falou que é democrático e pode participar, ok, mas as organizações técnicas dependem de subsídio para participar, nós não temos recurso para deslocamentos. Então, e é muito importante porque as organizações técnicas desenvolvem aí, estão trabalhando debruçadas em cima desses aspectos e nós estamos tanto na de Águas Subterrâneas, que é uma área de tema específico, de tema bastante técnico, como a CTPOAR também, tem muitas questões técnicas sendo trabalhadas, nós entendemos que nós merecemos, é um pleito antigo nosso de ter duas vagas, porque as organizações técnicas e de ensino e pesquisa são dois setores, é Academia com a pesquisa e os técnicos que atuam nas áreas. Então, nós gostaríamos de ter uma vaga para ensino e pesquisa e uma outra para as organizações técnicas, as associações. Então, esse é um pleito bem antigo e nós nos sentimos bastante desconfortáveis de ter uma vaga com uma suplência.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Bom Jussara, estamos no mesmo barco das colegas do Minas e Energia, tem que sair alguém para entrar. Vocês já têm uma vaga já garantida. Isso aí também pesa um pouco na proposta da CTIL, ou seja, já tem uma vaga, duas, pesa um pouco isso. A não ser, eu não sei, enfim, teria que sair alguém. Agora, qual é a proposta para sair? E tem sempre um balanceamento entre os 4 segmentos. Sempre tem um certo balanceamento entre os 4 segmentos. Eu creio que essas duas Câmaras, não sei, a sociedade civil, a sociedade civil são 6 vagas, deve estar ocupando 5 no mínimo.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – 5, 4. Coloca aí para nós a CTAS. Está ocupando 4. Na verdade, está ocupando 3. 5? Está ocupando 4. Está ocupando 4. Exato. E é uma... É quem se debruça, estuda e trabalho em cima disso, as associações técnicas são importantes. Todo o desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento metodológico vêm dessas organizações.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – E quem sairia? Porque todos os outros são importantes também, mas alguém têm que sair.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Está com 4 e poderia ter 5. É isso? Então, teria que em algum lugar alguém ceder. Na verdade, são duas coisas juntas, na verdade, é um nome só, mas, na verdade, são dois. Então, a minha proposta seria ficar organizações técnicas, organizações de ensino e pesquisa e uma ONG. Não sei se ONG abriria mão de uma das vagas. Aí ficaria justo, porque, na verdade, nós no nome nós temos dois grupos em um só. Então,

poderíamos ficar as organizações técnicas, as organizações de ensino e pesquisa e uma ONG.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Estamos de qual Câmara Técnica?

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Na CTAS e na CTPOAR, para as duas.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – O pessoal da ONG tem algum comentário a fazer?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Conselheira Tereza.

A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO – TITULAR (ONG) – Bom dia. Na verdade, o segmento eu acho que gostaria de permanecer na Câmara, já vem colocando, nós temos tido uma posição sempre de somar, de compor, mas nós precisamos garantir a participação, nós temos tido um trabalho bastante efetivo do nosso representante, do Conselheiros João Clímaco, é um Conselheiro, sempre a nossa indicação se faz de uma forma bastante efetiva, competente. Então, nós gostaríamos de permanecer.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) – Por outro lado há que se entender que a questão da representação e da qualidade da representação não passa por um simples número, ou um número atribuído ao fato de ser bom ou ser melhor, ou ser mais importante ou não. As Organizações Não Governamentais no Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos já sofrem uma situação muito particular de serem só dois representante para 50 e tantos de outros segmentos. Nós temos uma atuação no País inteiro que ela tem um caráter político diferente de organizações corporativas, ou não corporativas, que na maioria termina sendo do Governo. Então, eu quero que isso dá uma qualidade nova ao Conselho. Nós não temos subalternidade a uma ideia de ciência que é muito relativa. Nós vamos propor uma nova proposta de organização do Conselho no próximo ano e em função da experiência que nós temos tendo. As Organizações Não Governamentais no Conselho Nacional ela está tendo, no caso

da CTAS um papel importante. Nós pautamos vários assuntos e de onde é que vem? É do Conselheiro que está trabalhando lá em cima do País, assim como poderia ser o Conselheiro que está vindo lá de baixo do País e essas pautas são exatamente aquilo que dá a identidade política ao Conselho, que é a sociedade que leva para o Conselho e o Conselho se posiciona. Não sei se esse tipo de comportamento ele é uma obrigatoriedade das organizações de ensino e pesquisa, de técnico de ensino e pesquisa, mas o nosso é, então, nós temos uma identidade que precisa ser respeitada e ao mesmo tempo ela presta um grande serviço pelo fato de ser um do Norte e um do Sul aqui e é um País imenso para nós representarmos, um só não dá conta.

A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO – TITULAR (ONG)

– Eu posso complementar? Bom, de Governo, com certeza, João, não somos. Nem as instituições de pesquisa e ensino e nem as organizações técnicas. As organizações técnicas são organizações civis, independentes e que têm no seu corpo a integralidade praticamente do País. Nós temos as organizações técnicas, ABES, ABRH, ABAS, outras e etc., são organizações que discutem esses temas que nós trabalhamos aqui, e que foram organizações extremamente importantes, e que trabalharam para estarmos aqui hoje. É bom lembrar que boa parte da discussão do que hoje nós somos foi gestada dentro dessas associações técnicas e organizações técnicas. Então, não foi por falta de visão política, não foi por falta de visão técnica que nós estamos aqui hoje após todo o processo de discussão do que é o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Eu acho que isso é extremamente importante ficar claro. Então, não somos instituições de Governo, em hipótese alguma. E instituições de pesquisa foram responsáveis, tecnicamente, por todo o desenvolvimento tecnológico que hoje nós temos. As metodologias, os processos de outorga, os modelos, todo o estudo da hidrologia, do balanço hídrico, da qualidade da água, foram gestados dentro das instituições de ensino e pesquisa. O conhecimento vem dessas instituições, e por essas instituições terem também visão política, da importância, da significatividade dessa atuação, é que elas estão presentes dentro desse Plenário. Concorde que acho que a representação das organizações técnicas, e do conjunto da civil poderia ser maior, deveria ser talvez maior número dentro do Conselho, mas eu não concordo que nós sejamos colocados como Governo. Não somos. Somos organizações civis e de extrema relevância. Não somos melhores do que as ONGs, não somos melhores que os Ministérios, não somos melhores do que ninguém. Apenas eu defendo e coloco que são instituições extremamente significativas para estarem representadas.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu acho que esse um assunto é um assunto que todo mundo tem razão. É o tipo de tema que todo mundo tem razão, porque todos os segmentos, teve uma vez que se não tivesse competência, não tivesse coisa não estaria participando do Conselho

Nacional de Recursos Hídricos. Todos têm razão. E tem aquilo que eu tinha falado, a Patrícia reforçou também da possibilidade da presença, da participação, só não vão ter direito a voto nas reuniões da Câmara Técnica. Nós temos que, eu tenho que dar prosseguimento, eu tenho que dar prosseguimento porque senão nós não vamos fechar. Eu vou perguntar o seguinte, nós temos duas Câmaras Técnicas que tem solicitação, do Ivo não teve problema, do irrigantes não tem problema porque está faltando vaga, já foi contemplado. A CTPOAR e a CTAS, a CTPOAR tem o Ministério de Minas e Energia e OTEP pretendendo vagas, e eu pergunto, da OTEP nós já vimos que não teve acordo, não sei se Minas e Energia chegou a ter algum acordo, permanece ainda com a disposição. Porque o que eu vou fazer? Eu vou colocar em votação agora se permanece a proposta feita pela CTIL, se nós mantemos ou não. Se não mantivermos aí nós vamos discutir que vai entrar e quem vai sair. Entendeu? Isso que eu vou fazer agora para manter. Então, eu pergunto se o Ministério de Minas e Energia ainda está com a interesse ou... O conjunto. Não, é que eu abri para emendas.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – A proposta já está aprovada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu estou falando que o que eu quero dizer, a proposta está aprovada, o que eu quero dizer é que nessas emendas que foram feitas, uma para o Ministério de Minas e Energia e duas pela OTEP, isso que eu vou discutir agora. O resto já está aprovado. O que é? É questão de ordem?

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – O senhor acaba de dizer que o senhor vai colocar em votação. Nós já aprovamos, já houve votação no primeiro momento da composição. É isso?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Com exceção das emendas, que são essas.

A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO – TITULAR (ONG) – As emendas são do senhor Conselheiro do Ministério de Minas e Energia e agora o senhor está considerando a outra emenda do segmento das OTEPs.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Isso. É isso que nós vamos votar, quer dizer, nós permanecemos, nessas emendas nós permanecemos com a proposta original ou vamos discutir, vamos voltar a discutir quem é que vai sair. Entendem? Se nós votarmos agora que permanece com a

original acabou a discussão. Senão nós daí vamos ter uma discussão, e aí vou deixar para discutir isso depois do almoço para ver se entra em acordo, senão vai ser aquilo que eu quero entrar, o outro eu quero ficar e nós vamos ter... É aquela situação horrível. Então, eu vou... Ok...

A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO – TITULAR (ONG)

– Bom, Presidente, eu não estou entendendo, o senhor coloca se agora, dá a possibilidade de um voltar à discussão quando o senhor coloca, ainda há a possibilidade de se voltar a discussão.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Caso não seja mantido o parecer aqui original, a proposta original da CTIL. Volta a discussão para saber quem vai entrar, quem vai sair... Quem vai sair, quem vai ficar. Então, eu vou colocar, então, primeiro, se não houve nenhum acordo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Um instantinho que o Jeferson vai falar aqui.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA – TITULAR (UNESP) – Só uma questão de ordem, senhor presidente, que levanto e consta em ata que as OTEPs sempre solicitaram essas duas vagas na CTAS. Pode verificar os autos aí, as outras, a CTPOAR também. Então, não é um pedido simplesmente por uma questão de custo, é um pedido por necessidade, por nós acharmos importante você ter mais técnica e tecnologia dentro dessas duas Câmaras. Não é uma questão pessoal nem de A, nem de B, nem de C e nem o alfabeto inteiro, é simplesmente isso, desde que estamos aqui sempre pedimos isso, duas vagas, e infelizmente a CTIL sempre entendeu que não era possível dar duas vagas tanto na CTAS quanto na CTPOAR. As OTEPs são as organizações que não faltam, que têm sempre uma presença constante, isso pode também verificar em todas as questões. Só para marcar essa presença. Muito obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Você ainda quer falar? Porque já está bem encaminhado. Então, fala.

O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA – TITULAR (Fonasc) – O importante no caso da nossa participação em termos estruturais, se pudéssemos, a sociedade civil é

meio fominha, gosta de participar de tudo, e fala para caramba também e tudo missões, tem muito fome, mas nós dependemos da estrutura oferecida, em outras circunstâncias nós participaríamos de todas as Câmaras Técnicas sem a necessidade da estrutura que é garantida. Então, soma-se ao pleito, além da questão técnica, que é extremamente importante e ninguém refuta, mas tem a questão social e política que tem contornos de maior necessidade, eu arrisco a dizer, de maior necessidade ainda. É esse o comentário.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Então, eu vou colocar em votação. Quem concorda em manter para a CTPOAR, que são os dois pedidos. Quem concorda em manter a proposta vinda da CTIL se manifesta. Quem discorda? 5 votos contra. 6. Quem abstém? 4. Então, mantemos a da CTIL para a CTPOAR. Para a CTAS, quem concorda em manter a da CTIL se manifesta. Quem não concorda? 4. Quem se abstém? 4. Então, mantemos proposta da CTAS. Gente, essas 6 agora que vêm da CTIL, esse é o tipo de discussão que é dolorosa, que eu acho que é uma das piores que tem e sempre cabe, a maioria cabe a mim aqui vir discutir. Eu sugiro, sinceramente eu sugiro que quando for da reunião da CTIL, que isso já falei outras vezes também, quando for a reunião da CTIL que vai estabelecer isso, que os interessados estejam presentes. Não estando presentes, mas não manifestou interesse, então, fica difícil depois e depois para trazer para plenária fica uma situação de quem entra e quem sai, quem está não quer sair, então, fica uma situação ruim. Então, eu sugiro isso. Pessoal...

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Júlio, eu gostaria de deixar de novo reforçado a importância das organizações técnicas de ensino e pesquisa estarem tanto uma quanto a outra com uma vaga nessas Câmaras Técnicas extremamente importantes e técnicas mesmo. Nesse sentido. Eu verifico que tanto uma quanto a outra as organizações civis estão com 4 vagas e por que não estão com as 5? Então, deixo registrada essa inconformidade. Segundo, eu também deixo registrado o seguinte, para que nós estejamos presentes nas reuniões, eu não me importaria de jeito nenhum de fazer parte da reunião como suplente, desde que tivéssemos condições de ter apoio de deslocamento logístico para poder estar presente. Porque nós não temos quem nos pague as passagens e as diárias, nós não temos. Então, se isso fosse possível, está tudo pacificado porque o importante é participar da discussão, não digo votar, mas eu acho importante a participação da discussão. Então, são dois apelos que eu peço que fiquem registrados, primeiro, que as organizações civis tenham as 5 vagas para que possamos nós que estamos juntos, não sei porque, como uma coisa só, mas somos duas, organizações técnicas e organizações de ensino e pesquisa, na criação ficou assim, e que se for o caso que nós tenhamos apoio. A própria participação na CTIL fica prejudicada, nós não poderíamos, eu não poderia estar aqui porque sou suplente na CTIL. E como suplente eu não tenho recurso para

1260 estar presente para fazer a defesa na reunião da CTIL. Então, isso é muito
1261 importante, é uma questão delicada, não é nada absolutamente nada contra a
1262 organização não governamental, Tereza, é apenas é uma defesa desse segmento
1263 que é extremamente importante.

1264
1265
1266 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA)** – Qual a sua
1267 proposto no item da pauta porque nós já estamos há mais de uma hora nesse item
1268 e já está resolvido. Eu só lembro a todos aqueles que por algum motivo também
1269 não possam vir, por algum tipo de viagem, que necessariamente numa Câmara
1270 Técnica não precisa vir a pessoa, pode ter um representante aqui em Brasília, que
1271 mora aqui em Brasília e representar dentro da Câmara Técnica, quer dizer, não
1272 necessariamente precisa vir alguém não sei de onde para vir sempre aquela
1273 mesma pessoa, não necessariamente, em casos excepcionais pode vir uma
1274 pessoa que vive aqui em Brasília, que participa da organização ou não e pode vir
1275 e participar da reunião da Câmara Técnica, isso não tem problema, uma, duas,
1276 três, quantas pessoas quiserem. Então, vamos passar para o próximo item de
1277 pauta, é o item 3.9, proposta que estabelece conteúdo mínimo para o relatório de
1278 conjuntura de recursos hídricos no Brasil. Revoga os art. 2º e o §2º do art. 3º da
1279 Resolução do CNRH 58, e dá outras providências. Matéria encaminhada pela
1280 Câmara Técnica do Plano, eu vou convidar a presidente da Câmara, a
1281 Conselheira Jussara para apresentar a matéria. Jussara, 10 minutos, por favor.

1282
1283
1284 **A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH)** – Bom, na realidade esse
1285 assunto já foi, já comentei bastante ontem sobre esse assunto, porque o relatório
1286 conjuntura faz parte do Plano Nacional de Recursos Hídricos atualmente. Então,
1287 ele é revisado, ele tem uma itemização de 4 em 4 anos e nos anos intermediários
1288 existe um informativo de atualização das informações, todo ano elaborado pela
1289 Agência Nacional de Águas. O que nós entendemos durante as discussões de
1290 revisão do plano é que essas informações elas servem de base para nós
1291 entendermos como está acontecendo e como está andando todo o processo de
1292 implantação do plano. Então, são informações extremamente ricas, relevantes,
1293 mas nós percebemos que nós ficamos com algumas dúvidas, com algumas
1294 carências de informações que poderiam ser coletadas. Então, a Câmara elaborou
1295 uma sugestão de detalhamento de informações que fosse solicitada aos Estados,
1296 enfim, de complementação para que esse relatório ficasse ainda melhor. Melhor
1297 do que já está porque é um documento de extrema importância para o País todo.
1298 Utilizado hoje em qualquer atividade, qualquer reunião que nós vamos para
1299 discutir alguma coisa nós nos servimos muito das informações que são
1300 consolidadas nesse relatório. Então, é isso, a proposição que nós colocamos dos
1301 itens que nós sugerimos inserir no Relatório Conjuntura foram justamente para
1302 servir de base desse acompanhamento e para que tenhamos um retrato ainda
1303 melhor e mais detalhado de País com relação aos recursos hídricos.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –

Muito bem, eu queria dar ciência à Plenária de algumas considerações que nós fizemos, primeiramente parabenizar a Jussara da maneira que a PNRH, que deu um ritmo muito positivo aos trabalhos da CTPlano. Mas, muito antes da Jussara ter assumido essa a CTPlano, nós tínhamos um pleito que não ficou do jeito que nós gostaríamos que ficasse, mas de certa forma deu uma aproximada, nos recursos hídricos as coisas andam muito mais devagar do que as águas do rio, do que o sistema hidrológico, mas nós colocamos nas reuniões da CTPlano que o Relatório de Conjuntura da Política de Recurso, Hídricos, isso foi um debate muito rico, na Câmara, haveria de contemplar aspectos qualitativos da política, onde nós tivéssemos indicadores de eficiências e de eficácia no processo de tomada de decisão. E que nós já temos isso, de certa forma, na CGO e uma série de banco de dados já disponíveis, mesmo assim, uma dimensão mais política da política, análise da dimensão política das tomadas de decisão. Porque nós estamos tratando de uma política que toma decisão sobre o bem público e são decisões políticas que envolvem quem tem poder, para que e em quê. O relatório, ao nosso ver, ele ainda vai avançar para chegar em um nível desse, a meu ver a ANA não dispõe de pessoas especializadas nesse olhar mais qualitativo e sim quantitativo. Os últimos relatórios foram uma série de tabelas com algumas análises que mereciam mais consistência sob o ponto de vista político. Eu estou pedindo aqui, eu estou deixando bem claro esse registro, eu volto aqui onde tem a parte aqui que vai próximo ao que nós pedimos, esse relatório de conjuntura, balanço dos últimos anos, tubo bem, disponibilidade e qualidade da água. O certo é o seguinte, eu não vou pedir a plenária para mudar isso aqui, Secretário, nem é essa a intenção, mas eu acho que esse relatório de conjuntura, e eu peço à ANA especial atenção, ele está pobre sob o ponto de vista dos parâmetros da ciência social, da ciência política, é até da ciência econômica. E nesse sentido eu peço que a CTPlano no retorno a essa discussão, exclusivo o pessoal da Bahia foi muito decisivo. Não só que falei isso na Câmara, o pessoal da Bahia falou muito isso e nós temos que melhorar isso. Eu estou dando esse registro porque na próxima discussão eu espero que a Câmara tenha a sensibilidade de sair dessa visão tecnocrática de um relatório, de um relatório que aponte as limitações dos agentes e possibilidades dos agentes de mudança na Política de Recursos Hídricos. Isso não acontece no relatório.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) –

Eu quero só comento ar a respeito do que o João, colocou que, na verdade, essas discussões elas foram intensas dentro da Câmara Técnica, mas que nós entendemos ainda que nós não estávamos completamente amadurecidos nesse entendimento e nas possibilidades. Então, esse tema continua na pauta, vai ser de volta discutido, até porque todo ano nós temos nova análise, enfim, então, só para esclarecer que é um tema difícil de discussão, que precisa amadurecimento, e que por conta disso nós acabamos deixando assim, até pela nossa insegurança de que isso seja

1350 realmente realizado no momento, até que nós tenhamos amadurecimento de
1351 metodologias e forma de realizar isso.

1352
1353
1354 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) –** Ok. Obrigado.
1355 Algum comentário? Sílvio.

1356
1357
1358 **O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA – SUPLENTE (Sabesp) –** Eu queria só tirar
1359 uma dúvida, fazer um esclarecimento, pedir um esclarecimento. Eu senti falta, não
1360 sei como foi a discussão no âmbito da Câmara, se ocorreram sugestões nesse
1361 sentido, mas eu sinto falta aqui a observar o capítulo da disponibilidade hídrica
1362 que não há menção aos efeitos das alterações climáticas na disponibilidade
1363 hídrica. Eu queria se for possível, algum esclarecimento nesse sentido, se esse
1364 aspecto foi levado em conta quanto da elaboração da proposta, no sentido de que
1365 eu entendo que já passamos do momento de levar em conta nos estudos que são
1366 feitos a respeito da disponibilidade hídrica os efeitos das alterações climáticas, os
1367 impactos originários das alterações climáticas. Tivemos eventos bastante
1368 significativos em um passado recente, ainda estamos sob efeito desses impactos,
1369 e parece que não vi aqui nenhum aspecto nesse sentido relatado aqui nessa
1370 proposta, embora haja aqui um item específico sobre eventos hidrológicos
1371 extremos, mas queria ver algo relacionado com as alterações climáticas. É isso.

1372
1373
1374 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) –** Quer explicar,
1375 Jussara? Tem mais algum comentário que daí eu passo para a Jussara e nós
1376 entramos. Jussara quer falar mais alguma coisa?

1377
1378
1379 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –**
1380 Uma proposta plausível, inclusive tem que ser colocada agora enquanto Plenária
1381 competente e soberana, é uma coisa que tem, não é preciso, é um item que
1382 poderia ser acrescentado que tem extrema importância.

1383
1384
1385 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) –** Então, nós chegamos a
1386 discutir isso dentro da Câmara, porém, também da mesma forma como os demais
1387 itens nós entendemos que hoje nós ainda não temos metodologias, assim,
1388 tranquilas para falar dentro da disponibilidade, porque a ANA trabalha isso já. Já
1389 tem até o plano relacionado a isso. Então, nós entendemos que em havendo
1390 condições de realizarmos trabalhos e eles têm condições, tendo condições, eles
1391 vão colocar lá dentro da disponibilidade hídrica, dentro dos eventos hidrológicos
1392 porque esse é o mínimo. Então, pela insegurança de ter certeza que tem
1393 condições de colocar algum estudo que seja, conclusivo, que seja um estudo
1394 assim com resultados demonstrativos dentro do balanço hídrico, porque

entendemos o seguinte, por exemplo, na disponibilidade hídrica os aspectos de uso de solo eles sobre passam qualquer flutuação do que nós entendemos, que possa estar alterando com as chuvas e etc. A resposta do uso do solo é muito mais significativa. Então, por essa razão nós entendemos nesse momento que não é nesse momento, nós entendemos, no atual estado do conhecimento, enfim e etc., que não era o momento ainda de inserir como item específico mudanças climáticas. É importante, nós consideramos que como sendo um conteúdo mínimo o relatório pode trazer informações, desde que eles já tenham resultados, mas na Resolução obrigatoriamente colocar pode ser um tiro no pé no momento em função do nosso atual patamar de conhecimento. Foi isso. Isso foi bastante discutido também dentro da Câmara.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Então, eu vou colocar em votação. Quem concorda com o que foi apresentado, por favor, se manifeste? Está em votação. É questão de ordem e depois da votação o Regimento não permite.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) – Não é aprovado tudo de uma vez, eu acho, até porque mudanças climáticas hoje é uma política pública, assumida por Decreto Federal, aqui no próprio Ministério tem pessoas de excelência discutindo isso, então, ninguém está falando nada de alienígena, apenas eu estou fazendo um esforço para que o Conselho se posicione no âmbito da Política de Recursos Hídricos dentro de um tema que já faz parte e tem dentro do próprio Governo que financia o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Então, nós chegamos no recurso hídrico e não e fazemos essa correlação, então, eu acho que seu encaminhamento poderia contemplar, porque é muito simples isso que nós estamos falando. Eu participo da CTPlano e eu não concordo com a posição que está sendo trazida aqui.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Tudo bem. É vocês não viram, mas eu fiz um sinal aqui para o Silvio e o Silvio falou que estava bem, por isso que eu toquei. Entendeu? Toquei porque ele disse que estava concordando com o que foi falado aqui. Agora, se você como Conselheiro quer que coloque isso em votação, eu ponho em votação. Então, eu vou colocar em votação o seguinte, a emenda que está sendo proposta pela Conselheiro Clímaco, quem concorda com a inclusão dela, por favor, se manifesta. Quem concorda. Quem concorda com a posição se manifesta. Quem não concorda se manifesta. Mas já está votando, já está em votação. Quem não concorda, por favor, se manifesta. Está bem. Estabeleceu confusão. Qual é a proposta de emendo, por favor? Qual é a frase que ele falou?

O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA – SUPLENTE (Sabesp) – Bom, tentando esclarecer, no art. 2º, exatamente o que está apresentado ali na tela, faz referência à situação dos recursos hídricos com um item específico, como estabelecido com o mínimo que é a disponibilidade hídrica. A consideração que eu havia feito é acrescentar nesse item eventuais efeitos das alterações climáticas. Foi esclarecido que não havia naquele momento condições técnicas, ou algo do tipo para fazer isso, mas como foi dito também que a ANA tem condições de fazer esses estudos ou acrescentar alguma coisa, mesmo que não seja conclusivo, acho que é importante que haja a menção no relatório, o relatório de Conjuntura Nacional dos Recursos Hídricos, que haja alguma menção do que estiver disponível no momento a respeito dos efeitos das alterações climáticas, ou talvez aquela redação que está colocada, incluindo eventuais efeitos das mudanças climáticas, atenderia ao que eu estou colocando.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Depois eu vou, Jussara, e depois eu vou encaminhar.

O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES – TITULAR (MAPA) – Eu acho que colocação pertinente, eu acho que mudanças climáticas realmente é uma... Nós temos que começar a tentar mais, entender melhor o que está acontecendo, mas o que eu entendo do Relatório de Conjuntura, aí estão os colegas da ANA que podem me corrigir, é a situação dos recursos hídricos, a situação é passada, está acontecendo, que tem um histórico. Eu acho que as questões de mudança climática devem entrar em outro cadernos. Eu acho que esse indicativo, é o que eu entendo, posso estar errado, quando você mostra a situação estava refletindo que passou, que existem os dados, o levantamento.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – É só defesa da posição que nós tiramos na Câmara Técnica, nós colocamos isso e discutimos muito essa insegurança metodológica para poder fazer isso. Se durante os trabalhos na Agência eles entenderem, tiverem e desenvolverem uma metodologia, ou tiverem apoio para desenvolvimento da metodologia e acrescentarem no relatório, ótimo, maravilhoso eles vão acrescentar, só que nós colocarmos agora nesse momento, porque isso aqui pode ser resultado em outro momento, olha, já temos metodologias comprovadas, aprovadas, a importância da Ciência e Tecnologia, que, às vezes, tão debatidos em alguns lugares o pessoal bate em cima de nós da Academia que fazemos as pesquisas, hoje nós não temos metodologia consistente, consolidada para isso. Então, em função disso nós entendemos lá na Câmara Técnica que não era o momento. A partir do momento em que a Ciência e Tecnologia, a pesquisa, desenvolver e dizer olha, agora já temos uma metodologia boa, confiável, razoável. Então, aí nós podemos voltar aqui à Plenária e fazermos outra Resolução para acrescentar e garantir esse item dentro do Relatório de

conjuntura. Então, é só uma defesa nesse sentido. Nós em momento algum dissemos que não é importante trabalhar esse tema. É importante. Porém, nós temos que ter bastante responsabilidade, se nós colocarmos ali nós geramos um compromisso para a ANA que talvez ela não esteja em condições no momento de realizar. Porque ainda há muito pouco conhecimento consolidado nessa área. É isso, é só uma defesa.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – A Patrícia pediu a palavra. Eu vou dar só... Quer falar também, Willy? Mas depois da Patrícia, 3 minutos cada um.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (FIEMG) – Antes que crie uma teoria conspiratória. O que a Jussara está dizendo, e nós temos na Bacia do Velho, isso foi comprovado, é que não há uma relação direta da falta de água, da escassez hídrica que aconteceu com a Bacia, com alterações climáticas. Há baixos índices de chuvas que ocorreram nesse ano de 2013/2014, ocorreram em outros anos históricos também. Então, está se fazendo e vendo que tem muito mais uma relação com mudança do solo, com o desmatamento em cabeceira, com nascentes, do que propriamente por mudanças climáticas. Então, quer dizer, o que a Jussara está dizendo, que a ANA como órgão gestor de recursos hídricos tem responsabilidade informacional de não soltar um relatório que tem base científica comprovada. Eu posso fazer no jornal um artigo dizendo que tudo é mudança climática, que meu humor mudou por causa da mudança climática, mas a ANA não pode. Ela é um órgão gestor auditado. Então, ela tem que ter base científica para afirmar. O que a Jussara está dizendo é que até hoje não se tem uma segurança técnico-científica de associar uma coisa à outra. Não é que o tema não é importante, não que é que as pessoas têm que investigar e fazer isso, e o Thut hoje talvez seja uma pessoa que esteja muito dedicada a esse tema, e é por isso até que se não engano, ANA me ajuda, esse tema entra até no Relatório de Segurança Hídrica, ele, no Relatório de Segurança Hídrica, não é de conjuntura que é o retrato do que está acontecendo hoje no Brasil, o que tem de água hoje, esse conjuntura ele entra no segurança hídrica. Segurança hídrica há uma investigação sobre o reflexo da mudança climática na disponibilidade hídrica.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu vou dar a palavra para o Willy, para o Paulo, e depois para Jussara e daí nós vamos encaminhar. 3 minutos para cada, eu vou marcar aqui, acho que o assunto, para mim pelo menos, já está perfeitamente claro.

O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA – TITULAR (Fonasc) – Eu preciso de 3 minutos. Eu só queria lembrar que, embora existam algumas indefinições sobre o

aquecimento global já é institucionalizado, como o Clímaco disse, já existe departamentos, mas eu queria lembrar que existem os protocolos de desertificação que já estão extremamente avançados, legalizados e as leis de convivência com o semiárido que já foram aprovadas, se não me engano, em pelo menos 4 Estados do Nordeste que abrangem muito tudo que se fala aqui. Eu só queria lembrar desse detalhe.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Obrigado pela brevidade. Agora o Paulo.

O SR. PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES – SUPLENTE (MME) – Não vai mais muito mais do que 30 segundos não. Só para reafirmar aqui, recordar aqui com a Jussara e também informar para vocês, nós estamos com uma série de estudos em variadas bacias, no Ceará, agora que efeito sobre os recursos hídricos, especificamente, um relatório de conjuntura derivou em uma variabilidade climática de uma mudança climática, não estamos aqui discutindo se está havendo, não é isso, mas para esse tipo de relatório, para esse instrumento eu acho que realmente nós ficaríamos sem, seria meio irresponsável da ANA afirmar nesse momento. Tenho só que concordar com Jussara e realmente reforçar que a forma como foi apresentado me parece mais segura.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Eu vou passar a palavra para a Coordenadora do plano.

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA (Coordenadora do Plano de Conjuntura) – Bom dia. Eu participo da Câmara Técnica, eu QUE coloquei para a Jussara chamar atenção para o Parágrafo Único que é exatamente o que a Jussara colocou, da necessidade de evolução da metodologia e na medida que essas metodologias forem evoluindo a CTPNRH vai ter, vai poder sugerir a inclusão de aspectos a serem considerados sobre a situação na medida da evolução metodológica para coleta e tratamento das informações pertinentes, de forma que permita o seu levantamento e monitoramento. Então, eu acho que ficou registrado na própria Resolução essa questão que a Jussara levantou.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu vou colocar em votação da seguinte forma: quem aprova o texto original, fica o texto original sem esse acréscimo aí. Se não aprovar texto original nós entendemos que tem que incluir esse acréscimo incluindo os eventuais efeitos de mudança. Então, quem prova sem isso vota sim. Quem quer que inclua eventuais efeitos de mudanças vota não. Não só... Eu estou falando o destaque, é o destaque. É a

mesma coisa. É coçar o nariz, é assim. É a mesma coisa. Eu estou flexível. Quem aprova. Agora vamos mudar, ficar mudando tudo vai dar confusão. Quem aprova sem o destaque, vota sim. Quem aprova com o destaque, depois nós entendemos que está votando não. É a mesma coisa. Está bom. Quem aprova sem o destaque, por favor, se manifeste. Quem não aprova, quer dizer, aprova com o destaque? Abstenções? Então, fica do jeito que estava o texto original. Ok. Bom, agora o próximo item da pauta é o parecer da Comissão de Ética, o parecer final da Comissão de Ética referente ao processo, matéria encaminhada pela Secretaria-Executiva. Eu não sei se Clímaco gostaria de fazer algum comentário antes de entrar no... Porque eu só estou dando essa porque eu soube que teria um comentário anterior do Clímaco, eu estou dando essa oportunidade, senão eu vou ter que entrar direto no fato aqui.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –
Antônio, dá para entrar no parecer?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Não é para discutir o parecer agora. Se for para discutir eu vou apresentar o parecer, aí volta ao normal. É que eu fiquei sabendo de um...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –
Eu vou, antes, se tiver de encaminhar o parecer colocar algumas considerações sobre a necessidade que teve dessa coisa vir parar na Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. É um documento, um parecer que foi decorrente de um pedido de uma Conselheira que eu conheço, que está aqui, uma Conselheira não, uma Presidente de uma Câmara Técnica que representa o setor de Comitês de Bacia, que se sentiu, achou que a nossa conduta no Conselho Nacional, na Câmara Técnica foi um ato indecoroso, ou melhor, outras pessoas dessa eu imagino que foi a própria Presidente da Câmara. Outras pessoas dessa Câmara, pleitearam, que não são Conselheiros, mas são representantes de Conselheiros pleitearam que aquelas nossas afirmações eram objeto de análise pela Comissão de Ética por ser indecorosa e foi feito um trâmite, foi feito um encaminhamento.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Mas é somente para...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –
Deixa-me chegar, as pessoas têm que entender. Até que eu acho que muita gente aqui nem leu o parecer, mas o que eu queria antes de discutir o parecer é o

1620 seguinte, eu estou vendo o futuro, eu não estou vendo futuro na caminhada que
1621 isso está sendo tomada. Tanto por parte nossa, como por parte dos pessoas que
1622 criaram esse ambiente de julgamento na Comissão de Ética. Eu tenho, e aqui eu
1623 vou falar com muita tranquilidade e franqueza, eu estou muito tranquilo em relação
1624 a isso porque eu acho que no ambiente do Estado não existe esse negócio de eu
1625 achar que fulano é feio, ou fulano aquilo, tudo tem que ser pautado pela lógica do
1626 direito e da justiça, senão o estado virava uma bagunça, eu chegar para você, que
1627 você é feio, aí vira tudo subjetivismo. Existe toda uma lógica que permeia a ação
1628 do serviço público, e dentro do ambiente do Estado não podemos fugir disso.
1629 Acontece que se for olhar por aí nós temos uma série de divagações a fazer. Mas,
1630 eu queria fazer umas considerações, tanto eu quanto a pessoa que fez esse pleito
1631 para que nosso comportamento, nosso, do segmento, fosse questionado sob o
1632 ponto de vista de decoro foi uma atitude muito precipitada e eu quero justificar
1633 aqui uma saída antecipado da discussão, dizendo o seguinte, a pessoa, a
1634 Doutora, a Suraya Modaelli, a nossa companheira e presidente da CTEM é uma
1635 pessoa que nunca ouviu de nossa parte pessoalmente nenhuma atitude ofensiva e
1636 questionadora da condição moral dela. E isso eu falo e vou falar sempre, eu nunca
1637 fui ator desse tipo de comportamento e, inclusive em relação a ninguém da
1638 Câmara, mas nunca abrimos mão, e ela sabe disso, e a professora, Doutora e
1639 querida Modaelli ela tem como eu uma função muito difícil porque nós somos
1640 líderes de conjunturas diversas de pessoas de todos os níveis que têm uma
1641 demandando sobre nós, e aquele momento na Câmara Técnica parece que pessoas
1642 que não têm a menor dimensão do que é o uso do Estado, o uso da máquina
1643 pública para pichar ou definir o caráter de uma pessoa, ou dar um o status a uma
1644 pessoa, acharam que Comissão de Ética é uma coisa muito simples e aí isso tem
1645 a ver tanto com a condição pessoal da nossa professora Suraya, quanto a minha.
1646 Eu como Suraya somos pessoas decentes, temos filhos, não sei se ela já tem
1647 neto, mas eu já tenho neto, eu tenho muito orgulho e meus filhos têm muito
1648 orgulho do trabalho que eu faço na Política de Recursos Hídricos e todos eles que
1649 sabem que eu não constituí inimigo nesse processo, eu construí relações políticas
1650 porque tem realmente muitas coisas que nós não concordamos e não vamos
1651 mudar a nossa linha de ação política, mas ninguém, nem mesmo nesses
1652 documentos que rolam aí de Comissão de Ética viu eu denegrir a pessoa de
1653 ninguém. As pessoas se sentiram ofendidas. E nesse sentido eu vejo que há que
1654 se separar. Não posso dizer que a professora Suraya é uma pessoa que tem
1655 atributos que justificaria eu colocar aqui na Comissão de Ética. Não posso falar
1656 isso, mas também não posso aceitar que um posicionamento político, que diz
1657 respeito ao fundamento da nossa atuação, houve uma disputa eleitoral dentro da
1658 Câmara e os postulados da nossa plataforma política foram, sem falar de
1659 ninguém, nós temos que conduzir a nossa postura política assim e assim,
1660 diferente da atual gestão. Isso é uma posição política que não abro mão. Agora,
1661 dizer que a professora Suraya é isso ou aquilo, isso nunca aconteceu, ela sabe
1662 que ela sempre contou com o nosso respeito e sempre foi respeitada. Dizendo
1663 isso eu estou fazendo um encaminhamento, se esse negócio for, isso já está
1664 gerando tanto problema, estão chegando cartas, já teve mais de 150 entidades

mandando carta para Ministro, já foi para o Ministério Público, isso vai virar uma lambança que eu não vejo vantagem nenhuma nem para nós porque se eu quisesse usar politicamente para faturar em cima disso, eu tenho muito mais força política do que muita gente pensa que tem, mas eu estou querendo preservar a pessoa, a professora Suraya, ela sabe que pessoalmente ela nunca ouviu de mim uma condução de denegri-la. Agora nós temos que, eu, por exemplo, eu no Fonasc recebo pressão de todo mundo, têm várias pessoas que me pedem para eu colocar vocês aqui em Comissão de Ética, eu nunca vou fazer isso porque eu vejo que eu tenho uma liderança que eu tenho que respeitar. Então, Suraya, eu quero me manifestar, esse é o meu posicionamento. Politicamente nós temos diferenças, concorreremos em pleitos e vamos concorrer, agora, você nunca ouviu e nem vai ouvir de mim que você é isso ou aquilo. Ao contrário, eu tenho visto muito de minha parte, se quisermos dar início a uma discussão mais aprofundada, entrando em detalhes nós temos muitos elementos que poderiam levar para vários campos. Eu só sei o seguinte, eu não vou permitir, e acho que a Suraya também não permitiria usar uma máquina do Estado, uma instância do Estado para denegrir a pessoa nenhuma. Eu faço a proposta, eu vou fiscalizar, vamos monitorar, vamos acompanhar todas as atitudes de todos os usos de recursos públicos e mobilização e educação ambiental, assim como nós fazemos em outras Câmaras de cobrança, nós fazemos em Minas, fazemos no Maranhão. No Maranhão nós descobrimos mil coisas nas Câmaras Técnicas de falta de transparência na condução. Já derrubamos Plano de Bacia, já acabamos com licitação, porque esse é o nosso papel e nós vamos continuar nisso. Pelo a contribuição da Suraya aceitando essa posição pessoalmente, a senhora conta com nosso respeito e nossa admiração. Se nós temos problemas de gestão, o nosso pessoal, aquele pessoal que está pouco se lixando para a sua posição e a minha, faz aquela confusão na Câmara Técnica e vai embora. Então, eu peço que tenhamos esse conduto e a coisa continua e esse processo os meus filhos não vão saber nunca que o Estado Brasileiro com 200 e tantos milhões de habitantes gerou advertências, seja lá que punição for de um órgão sem fundamento jurídico. Eu queria deixar claro, viu Suraya? Essa posição, do meu respeito à sua pessoa como mãe de família, como cidadã, se temos conduções políticas diferentes de uma Câmara nós discutimos politicamente. Isso que eu quero fazer.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Não cabe discussão agora. Eu vou passar para a Suraya para saber se as explicações do Clímaco são suficientes. Eu estou entendendo que se ela entender que as explicações que o Clímaco deu, enfim, do que foi considerado como ofensa são suficientes, se for suficiente eu entendo que ficaria por retirada do processo. Se não for suficiente eu vou dar leitura à Comissão de Ética e nós vamos dar para princípio, vamos dar início ao processo previsto no regulamento.

1709 **A SR^a. SURAYA MODAELLI (Presidente da CTEM)** – O meu nome é Suraya, eu
1710 acho que muitos de vocês me conhecem, atuo no Conselho desde a sua
1711 instalação. Eu sou representando do Estado de São Paulo e membro de CTEM
1712 desde 2004 da sua instalação e presidente dessa Câmara há muito tempo. Eu
1713 esperava um pouquinho mais da sua fala, Clímaco, eu acho que a forma como
1714 você colocou a questão aqui, ela me deixou mais ainda constrangida na situação
1715 que eu estou aqui. Eu gostaria de estar aqui para apresentar uma proposta de
1716 deliberação ou de moção para este Conselho. Eu tenho muito respeito a todos os
1717 Conselheiros e membros de Câmaras Técnicas, mas também tenho a certeza, e
1718 você como representante da sociedade civil sabe que a gestão ela implica em
1719 vários usuários, olhares e saberes que tratam da gestão. Apesar de desejável nem
1720 sempre o consenso é possível. Mas eu acho que o mínimo que nós devemos ter é
1721 respeito, respeito entre as diversas representações e segmentos. E nós sempre
1722 tivemos muito respeito pela sociedade civil. Você representa uma parte da
1723 sociedade civil, nós temos aí mais de 240 Comitês de Bacias, que têm também as
1724 suas representações da sociedade civil. E sabemos que não é nem de decoro,
1725 mas as regras básicas de convivência são necessárias para que possamos tentar
1726 dialogar. Quando você faz uma carta ao Governador do meu Estado pedindo a ele
1727 que abra uma sindicância e troque todos os representantes do Estado de São
1728 Paulo nas Câmaras Técnicas, eu acho que isso você está sim se referindo a mim.
1729 Quando você vai a São Paulo fazer uma reunião com o meu Secretário de Estado
1730 para pedir que ele me tire da representação da Câmara Técnica porque eu estou
1731 tendo uma conduta inadequada, eu acredito que você está sim se referindo à
1732 minha pessoa. Quando você faz uma carta ao Secretário de Recursos Hídricos e
1733 pede a ele que não apoie a realização do Encontro Formativo que traria subsídios
1734 para a sociedade civil porque a Presidente da Câmara não tem uma conduta
1735 democrática, eu acho que você está falando sim de mim. Quando você extrapola
1736 um ambiente da Câmara Técnica porque podemos ter divergência dentro da
1737 Câmara, mas acabou ali a discussão e o que a Câmara decidiu está decidido, mas
1738 quando você vai extrapola e vai a outras Câmaras e critica a Presidência e critica
1739 a postura da CTEM, você está sim falando da minha pessoa. Quando você vai nas
1740 redes sociais da Fonasc e coloca lá o corporativismo, a conduta inadequada da
1741 atual coordenação da Câmara, que São Paulo não é o Brasil, você está sim se
1742 referindo à minha pessoa. Então, eu lamento muito, eu lamento muito porque eu
1743 nunca faltei com respeito a você, eu acho que você já contribuiu bastante para o
1744 sistema e tem muito a contribuir, mas infelizmente talvez no afã de se posicionar
1745 você acaba ofendendo as pessoas. Então, eu lamento muito esse momento, mas
1746 eu creio que a sua fala ela tentou desqualificar o que foi pedido da Câmara de
1747 entrada na Comissão de Ética. Então, eu acho que sim, quando você extrapola os
1748 limites da Câmara, você está ofendendo a pessoa da presidência da Câmara que
1749 sou eu. É isso que eu queria deixar claro, acho que todos receberam aqui os
1750 documentos que nos basearam, foi uma demanda da Câmara, você bem colocou
1751 porque já faz tempo que nós vimos com essas falas na Câmara, mas foi uma
1752 demanda da Câmara. Então, eu reforço aos senhores Conselheiros e
1753 Conselheiras, eu lamento muito, lamento muito, mas não era o que eu esperava

da sua fala. Eu acho que toda a documentação está aí, nós temos que e esse Conselho ele aprovou o seu Regimento Interno e colocou no Regimento a previsão exatamente da questão de regras básicas de convivência e decoro exatamente para dar segurança a todos os Conselheiros, que eles serão respeitados no seu posicionamento, no seu olhar legítimo, mas isso não quer dizer que eu tenha que usar de outros meios para fazer com que quem não concorda comigo seja afastado do sistema. Obrigada, Júlio.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu estou entendendo que a ideia era que não se chegasse a deliberar... Não tem palavra agora. Por enquanto não. Ainda não entrei no assunto, seria oportunidade de haver uma retratação e nós não precisarmos entrar em deliberação aqui. Como isso, enfim, foi entendido que não ocorreu, nós teremos que entrar na deliberação. Então, eu vou partir para nós entrarmos, eu vou ler o próximo item da pauta. Então, a deliberação sobre o parecer final 2016 da SRHU, da Comissão Permanente de Ética, referente ao processo 02000.001667/2015-40, matéria encaminhada pela Secretaria-Executiva. Eu quero informar que os dois membros da Câmara Técnica da Comissão de Ética não puderam comparecer, um fez uma operação no coração e está internado em São Paulo, o colega Demétrius, e o outro não pôde comparecer. Então, o que tem é que nós vamos fazer a leitura do que foi o parecer final da Comissão de Ética, e depois vamos abrir a palavra para, primeiro, seria a Suraya para fazer a defesa do seu posicionamento, e depois o Conselheiro Clímaco. E depois fica aberto a comentários gerais de alguém que queira fazer aqui os comentários gerais, daí o Plenário delibera. O Plenário pode deliberar aprovando o que foi o parecer da Comissão de Ética, com a sugestão que lhe foi dada, pode deliberar contra, quer dizer, não aprovando e daí fica arquivado o processo, pode, inclusive deliberar pela mudança da penalidade, se for o caso. Então, isso são as opções que têm o Plenário para ser feitas agora. Então, eu vou passar o procedimento do parecer final, e daí depois nós damos a palavra primeiro para a Suraya e depois para Clímaco para colocar os seus fatos. Um pouco longo aqui e o meu sotaque do interior de São Paulo não ajuda muito, mas tem R, tem... Parecer final 2016, Comissão de Ética, Conselho Nacional de Recursos Hídricos, SRHU/MMA. Item 1) dos fatos. 1.1) o referido processo MMA 02000.001667/2015-40, consta requerimento a senhora Suraya Modaelli, presidente da Câmara Técnica Educação Capacitação, Mobilização Social e Informação e Recursos Hídricos – CTEM, desse Conselho, constantes na folha 3 a 58, do referido processo. A requerente pelo fato que relata solicita que essa Comissão de Ética analise a violação das regras básicas de convivência e decoro praticadas pelo denunciado, senhor João Clímaco Soares de Mendonça Filho, representante das organizações civis não governamentais, em diferentes instâncias do Colegiado. 1.2) fato relatado motivador do requerimento, conforme previsto no art. 49 do Regimento Interno do CNRH, em sua justificativa na sua solicitação a requerente cita falas do senhor João Clímaco durante a 57ª da CTEM, de 23/07/2015 as quais foram: “excessivamente agressivas e levianas,

chegando a acusações de que a CTEM seria uma agência de eventos, insinuando que alguém está obtendo alguma vantagem disso”. Foi citado também que houve manifestações indignadas dos demais membros da CTEM sobre as acusações, os quais também os teriam afetado. 1.3) consta também do requerimento a esta Comissão, entre outros, cópias da edição do jornal eletrônico do Fórum Nacional da Sociedade Civil dos Comitês de Bacia – Fonasc, onde o senhor João Clímaco escreve sobre a 57ª reunião da CTEM na qual a senhora Suraya Modaelli foi reeleita. “Durante essa reunião esses grupos novamente se candidataram mais uma vez para eternizarem essa forma de escamoteação de assuntos tão sérios que a educação ambiental e mobilização social possibilita. E pelo visto o nosso esforço serviu mais uma vez para que através desse processo eleitoral da presidência da CTEM, pudéssemos desnudar para os presentes o biombo onde se situa grupos que se esbaldam em promoções de eventos, com dinheiro público, sem a devida contraprestação de contas à sociedade em nome de uma questão tão séria. 1.4) por fim, a requerente enfatiza que tais afirmações e outras críticas depreciativas são rotineiras, inclusive em outros ambientes públicos como demonstra, por exemplo, ao anexar a transcrição da parte da ata da 88ª reunião da Câmara de Ciências e Tecnologia e cópia de ofício encaminhado pelo denunciado em 2011, ao então Secretário de Recursos Hídricos do Meio Ambiente do MMA. Nas palavras o senhor João Clímaco: “entendemos que os encaminhamento até agora empreendidos através da senhora Presidente daquela CT, senhora Suraya Modaelli, agente público do Estado de São Paulo, no exercício da presidência da daquela CT, não possibilita a participação política e o encaminhamento da proposta técnica de nosso segmento, bem como a sua adequação ao princípio de pessoa solidária e transparência à gestão pública, disposto na Constituição Federal. Item 2) encaminhamento dessa Comissão de Ética. Considerando as análises dos documentos correspondentes ao requerimento enviado pela senhora Suraya Modaelli, bem como dos áudios das reuniões citadas, fornecidos pela Secretaria-Executiva do Conselho, essa Comissão de Ética constatou indícios de violação de regras básicas de convivência e decoro por parte do senhor João Clímaco Soares Mendonça Filho, pois foi avaliado que o mesmo atuou sim de forma desrespeitosa nos eventos mencionados pela requerente, não se expressando e agindo de maneira cordial esperada. 2.2) dessa forma, o denunciado foi corretamente notificado da abertura do processo MMA 02000.001667/2015-40, para a qual lhe foi oferecida ampla defesa. 2.3) Essa Comissão recebeu os documentos de defesas vindos do denunciado durante todo o processo de tramitação, durante todo o processo de tramitação do processo, folhas 79 a 95, 108 a 124, 184 a 190 do processo 02000.0016667/2015-40, os acolheu durante a análise observando cuidadosamente todos os contrapontos expostos, mas considerou que em sua manifestação o denunciado não apresentou concreta defesa ao que lhe foi imputado no requerimento inicial, tendendo-se sobremaneira ao caráter de mérito e processual conduzidos pelo SRHU/MMA, a qual foi esclarecido como correto em documentos constantes do processo MMA, desse mesmo processo, especialmente no que concerne à Consultoria Jurídica do MMA nas folhas 167 e

169. Ou seja, em sua defesa o denunciado não negou suas falas e ações explicitadas no requerimento inicial da senhora Suraya Modaelli, mas as justificou com base em direito de manifestação e legitimidade dos princípios da participação social. Folha 187, afirmando dentre outros, ser apenas uma crítica à metodologia adotada de trabalho pela requerente. Folha 114. 2.4) diante do exposto, após analisar todos os argumentos apresentados pela requerente e pelo denunciado, com base nos princípios de condução de trabalho processual característico da administração pública estabelecido a esta Comissão de Ética, pelo Regimento Interno do CNRH, aprovado, foi aprovado sem restrições por toda a Plenária do colegiado à época. A Comissão de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos decide encaminhar pela sanção de advertência ao denunciado, senhor João Clímaco Soares de Mendonça Filho. Com esse parecer tem o dever de apurar os fatos apurados de forma sucinto, art. 53 do Regimento Interno do CNRH, a esta Comissão de Ética, pedir que a Secretaria-Executiva, essa Comissão indica a Secretaria-Executiva do Colegiado que em anexo a esse documento o Plenário do Conselho também receba o requerimento enviado pela denunciante e as defesas apresentadas pelo denunciado. Observação: essa Comissão de Ética informa que a senhora Ingrid Illich Müller, não é mais Conselheira do CNRH, não havendo previsão para sua substituição no Regimento Interno do Colegiado. Então, foi por isso que foi assinado pelos dois, é o parecer final 01/11/2016, assinado pelo Conselheiro Demétrius, Christofidis, Presidente da Comissão de Ética, e pelo Conselheiro Ronaldo Jorge da Silva Lima, representante dos Conselhos Estaduais. Esse é o parecer da Comissão de Ética, que nós vamos discutir. Então, eu passo a palavra primeiro para a Conselheira Suraya, se quiser. Fala no microfone, que isso precisa ficar registrado.

A SR^a. SURAYA MODAELLI (Presidente da CTEM) – Bom, eu gostaria de mais uma vez reforçar aqui, é lamentável que nós tenhamos que trazer essa questão, mas eu acho o que Regimento Interno foi aprovado pelos Conselheiros e Conselheiras exatamente para que nós possamos manter o respeito e as regras básicas de convivência, isso é para a nossa segurança e para que todos possam se manifestar. Eu acho que já expus aqui e vocês receberam os documentos. Lamento muito, lamento muito e reforço que respeito muito o segmento da sociedade civil, mas eu acho que nós temos que ter sim os nossos direitos aqui respeitados. Obrigada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Conselheiro João Clímaco, se quiser falar em sua defesa, por favor. Fala no microfone, por favor. A defesa que eu estou entendendo, não sei. Não é o segmento que está sendo julgado, o problema é pessoal, quer dizer, o segmento pode até falar depois, mas agora a defesa seria sua, ou do seu advogado, se for o caso.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –

Eu vou me ater somente aos fatos porque no ambiente da discussão de mérito, de quem é isso ou aquilo, quem fez isso foi aquilo, dentro do Estado o que vale são os fatos. E agora, a interpretação do fato, por exemplo, eu me senti ofendido? Eu já sai daqui diversas vezes ofendido, não tem porque ficar com mágoa de nenhum Conselheiro. Coisas absurdas foram votadas aqui e nós estamos acostumados com isso, perdemos, ganhamos, faz parte do processo. Então, eu vou pedir ao nosso companheiro aqui para ver que existe uma interpretação que leva, quer levar as pessoas a entenderem que houve um dolo, um delito, um crime, alguma coisa passível de punição, quando, na verdade, existe o que existe em tudo quanto é Conselho, em ambiente político, em iniciativa da sociedade civil, em vários lugares. Por exemplo, cadê o fato primeiro que eu digo, justificativa, foram *(leitura rápida)*. Olha, eu acho que se eu disser na Câmara, se eu fosse em qualquer instância pública disse, fizer uma crítica a uma instância pública, a um órgão de dimensão política de uma política pública, como cidadão, nem mesmo como Conselheiro, como cidadão, se eu fizer uma crítica e dizer: aquela Comissão de Justiça lá da Câmara Federal ela é tendenciosa, ela produz eventos, isso eu estou cansado de ver por aí, todo muito critica e isso está muito bem fundamentado na nossa defesa, até pergunto aos Conselheiros aqui, vocês leram todo o processo onde está a defesa baseada em uma análise jurídica da coisa? Porque no Estado não existe esse negócio de você não tratar as coisas juridicamente, o que existe é, existe de fato um fato jurídico, um fato real que significa dolo? Se for tudo bem. Então assim, eu dizer que em uma repartição não, por exemplo, a Codevasf fez uma crítica a nosso trabalho na Comissão do Rio Parnaíba, e foi de uma maneira extremamente indecorosa, rindo da nossa cara, curtindo, eu mandei uma carta para o Ministro da Integração, comunicando que o funcionário tal e tal agiu de maneira inapropriada com a nossa Conselheira. Eu tenho o direito de fazer isso, eu consultei meu advogado e ele disse: você tem o direito de fazer isso. Você está criticando uma conduta de um funcionário e você também está criticando, está sugerindo uma posição impessoal do agente público. Dizer que a Comissão de Justiça ou uma Câmara Técnica está tendo uma conduta assim ou assado, é um direito político que está muito bem fundamentado, se eu perguntar vocês, vocês leram isso na defesa que eu fiz? A Comissão de Ética não leu. Então, isso é uma coisa. Essa questão de ir no Governo de São Paulo, eu vou no Governo de São Paulo por vários motivos, mas vou citar um exemplo, quando a Ministra Isabela de nefasta experiência que teve aqui, que esvaziou esse Conselho, eu mandei uma carta para a presidente Dilma, a presidente Dilma respondeu a nossa carta encaminhando a um setor aqui do Governo que me respondeu a carta dizendo que estava conduzindo as informações que eu tinha passado para negar ou confirmar se estava. Então, a Presidente Dilma não reclamou porque eu cidadão fui lá reclamar. Há uma diferença muito grande entre o agente público exercer o seu papel e a sociedade civil. Não tem esse negócio, eu não estou aqui para fazer, para passear no lago com os meus amigos do Conselho, até porque o meu barco quebrou, aí eu queria pedir que há uma dimensão de despolitizar o trabalho nosso aqui, quer dizer, eu

1934 mandei uma carta para o governador Jaques Wagner que ia nomear um servidor
1935 da ANA para um cargo onde ele historicamente tinha um histórico de polarização
1936 com uma comunidade na Bahia. Eu não vou citar o nome, mas é uma pessoa hoje
1937 que eu tenho muito carinho, e o Governador ligou: vem cá, essa que você está
1938 escrevendo aqui é verdade? É. o movimento lá da cidade tal, pediu para eu não
1939 aprovar no âmbito do Conselho a nomeação, interferir nessa nomeação. Isso é um
1940 ato, toda a nossa defesa já levada é um ato plenamente legal, não existe, eu não
1941 falei da vida pessoal nem da questão moral do agente público, eu disse a ele que
1942 ele não tinha condições de exercer aquele cargo. E o Governador, o gabinete ligou
1943 e falou assim: nós não vamos nomear, tudo bem. Encerrou o assunto. Depois
1944 esse assunto virou confusão e todo mundo reclamou. Teve outro fato também.
1945 Então, isso aqui para mim revela que nesse patamar de discussão que quer levar
1946 as coisas há que se reconfigurar e redefinir qual é o papel do agente público. Isso
1947 aqui não é um clubinho, isso aqui é um ambiente, as Câmaras Técnicas são
1948 instâncias de Governo. Então, não adianta querer me moldar ao padrão onde eu
1949 tenha que abrandar, ou então que eu tenha que diminuir a atuação política do
1950 nosso segmento de fiscalizar, monitorar, acompanhar, e atuar de maneira incisiva
1951 para que aquela política pública seja feliz da maneira mais transparente,
1952 impessoal dentro dos princípios da legislação. Agora, se aquele ou aquele agente
1953 público vai sentir, isso é uma questão subjetiva, vai ter que ser a justiça que vai
1954 decidir. Esse papel nós não vamos abrir mão. Qual foi a outra acusação? Olha,
1955 em nenhum momento o nosso jornal publica análise de atuação dos nossos
1956 membros, vários Comitês de Bacia no Brasil e nós criticamos mesmo, olha, o
1957 Comitê tal, o Conselho, nós não falamos que o fulano de tal fez isso ou aquilo.
1958 Não. O Comitê tal, o assunto tal, porque o Comitê é uma instância pública, de
1959 direito público, é uma instância de política pública, ninguém aqui é, a Política de
1960 Recursos Hídricos não é um clube, não é igreja. Então, todos que tiverem
1961 consciência do seu papel vai agir dentro dos preceitos da legislação até onde ele
1962 vai e até onde ele fica. E eu tenho, e tenho toda assessoria jurídica que comprova
1963 isso, que eu posso atuar nessa linha. Agora tem ONGs boazinhas que fazem
1964 convênios com o Governo, cinco milhões, quatro, milhões, o Fonasc não tem
1965 convênio com Governo nenhum e não recebe dinheiro de Governo nenhum, nós
1966 estamos aqui para fiscalizar, para monitorar, cobrar transparência, tudo dentro da
1967 lei. Então, olha, se esse poderão quiser ser instituído de pessoa boazinha que vai
1968 aceitar tudo abrindo mão do seu direito legal de fiscalizar, quer se instituir através
1969 de mim ou através dessa confusão criada aí, nós vamos ter que ir para outros
1970 caminhos. Eu não posso aceitar isso, o padrão de caminhada da sociedade civil
1971 no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nesse mandato, não vai mudar.
1972 Agora, evidentemente que ninguém aqui pode dizer que eu ofendi a pessoa
1973 especializada, eu faço uma crítica ao trabalho e eu vou dizer na CTEM ou na
1974 CTCT que CTEM tem críticas porque eu tenho direito fazer isso, isso que minha
1975 assessoria jurídica provou por normativo legal, não sou eu que estou dizendo isso.
1976 Isso na televisão, na imprensa, em jornal, qualquer um. Eu posso cobrar, cabe ao
1977 agente público refutar e mostrar que eu estou errado, não ficar querendo
1978 desmentir um assunto que tem ampla base e margem da legalidade. A sociedade

1979 civil não está aqui para ficar referendando ou fazendo papel de bobo, têm coisas
1980 que são boas, como ontem, nós aprovamos várias situações que nós acreditamos
1981 que funcionam, mas que não têm, a CTEM teve uma eleição, houve duas
1982 plataformas políticas, o que a professor Suraya é pessoalmente não tenho dúvida,
1983 agora o que representa é um conceito. Um conceito de política pública que não é
1984 o conceito que a sociedade civil imagina que deve ser melhor e isso não pode ser
1985 traduzido como uma questão pessoal e nem tampouco de ofensa. Então, houve
1986 uma eleição, eu propus na eleição a nossa plataforma política é essa. Agora, a
1987 Câmara, a plataforma política e ainda ficou indignada porque a minha aprovação
1988 política é prestação de contas, mas isso é uma questão legal em qualquer lugar.
1989 Não é uma questão de Suraya ou da CTEM, todo mundo tem que prestar contas,
1990 o cidadão, qualquer um pode pedir prestação de contas. A Furnas e outras
1991 entidades, como fizeram e pediram patrocínio para um evento nosso, pediram
1992 prestação de contas, eu tive que prestar contas de todo dinheiro que eu recebi de
1993 patrocínio da Petrobrás e esse negócio. Então, por aí eu acho que está se
1994 instituindo, querendo instituir, eu que estou sendo perseguido politicamente, e se
1995 for por essa linha eu vou tratar a questão politicamente, o Conselho não pode ter
1996 uma representação que vai abrir mão do seu poder de fiscalizar, monitorar e exigir
1997 transparência e não encaminhamentos dentro, não existe acordo na CTEM para
1998 isso. Eu participei, perdi. E coloquei em ata a nossa plataforma, que deu essa
1999 confusão toda. Então, vai mais, eu estou justificando os fatos, não existe esse
2000 ambiente de perseguição. Eu fui lá, quer ver outro lugar? Na Bahia foi o caso, nós
2001 fomos lá mesmo e desnomeamos o sujeito. Lá no Nordeste também
2002 desnomeamos o sujeito. O agente público que está aqui ele não está aqui porque
2003 é bonito, porque é feio, porque ele está representando o Estado Brasileiro que não
2004 vai ser usado para condenar o cidadão. O Estado Brasileiro, o agente que está
2005 nesse papel ele tem limites para atuar. Ele não está aqui para agir do jeito da cabeça
2006 dele ou porque ele faz parte de uma associação, isso não tem base legal. E eu
2007 estou notando que esse assunto está servindo para dar um freio de arrumação na
2008 conduta política da representação, não vai ter. Nós vamos levar a nossa crítica, a
2009 Suraya é uma pessoa que ela começa o meu respeito, mas ela conduz
2010 politicamente as coisas de um jeito que não tem diálogo, tem que atropelar como
2011 acontece várias vezes aqui. Eu estou pedindo, tem outro assunto, a Comissão de
2012 Ética cometeu vários equívocos na análise jurídica do processo. Achando que isso
2013 é fato indecoroso, não tenho nada contra ninguém não aqui, não desrespeitei
2014 ninguém, as pessoas daqui são dignas da minha consideração, mas politicamente
2015 o nosso ex-deputado aqui sabe disso, quantas vezes vou na Assembleia e o
2016 deputado está lá, sai tomando café com o outro, como acontece aqui. Então, eu
2017 acho que o melhor assunto que deveria ter, ou se esclarece esse negócio melhor
2018 do ponto de vista do direito, essa Comissão de Ética não tem base jurídica, e outra
2019 coisa não atendeu uma parte das recomendações da Conjur. Ela bota uma coisa
2020 ali ela lê da cabeça dela, ela fala que lê, o contraditório não está nesse
2021 documento. O contraditório de nossa assessoria jurídica não foi rebatido. Então, o
2022 seguinte, isso é um elenco de emoções e satisfação e eu vou fazer o meu
2023 também. Só que eu represento uma série de entidades, essa questão não está

indo politizada ao nível isso significa pressão sobre o nosso segmento. E nós vamos enfrentar isso de uma maneira política e jurídica, se não conseguirmos, esclarecer, porque eu não estou interessado em ficar em disputa com ninguém não. Eu acho que a Suraya, tanto ela como eu, haveríamos de ter uma compreensão de que essa compreensão do que é jurídico, do que é legal, do que é o pessoal, tem que estar muito claro. Isso aqui é um lugar, é uma instância de discussão política, isso aqui não é clube de amigos, ninguém aqui vai no aniversário de meu filho e nem eu convidei, por uma questão já de identidade política também. Então, eu peço a compreensão dessa Câmara para nós entendemos que nesse nível que vai não tem outra solução. Eu estou me baseando na minha fala com vocês numa leitura política que é a tentativa de intimidar nosso segmento, e a segunda leitura é que não posso ficar na cabeça de ninguém que se sente perseguido, essas pessoas todas que eu tirei do cargo, elas estão aí falando comigo até hoje. Então, eu vou pedir compreensão da Plenária para dar um encaminhamento nisso, eu não tenho interesse de ficar nem disputando a CTEM, a CTEM não tem uma condução que nós gostaríamos, mas não tenho interesse. Eu estou terminando a defesa em cima dos fatos legais, o nosso jornalzinho vai publicar tudo...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Clímaco, já passou.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –

A nossa assessoria jurídica falou que não tem que nada, fato nenhum nesses documentos, não seis se o pessoal leu a nossa defesa, que justifique nenhuma punição à minha pessoa. E como cidadão e como pai de família, eu não vou deixar que filho meu nenhum veja uma advertência de um Conselho de um País que tem 200 milhões de habitantes dizer que eu sou passível na minha vida profissional de uma advertência. Eu estou aqui cumprindo o meu papel, tenho honra, tenho orgulho de cumprir o meu papel, não tenho nenhuma falta de respeito com ninguém aqui, e quem quiser, que estiver incomodado procure se informar melhor, adote conduta e venha negociar politicamente. Agora eu escrevi uma carta ao Ministério da Integração para questionar o Demétrius, vocês aqui são representantes de um poder maior e eu vou agora discutir com o poder maior. Então, está discutido assim, está dada a defesa e eu espero que a Plenária entenda que esse negócio é uma atitude que não sei como vai dar, mas nós estamos querendo a compreensão da Plenária também.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Agora fica aberto a comentários. 3 minutos. Eu vou exigir porque já está passando do horário, eu vou exigir que se cumpra 3 minutos e daí nós passamos para a deliberação de Plenário. Quem quer se manifestar. Tereza e quem mais? Willy e o

Paulo. E a Jussara. E aí nós encerramos. Tereza para não ficar, a Tereza, o Willy, Paulo e Jussara. E daí está encerrado, aí nós passamos para dizimação.

A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO – TITULAR (Clube das Mães Santa Luzia) – Bom, mais uma vez bom dia a todos. Na verdade, infelizmente não pude falar antes, quando eu me direcionei à mesa, mas a oportunidade é essa e nós vemos cumprir a missão que nós temos hoje aqui. Na verdade, eu vou me dirigir a todos a esse pleno, mas eu vou me dirigir a especialmente à Suraya, Presidente da CTEM, porque eu trago na minha fala uma mensagem e um entendimento do segmento, uma mensagem de entender e ir ao encontro da fala da própria Presidente da CTEM na nossa última reunião, que nós estávamos presentes, que deveríamos colocar um ponto final em qualquer aparato e reiniciar repactuar um novo momento que seria esse momento iniciado com a eleição da presidente Suraya. E o segmento entende e lamenta essa situação, o segmento entende que isso prejudica a todos, não só ao segmento, mas a todos a esse egrégio Conselho, nós trazemos para essa pauta assuntos dessa natureza. E aí, presidente Suraya, eu acho que nós temos nos pautado com todo respeito, eu enquanto conselheira temos os nossos posicionamentos, mas os fatos com certeza, com muita tranquilidade, com muita parcimônia, e respeitando, e com toda a hierarquia que o meu cargo exige e enseja, tenho conduta e eu vejo que há uma divergência ideológica de pensamento, mas essa divergência jamais deve levar a esse tipo de situação. As divergências devem sim somar para o bem maior, que o nosso bem maior aqui é a Política de Recursos Hídricos sem dúvidas, e aí, Presidente Suraya, eu trago aqui a nossa fala de reparação e de reconhecimento que, na verdade, todos nós, às vezes, nós nos excedemos e até o conteúdo é bom, irá contribuir sem dúvida nenhuma, mas a forma com que é feita não é conveniente. As palavras usadas não são as melhores. Isso acontece, acontece comigo por algum motivo, existe aquele verbo, exacerbar, às vezes, nós somos cometidos desse pecado. Mas eu quero trazer aqui, esse é o entendimento que me foi colocado por várias entidades que acompanham o nosso líder maior, que é o Conselheiro João Clímaco, que sem dúvida nenhuma estamos junto, mas reconhecemos e trazemos o nosso sentimento, a nossa fala de reparação, de somarmos, de colocarmos um ponto final nessa situação, se houve excesso, até reconhecemos que algumas vezes existe excesso sim, não estou aqui para negar que não houve, ou que não acontece excesso, pode ter havido excessos sim, mas nosso sentimento é um sentimento de reparação com toda a altivez que o segmento tem de chegar a esse momento e de se colocar. Isso não é nenhuma desonra ao segmento, muito pelo contrário, mostra um amadurecimento, mostra uma proposta de compor... Uma proposta de compor, presidente Suraya, em nenhum momento a senhora sabe que nós já tivemos muitas falas nesse sentido e nós conseguimos avançar, com certeza. Nós tivemos agora um contato com a ABRH muito interessante no Estado de Maranhão, quando a sociedade civil precisou beber demais informações técnicas, apesar de ouvir também, a minha formação é uma formação técnica, mas isso a sociedade civil não é obrigada a ter

2114 formação técnica. Então, nós precisamos nos socorrer da ABRH para discutir
2115 barragens. Então, na verdade o segmento tem uma postura de somar, de
2116 representar muito bem, que não abro mão dessa... Com certeza eu estou com
2117 muito boas impressões do nosso trabalho e mais uma vez eu gostaria de reiterar,
2118 o entendimento, Suraya, do nosso segmento, de retratação, de reconhecimento do
2119 excesso, se assim eu posso usar do excesso, que o conteúdo jamais foi de
2120 ofender ou de denegrir, e também que todo objetivo acho que é em prol das
2121 águas, mas, às vezes nós comentemos alguns equívocos que podem partir do
2122 nosso agir. Então, eu vou finalizar mais uma vez reiterando a minha missão que
2123 hoje eu tenho aqui de trazer para você todo esse sentimento, toda a nossa
2124 retratação do que aconteceu, entendendo que isso não significa em nenhum
2125 momento eu abrir mão do nosso entendimento, mas sim, um momento de
2126 retratação, se é necessário isso faz parte, vamos hoje nos retratar, botar um ponto
2127 final e avançar, acho que seria o melhor entendimento para todos nós. Muito
2128 obrigada.

2129
2130
2131 **O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA – TITULAR (Fonasc)** – Tem um fato histórico
2132 que todo mundo deve conhecer, quando Napoleão tenta retornar ao poder na
2133 França ele emite um capitão, o poder militar na época manda um capitão até o
2134 Napoleão, o então rebelde, com a missão de mandar ele se render. Quando o
2135 capitão chega diante do grande líder fala assim: general, quais são as ordens. O
2136 fato é que todo mundo deve conhecer. Eu vim aqui hoje com o intuito de fazer a
2137 defesa do João Clímaco, mas em ver a Suraya e tudo que ela representa, eu não
2138 pergunto nem quais são as ordens, eu pergunto, eu digo que o seu pleito da
2139 minha parte está atendido. Jamais iria me colocar contra um pleito de uma dama
2140 do seu gabarito, da sua história, de forma alguma. Pode contar comigo. Eu
2141 acompanho a sua reclamação e acolho. E eu acho que a sua pessoa, a sua
2142 história é muito superior aos trabalhos que a Comissão de Ética desenvolveu. Eu
2143 pediria que, tem aí o parecer da Conjur? Pode ser visto. Eu, na verdade, eu acho,
2144 eu não sou burocrático, eu gosto de resolver as coisas da forma mais nordestina
2145 possível, na conversa, e no bom entendimento, no bom senso, mas o processo
2146 isso é um detalhe, não me sinto confortável em dizer isso, isso não é o
2147 fundamental, a minha essência não é esse tipo de trâmite, é outro, mas durante
2148 todo o processo a Comissão de Ética ela trabalhou de forma irregular e quem diz
2149 isso não sou eu, quem diz isso foi a Conjur que foi requisitada para um parecer,
2150 parece que o parecer não está aí e de forma alguma a Conjur desconsidera o
2151 pleito que a senhora Suraya, simplesmente ele aponta, por parte da Comissão de
2152 Ética, que para mim já disse, esse trâmite não tem muita importância, mas já que
2153 estamos em uma casa de legalidade eu gostaria de agradecer ao senhor Júlio
2154 também quando fiz o pedido para uma nova recomposição em relação à Câmara
2155 Técnica. Fui atendido e o Plenário tratou de definir as coisas da melhor forma
2156 possível como reza a 169. A Resolução. Segundo o parecer da Conjur, ele se
2157 dedica ao analisar a Comissão de Ética e ele aponta já ali na a partir dos § 8,9, 10,
2158 11 e no 12 também, ele aponta inconsistências no documento, volto a dizer, isso

não é importante para mim, mas já que a análise técnica pede um pouco disso, eu faço. Então, a princípio o relatório ele atende não atende as expectativas da requerente, e até a Conjur, inclusive, aí nesses oito parágrafos vocês têm acesso podem ler.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Cabe avisar que já passaram 3.

O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA – TITULAR (Fonasc) – A própria Conjur foi e escreveu, coloca no § 10 que não houve uma motivação, dita de forma clara ali no 9, ela sugere que a Comissão tome uma outra decisão, e exalta princípios da Constituição Brasileira como impessoalidade e eficiência, e moralidade. Então, eu achei que foi muito crítico o relatório, depois ele se recompôs, mas se recompôs em termos de formatação, mas não se alterou o conteúdo. Eu prefiro levar em conta as palavras da senhora Suraya da qual eu me sensibilizo e compartilho de que os trabalhos da Comissão de Ética, como essa é uma casa de normatização a Conjur ela descredencia o relatório da Comissão de Ética e mesmo depois de uma possível correção, não altera o seu conteúdo, simplesmente muda o seu formato. Então, eu chamo atenção só para esse detalhe da Conjur, mas volto a insistir, Suraya tem a nossa solidariedade e a nossa compreensão, e o nosso sentimento sincero de que qualquer coisa que tenha lhe incomodado também incomodou a todos nós que fazemos fazem parte da representação da sociedade civil. Desculpe qualquer coisa, Suraya.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Paulo, depois Jussara e depois encaminhamos. Wilson quer falar também? Chega também, não é? Chega que eu digo... Tem mais alguém que queira falar, não quero impedir fala de ninguém, não, mas tem alguém que mais queira falar? Então, o Wilson seria o último.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL – TITULAR (Comitê Gravatahy) – Bom dia a todos os Conselheiros e Conselheiras, Secretário. Bom, o meu nome é Paulo Samuel, eu represento o Comitê de Bacia no sistema e nesse Conselho ao qual a Presidente da CTEM, Suraya ela é a nossa representante dos Comitês de Bacia na CTEM e é Presidente. Eu venho muito tranquilo nessa reunião porque as nossas decisões desta reunião elas foram discutidas na base do sistema, ou seja, no Conselho Consultivo do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia há 2 dias atrás. Aí eu trago posição, nós temos uma posição sim, respeito as ONGs, os representantes da sociedade civil, das entidades civis no qual nós também somos e no qual nós temos sistemas e eu represento a ABES. Então, sou da sociedade civil, não é nada contra a sociedade civil. Então, esse é um tema que é a respeito

ao Conselheiro Clímaco, e eu vejo as questões muitas vezes, conselheira Tereza, nós temos aqui no sistema e eu considero nesse Conselho teoricamente as pessoas mais capacitadas que têm no sistema de recursos hídricos. Então, nós temos que nós policiarmos nossa falas. Nós não podemos ser ofensivos com ninguém. Nós temos que respeitar as pessoas. Jamais nas reuniões vocês vão me ver atravessando a palavra de alguém porque isso eu aprendi na minha casa. Primeiro ouvir as pessoas e depois falar quando me dão a palavra. Então, a nossa posição é que se mantenha o processo e nós estamos de acordo com o parecer da Comissão de Ética porque ela deve ser respeitada.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Eu também entendo o posicionamento da Suraya, nós entendemos o processo, eu li sim li tudo, li todo o processo, acompanhei, nós temos as organizações técnicas que são organizações da Sociedade civil, nós somos também representantes da sociedade civil, representantes da CTEM, e eu faço minhas as palavras do Paulo. Eu acho que é muito importante nós discutirmos as diferenças, e eu tenho tido uma convivência com o João há 2 anos, e temos tido debates bem intensos, e é muito importante, muitas vezes quando nós discordamos e discordamos de outros Conselheiros também, que nós não estabeleçamos julgamentos que possam ser ofensivos e que possam estar denegrindo a pessoa. É muito importante. Nós discordamos, eu discordo, os Conselheiros que já convivem comigo nas Câmaras Técnicas sabem que eu discordo muitas vezes. Mas eu nunca faço acusações. Porque é extremamente importante e educativo até, eu acho assim, para nós refletirmos, eu, vocês, todo mundo, cada um de nós da importância do nosso papel, como Conselheiros. Não somos quaisquer pessoas, nós fomos escolhidos para estar aqui por alguma competência que nós temos. Alguma coisa nós já fizemos no passado que nos reconheceram como capazes de estar aqui. E isso provavelmente inclui a postura. A postura importante que tem que ter. Eu acho que qualquer reunião, a discordância é fundamental. Aliás, eu quero até colocar que muitas vezes, de início nós tivemos posições contrárias, do mesmo segmento das organizações civis, mas a riqueza do debate do contraditório levou a aperfeiçoamentos importantes daquilo que nós estávamos fazendo, muito importantes. Coisas que nós não havíamos nos dado conta e que o contraditório vindo dos colegas das ONGs, ou de outros colegas demais das Câmaras Técnicas, nos fizeram construir um produto extremamente melhor. Então, portanto, é importante o contraditório, eu acho que sem ele nós não evoluímos o suficiente. Eu acho que o contraditório que faz o crescimento, faz com que nós reflitamos melhor sobre cada tema. São desafios importantes, mas tudo precisa ser com o respeito. Eu acho que esse é o fundamento de tudo isso, e nesse sentido, no meu entendimento do que eu li eu vejo sim que extrapolou, houve um extrapolamento dessa condição de durante, da maneira como a Tereza colocou. Eu entendo que houve isso. Eu agradeço as palavras da Tereza porque elas são importantes nesse sentido.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Eu acho que de repente a melhor postura em uma situação como esta é a que a Patrícia adotou, está lá fora sentada na mesa e não está presente na sala. Eu particularmente me sinto muito constrangido de ter que votar a favor ou contra. Isso me constrange, eu particularmente não estou aqui, eu estou aqui para promover a articulação das políticas públicas e não para julgar um companheiro de trabalho. Quando você promove a articulação das políticas pública você tem que construir pontos para poder haver o diálogo, para poder efetivamente se articular. Agora, quando você julga alguém você constrói muros e isso dificulta o trabalho, em vez de ajudar o trabalho, dificulta o trabalho. É assim como eu me sinto. Eu acho que quando foi por ocasião da criação dessa Comissão de Ética eu fazia parte do Conselho, me lembro que me posicionei contra a criação dessa Comissão de Ética porque eu achava que era desnecessário, mas fui voto vencido, foi aprovado aqui no Conselho, e eu acho que nós deveríamos ter uma Comissão de Conciliação e não uma Comissão de Ética. Eu acho que é esse o papel que nós temos que desenvolver aqui no Conselho. Então, não quero entrar em outros méritos técnicos do relatório, que em minha opinião é muito fraco, o relatório, e nós aqui se formo nos submeter a uma votação se aprova ou não a recomendação de relatório nós vamos ter que nos ater ao relatório porque é o que foi nos trazido oficialmente. Eu só recebi o relatório, eu não posso entrar em assuntos que estão fora do relatório para formar o meu juízo. Então, eu gostaria de relevar a fala da Tereza, da conselheira Tereza, do Willy que também falou, no sentido de promover uma retratação junto ao segmento as entidades técnicas, especialmente junto à Suraya, e verificar se nós ainda temos alguma chance de resolver isso antes de dar sequência a esse processo. Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Não sei se a Suraya quer se expressar sobre isso. Mantém a posição.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Olha, eu acho que apesar do constrangimento esse momento está sendo muito importante porque nós estamos olhando para nós mesmos. Quando o Conselheiro se retira da sala porque ele não quer se comprometer nem por um lado e nem por outro, ele não quer discutir isso porque isso é se expor. Eu acho que temos que fazer uma reflexão também sobre representação aqui porque foi esse Conselho que aprovou a Comissão de Ética, foi esse Conselho que propôs no seu Regimento Interno que nós tivéssemos a garantia de posicionamentos com respeito. Então, eu acho que nós temos que avaliar porque eu discordo frontalmente, eu acho uma falta de respeito muito grande querer desqualificar o professor Demétrius aqui, querer desqualificar a Comissão de Ética aqui porque ela foi eleita e para o Conselheiro é muito delicado estar aqui, o Jefferson está assumindo a Comissão de Ética, eu acho que você nem deve assumir porque se os seus companheiros não

reconhecem o papel da Comissão de Ética e desqualificam o trabalho dela, ela não tem sentido para existir. Então, vamos tocando o barco do jeito que dá e está tudo certo. Eu gostaria muito, João, que a sua fala fosse a fala da Tereza e do Willy porque eu em momento algum aqui falei em segmento, foi comigo, foi com a Presidente da CTEM. A Tereza sempre tivemos algumas questões de discordar mesmo de posicionamentos, mas nós sempre conseguimos chegar a um ponto em que eu respeito a tua opinião e você respeita a minha. Eu esperava, sinceramente quando o João veio aqui à frente falar que ele também tivesse uma postura dessa. E não uma postura de que isso é legal, eu vou até o fim, se eu tiver que levar na justiça vou levar. Então, até de uma forma até querendo intimidar o Conselho e a mim, que se eu mantivesse a questão a briga agora é na justiça. Isso para mim não representa nada, eu estou aqui legitimamente. Então, o que eu quero dizer, Wilson, em momento algum aqui é uma disputa de espaço ou de força, o que eu quero é respeito, quero respeito à minha representação, ao tempo que eu atuo nesse sistema, ao tempo que eu contribuo com a gestão, que o meu Estado, que o órgão que eu faço parte me permite que participe da gestão. Eu não quero prejudicar, manchar o currículo do João, eu não quero criar problema, mas eu quero respeito. Quando ele vem aqui na frente e fala que se vocês não aprovarem, desmerecerem o parecer da comissão ele vai à justiça, acho que aí não tem diálogo. Eu acho que o tempo da sociedade civil de fiscalizar, quando ele fala de fiscalizar, de querer prestação de contas, gente, quanto tempo nós estamos no sistema, a Câmara Técnica não tem dinheiro, a Câmara Técnica não é deliberativa, a Câmara Técnica é consultiva, Câmara Técnica apoia os trabalhos do Conselho, a Câmara Técnica é demandada pelo Conselho. Então, eu acho que precisamos entender qual é o papel de um Conselheiro na Câmara Técnica. Ele não está lá para fiscalizar o poder público, ele não está lá para fiscalizar as entidades da sociedade civil, ele está lá para contribuir e para nós tentarmos buscar um diálogo. Então, a possibilidade de nós pararmos, de haver reconciliação existe na fala do Willy e na fala da Tereza. Eu gostaria de ouvir o João. Então, o que eu não aceito é aqui na frente ameaçar que se vocês aprovarem vai à justiça. Então, aí não poso realmente fazer nada. É isso. Obrigada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Na tentativa de haver um acordo eu pergunto se o Conselheiro João está, se o Conselheiro João Clímaco tem algum comentário a fazer nesse sentido que foi colocado agora, quer dizer, se for só para defender a posição aí não adianta.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) – Professora Suraya e demais membros, a coisa está tomando um rumo de externalidade ao âmbito do Conselho, que não seria, eu não tenho nada contra o Fórum de Comitês, muito embora tenha me posicionado como cidadão com propostas novas, até porque nós também participamos de vários Comitês,

estamos em 5 comitês só em Minas Gerais. E temos uma diretriz em relação a fórum de comitês. Então, existe realmente uma diferença de concepção do sistema e uma prática baseada nessa concepção. Essa coisa não vai mudar em função disso ou daquilo, de um dia para o outro por causa de um fato, mas eu vou repetir aqui, a Suraya, a nossa companheira Suraya ela merece o meu respeito, e se for por isso, em apelo aos meus colegas que não têm interesse de nós ficarmos com essa pendenga, porque não tenho nada pessoal, mas a pendenga vai ser contra várias instituições, vai ser contra vários movimentos, não vai se em função da sociedade, porque eu pessoalmente nunca faria nada pessoal para a professora Suraya. Nós temos posturas diferentes, conduções diferentes, algumas concepção que ela representa não são as mesmas minhas, mas aí, professora Suraya, eu vou querer que a senhora receba a pedido dos meus companheiros, que é uma salada imensa de gente no Brasil inteiro, já estão mandando não sei quantos telegramas para Ministro, fazendo uma série de politizações, tem que encerrar isso. Eu vou lhe pedir para a senhora aceitar, é um encaminhamento de paz, de dizer para você que eu não quis lhe ofender, ao contrário, eu acho, como já falei, que nós como lideranças de processos, às vezes, somos forçados, e como estou sendo muito bem orientado pelos meus dois assessores a assumir uma posição com a senhora. A senhora também tem que assumir uma posição com os seus membros da Câmara para nós, porque eu tenho certeza que nós dois podemos conversar e não tem problema de pedir desculpas, já pedi desculpas para várias pessoas aqui. Não quis ofender a senhora pessoalmente, a senhora tem uma ideologia que rege os seu comportamento e seus encaminhamentos, isso tem efeito na política pública. Sendo assim eu como membro de um segmento que tem uma responsabilidade, tenho que tomar algumas atitudes, mas eu quero que a senhora aceite, que isso não vai significar que estou me redimindo, me rebaixando, não, a senhora tem uma importância para mim como sempre teve, eu nunca tive, a senhora sabe que eu nunca, nem nesses documentos todos que estão aí têm nada que eu diga assim, a senhora é isso ou aquilo e ninguém tem isso aqui no Conselho. Eu estou a pedido do meu segmento, até porque tem muita coisa para fazer, eu acho que se, dependendo da forma como conduzir isso aqui, professora, nós vamos inaugurar uma coisa assim meio maluca, ou nós voltamos para a Câmara com uma atitude de começar a negociar nossas diferença e encaminhar legal, sabendo o papel que a senhora tem, que eu tenho, que todo mundo tem, e/ou então nós ficamos nessa pendenga e vai para outros campos que vai desnudar uma área do Conselho. Então, Presidente, vamos entender ao pedido deles, o meu sentimento é que a senhora entenda o meu posicionamento, as minhas desculpas e nós terminamos essa pendenga. Agora, eu não chamei ninguém para o meu campo de luta.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu estou entendendo que você aceitou e está se retratando.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –
Eu estou fazendo isso. Está em ata isso. Está em ata isso, eu não confira mais
fazer disso uma...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu estou
entendendo que você está se retratando para a Conselheira Suraya, deixar claro.
É isso? E a Suraya se sente satisfeita com isso?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) –
Ninguém está querendo briga nenhuma, nós estamos aqui... Eu estou me
retratando com a professora Suraya dizendo para ela que não houve intenção do
ofendê-la, pedindo desculpas porque que não houve de minha parte como parte
como cidadão, como pai de família, como a senhora também é, de ofender. Eu
estou fazendo isso com muita humildade.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Para ficar
registrado aqui. Agora já acabou, agora a Suraya se manifestando, nós... Suraya
antes de dar o seu encaminhamento eu entendi que nas últimas palavras do
Conselheiro Clímaco ele pediu retratação, pediu desculpa pelo que foi falado. Só
para, ele teve algumas palavras antes, mas no finalmente ele falou isso, ele expôs
isso. Está gravado, está gravado. Como é que é? Não, se ela aceitar a retratação
que foi pedido pelo Conselho a desculpa, não tem porque nós ficarmos discutindo
aqui. Arquivamos o processo, senão nós colocamos em votação.

A SR^a. SURAYA MODAELLI (Presidente da CTEM) – Eu gostaria de ouvir o
Jefferson que está assumindo a Comissão de Ética porque realmente eu estou em
uma situação muito...

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA – TITULAR (UNESP) – Eu vou
tirar você dessa situação constrangedora. Eu conversei com o Clímaco ontem,
pode registrar isso em ata, eu falei o que para você? É ótimo que esteja. Vou lá
para frente que não gosto de ficar de costas para ninguém. Boa tarde a todos,
Jefferson Nascimento de Oliveira, representante de OTEP e assumindo também
uma posição dentro da Câmara Técnica de Ética ontem eleito pelo senhores e
senhoras. Conversei com o Clímaco ontem, um passo atrás para dois passos à
frente, ou meio passo à frente. É melhor um acordo do que uma questão boa.
Você se exacerba em muitos pontos, já se exacerbou inclusive comigo e eu falei
isso para você, é público e notório dentro desse ambiente, não é de hoje. Eu não
fujo às minhas demandas, conversei com a Tereza ontem e saímos daqui
pacificados, parabéns pela eleição. É assim que é democrático. Eu estou aqui

2429 para tirar você de uma situação muito ruim, porque não é você tem que aceitar ou
2430 não ao retratação do Conselheiro Clímaco, você se retratou, para mim você se
2431 retratou, demorou muito para você falar retratação, tem que ser duro para falar as
2432 coisas que não engole, mas tem que falar. Desculpa, eu estou um pouco exaltado.
2433 Tem que falar. Nós temos que ser realmente olho no olho, por isso que muitas
2434 vezes tem esses engodos todos não só aqui, como na política brasileira. Eu venho
2435 de uma região de onde se passa muito a mão na cabeça, onde tem a peixada que
2436 você conhece. Ontem eu vi uma coisa que é muito interessante, que eu gostaria
2437 de ler para os senhores. Eu gravei isso ontem porque eu achei muito interessante,
2438 que conste em ata também: raciocinar é difícil, adjetiva é fácil, insultar é imediato.
2439 O primeiro momento do ser humano pé insulto, não gostei, não falo mais com
2440 você. Nós não somos assim, nós temos que procurar o diálogo. Eu acho que a
2441 Suraya tentou, acredito, procurar esse diálogo, como eu tento procurar o diálogo
2442 com cada um de vocês. Amanhã ou depois posso ser acusado de muita coisa aqui
2443 também. Eu falei para o Clímaco e falei aqui, a minha posição é que conste nos
2444 autos tudo, se você acusa alguém você tem que provar essa acusação, você sabe
2445 disso, eu falei isso para você ontem e eu estou repetindo hoje. Eu acredito, como
2446 encaminhamento, Sr. Presidente, se o senhor me permite, Sr. Sérgio, nós
2447 aceitamos aqui para tentar pacificar essa situação agora, essa retratação do
2448 Clímaco e nos norteamos e nortaremos a partir de agora por uma questão que se
2449 você falou alguma coisa você tem que estar embasado, pese as suas palavras,
2450 reflita um pouco, não insulte, raciocina, não adjetive, que também é fácil, adjetivar
2451 o feio, o bobo, para não ficar só nesses dois adjetivos. Então, o que eu sugiro, se
2452 há possibilidade dessa sugestão minha, e se vocês acatarem essa sugestão, é
2453 que esse Conselho acate ou não esse pedido de retratação do Conselheiro
2454 Clímaco e tiramos, assim, você Suraya, dessa situação. Não sei se é a melhor
2455 posição, mas é a minha posição pessoal enquanto Conselheiro eleito pelas
2456 OTEPs, mas e também quanto novo membro do Conselho de Ética que eu acho
2457 que é certo sim, tem que ter Conselho, a universidade é cheia disso porque não
2458 tem Conselho de Ética, tem, tem ouvidoria, tem Conselho, tem tudo. As pessoas
2459 começam a ter responsabilidades. Eu já participei várias vezes na universidade
2460 minha sobre isso. E outra coisa, é necessário que se tome posições, defenda as
2461 posições arduamente. Muito obrigado. Desculpe eu ter estourado o seu tempo.

2462
2463
2464 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) –** Meu não. Eu
2465 queria fazer o seguinte, eu estou entendendo como forma processual aqui, quer
2466 dizer, ou nós retiramos ou votamos. Para retirar só tem um caminho, tem tido essa
2467 retratação, eu estou entendendo, Suraya, eu vou falar, você me corrige se estiver
2468 errado, você está aceitando o que foi falado aqui como retratação. Agora, então
2469 seria um outro encaminhamento... Seria um outro... Aí agora, quer dizer, se você
2470 aceita, se você aceita a retratação nós retiramos, daí se não eu vou ter que passar
2471 para o Plenário...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA – TITULAR (CERH - PARAÍBA) - O Clímaco já justificou a sua posição, já pediu desculpas à professora, já colocou fatos e argumentos necessários e suficientes para justificar. Isso para nós não termos que analisar a questão tecnicamente pelo relatório. Se fosse analisar o relatório juridicamente, pelo que eu li, eu ia ter outra posição, eu me abstive o tempo todo, estou fazendo um apelo à professora e a todos, para nós arquivar esse processo pelas razões apresentadas, justificadas aí. Só assim nós avançamos. Do contrário coloca em votação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Deixa eu deixar claro uma situação, nós podemos votar pelo arquivamento do processo de uma vez que o arquivamento está se dando com a devida retratação e devido que foi exposto, porque não está sendo arquivado porque nós não aceitamos. Deixar claro essa coisa, por isso que eu perguntei, por isso que eu perguntei no início. Então, por isso que eu perguntei se ela retirava, que daí não precisava arquivar, agora, já que está eu vou colocar em votação, se arquiva considerando o que foi exposto pelo Conselheiro, considerando que foi falado pelos outros segmentos, e pelo Conselheiro Clímaco aqui. Não queria complicar mais a situação, mas, por favor.

O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES – TITULAR (MAPA) – Queria trazer um registro, e trazer mais polêmica para o assunto. Parabenizar a Tereza, da sociedade civil, pela fala, eu acho que essa fala que o Conselho esperava sua muito clara, é isso que nós esperávamos. Eu acho que em um Conselho aqui nós não podemos estar com receio que uma pessoa vem em nome da entidade que vai mandar para o Governo, que vai mandar para o Ministro da Agricultura, que vai mandar documento que toda a sociedade civil, isso não cabe aqui. Isso tem sido feito constantemente, isso é uma coisa que eu como uma pessoa fico constrangido com isso feito por esse Conselho. A análise feita pelo Comitê de Ética ela tem que ser respeitada também, acho que isso tem que ser levado em conta, senão acaba com o Conselho. Eu quero deixar isso registrado porque temos que ter respeito aqui entre os Conselheiros. Se nós temos um Conselheiro porque representa a sociedade civil ele pode falar e colocar associações para pressionar, isso não cabe aqui dentro não, queria deixar isso registrado porque comigo não funciona não. Eu acho que tem que ter respeito, debate faz parte, conversa faz parte, mas trazer a ameaça de sociedade, que fulano tem tantas mil cartas, manda para o Governo, manda carta para o MI, do professor Demétrius, isso não se faz. Nós temos que dar um passo, o passo que estamos dando aqui em relação até às próximas ações que vão ter nesse Conselho.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Nós da Secretaria-Executiva do Conselho, do próprio Ministério, nós tomamos todo o cuidado possível dentro das nossas limitações, da regularidade de tudo que ocorreu com relação à Comissão de Ética. Então, tudo isso foi tudo feito, teve oportunidade. Então, nós estamos perfeitamente tranquilos com relação ao que foi colocado até aqui o momento, a conclusão. Depois fica aqui no Plenário como está sendo feito o Plenário, mas o procedimento todo seguiu tudo e nós estamos perfeitamente tranquilos, não temos nenhuma preocupação e nem individual e nem coletiva com questão de justiça, acho que cada um cabe a quem queira entrar na justiça ou não, eu acho que isso, não é que não temos preocupação, nós nos sentimos respaldados pelas coisas que foram feitas, por isso não temos receio de qualquer atividade nesse sentido. Então, eu gostaria de... Porque a proposta é que nós não chegávamos em votação. Nós chegando em votação nós temos, como eu falei, duas alternativas, ou terceira, quarta, que seria aumentar a pena, mas não está uma discussão isso. As duas alternativas é aprova ou desaprova, ou manda arquivar o parecer da Comissão de Ética. Aprovar é consequência aquela, e arquivar, teoricamente nós temos que deixar muito claro que se for por arquivamento, que eu estou falando o que foi aqui, se for por arquivamento considerar todas as falas que foram feitas pelos representantes das organizações civis, pelo Conselheiro Clímaco e pelo Conselheiro Jefferson. Nesse sentido, nós pedimos o arquivamento porque houve uma retratação do Conselheiro João Clímaco do acontecido perante a presidente Suraya. Então, isso seria o entendimento desse final dessa história. Pacificador, esse seria o entendimento. Eu vou passar a palavra para o Jefferson e para o Paim, mas eu pediria encarecidamente que não ficássemos pulando para outros assuntos. Porque senão eu acho está muito muito bem conversado a não ser que queira acrescentar mais alguma coisa. Se for só para... E que seja 2 minutos... Você quer apoiar o Jefferson? Mas Jefferson, eu não queria...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Jefferson não há necessidade de reprisar uma coisa o que já foi falada.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA – TITULAR (UNESP) – O que eu pedi é que há um acordo dentro do Conselho de aceitar a retratação do Clímaco. É isso? Porque assim, você está, é direta nessa. É o Conselho, os membros que estão aqui presentes, por favor, colegas, vai ser votado isso, os membros aqui presentes aceitar, acatar a retratação feita pelo Conselheiro João Clímaco.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Está claro para todo mundo? Em votação. Quem concorda com esse encaminhamento, por favor, manifeste. Vocês não concordam? Ok. Então, quem não concorda? Mas gente, pelo amor de Deus, deixa só um falar. O encaminhamento é: nós temos que encaminhar pela penalidade proposta ou pelo arquivamento. Se for pelo arquivamento, quer dizer, seria em razão, em função das retratações e dos comentários feitos pelos representantes da sociedade civil Tereza e Willy, mais a retratação feita pelo Conselheiro João Clímaco à Suraya, e mais o posicionamento feito pelo Jefferson, explicando aplicando isso. Então, o arquivamento está se dando em função a isso, ele não está se dando em função de dizer que não tem qualquer questionamento que foi feito pela Suraya ou não, quer dizer, não estamos dizendo que o questionamento da Suraya está errado. Então, é isso que nós estamos fazendo agora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Mas se acatar o parecer está votando...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Se você votar a favor do parecer, você não precisa nem votar contra o encaminhamento, já está dizendo que vai ser penalizado... Já estava em votação. Já estava em votação e eu estou... Então, já foi votada, eu ouvi por aqui pela maioria aceita esse encaminhamento. Ok? Então, fica esse encaminhamento nós encerramos essa questão que é uma questão dolorosa para todo mundo, espero que nunca mais se repita, espero que o Jefferson nunca precise reunir para discutir isso. E eu espero também que esses fatos nunca mais ocorram dentro das Câmaras Técnicas. Está certo? Nós podemos registrar que teve um voto contrário dos Comitês de Bacia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Está certo. Ok. Então, vamos voltar para reunir, são 13:30, vamos voltar para reunir às 15:00? Vamos voltar para aqui às 14:30 porque vai estar presente a nossa convidada Presidente do Ibama, e nós temos ainda uma matéria para discutir que é o relatório da segurança de barragens e duas apresentações.

(Intervalo para o almoço).

O SR JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Boa tarde a todos e a todas. Vamos dar sequência a nossa reunião, temos ainda para deliberar. Estamos aqui com a presença da presidência do IBAMA, que vai nos apresentar, falar alguma coisa sobre Mariana, e depois temos a apresentação do nosso companheiro Tarcísio sobre o sistema. Eu queria, então, voltar ao assunto do orçamento do CNRH. Pedir para a Roseli mostrar o que foi conversado antes do almoço. Só a tabelinha.

A SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva CNRH) – Então, nos reunimos ali, eu... Vocês lembram que eram 30 reuniões, nós chegamos a conclusão que podemos aí... 40 reuniões, essas reuniões não necessariamente serão igualitárias para todas as Câmaras Técnicas, algumas Câmaras se reúnem mais e outras menos. O que mudou também foi a reunião Plenária, a Extraordinária que estava prevista uma, e nós colocamos duas, lembrando que essas reuniões extraordinárias, nós, depois, vamos fazer uma observação, será mais em relação a acompanhar o Fórum Mundial da Água, os eventos que estiverem aqui em Brasília, nós vamos tentar chamar essas reuniões extraordinárias para que atenda a demanda dos Conselheiros em relação ao Fórum. Outra coisa que nós aumentamos foram os seminários regionais, também uma demanda dos Conselheiros, nós achamos muito difícil prever doze reuniões, porque realmente teria que ter um planejamento muito antecipado. Então, nós conseguimos pensar em cinco reuniões para apresentar as prioridades do plano, pegando as cinco regiões geográficas, e no total, então, nós aumentamos aí o valor que era previsto de 399 para 504, claro que isso é muito, assim, aproximado, nós teríamos ainda que sentar, e ver, por exemplo, no seminário, quantas pessoas iriam realmente. Então, esse foi o que nós conseguimos chegar tendo em vista toda a questão orçamentária que nós temos que levar em consideração. Então, participaram dessa reunião, eu, Jussara, o Clímaco, estava a Patrícia também e a Tânia. Eu acho que é isso, quer concluir alguma coisa? Jussara? Não? Então, eu acho que é isso daí. Lembrando que esse valor é só de passagem e diária da sociedade civil, os servidores não entram nessa cota.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) – Boa tarde a todos. Uma das coisas que foram colocadas, você lembra bem, é que eu não entrei no mérito das propostas que tinha, mas, eu entendi que tinham certas coisas que é de apoio a fazer, dar suporte a ação da Secretaria, para que ela representa... Secretaria e o Conselho. Outra coisa são delegações de iniciativas que o Conselho tem que aprovar, e que aí misturaram, aproveitaram o orçamento com algumas outras propostas que não seria correto da forma que está

sendo encaminhado, eu não sei se estou claro. Por exemplo, quando você vai apoiar eventos você tem que ser impessoal, são vários tipos de eventos que chegam demandados na Secretaria, eu mesmo já vi, a Secretaria recebe do País inteiro pedido de apoio de eventos.

A SRª. ROSELI (Secretaria-Executiva CNRH) – É um aporte, podíamos deixar esse recurso, além de contingências para acompanhamento extra dentro desse aporte.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) – É o princípio da impessoalidade. O Conselho não está fazendo aqui uma definição de prioridade de que tipo de aplicação vai fazer e quem vai fazer, e sim o gasto de rubricas. Então, nós temos que ser impessoal, eu não tenho nada contra o encontro informativo, mas tem dezenas de propostas dessas chegando na Secretaria o ano inteiro. Então, nós temos que discutir em outra linha, em outra forma de fazer isso, aí é o que eu falo, esse tipo de diretrizes de comportamento é o comportamento que nós temos, não é porque eu sou contra o encontro informativo, é porque isso gera o princípio da impessoalidade da gestão pública. Nesse item aí, o Conselho pode definir isso numa boa, porque se você vai receber daqui uns dias uma proposta de evento, e não é do (...), é do (...) ligado a nós, lá do Rio, você vai fazer o quê? Esse aqui já está aprovado na Plenária, que Plenária? Não houve ordem do dia para aprovar isso.

A SRª. ROSELI (Secretaria-Executiva CNRH) – Mas apenas deixando claro, Clímaco, esse documento, não quero entrar no mérito, mas esse já está dentro do contexto.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO – SUPLENTE (ACA) – Não está. Isso não é coisa consolidada como política pública, a reunião aqui é para outra coisa.

A SRª. ROSELI (Secretaria-Executiva CNRH) – Vamos deixar genérico, então, os eventos aí de nenhuma. Todos eles então. Então, não vamos discriminar nenhum. Deixa tudo, são os seminários, apoio a oficinas e seminários.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (Gerente do Departamento de Recursos Hídricos/MMA) – Ok. Algum outro comentário? Não? Em não tendo comentário vamos à votação. Quem concorda com a nova proposta apresentada, por favor, ergam o crachá. Erguer a mão vale dois votos.

2699 Quem discorda? Abstenções? Uma abstenção. Então, está aprovada a proposta
2700 do orçamento do Conselho. Então, o próximo item da pauta é o relatório da
2701 segurança de barragem em atendimento a Resolução do CNRH 144/2012. O
2702 relatório de segurança é um instrumento da Política Nacional de Segurança de
2703 Barragens, a Lei 12.334 de 2010, e tem como objetivo apresentar a sociedade um
2704 panorama da evolução de segurança das barragens brasileiras com a
2705 implementação dessa política, avaliando a sua eficácia na redução de acidentes e
2706 incidentes e na melhoria de gestão de segurança das barragens. Cabe ao CNRH
2707 apreciar o relatório de segurança de barragens fazendo-se necessárias
2708 recomendações para a melhoria da segurança da obra, bem como encaminhar ao
2709 Congresso Nacional. Os senhores todos sabem que o Conselho Nacional de
2710 Recursos Hídricos ficou com essa incumbência, para isso foi criado um Grupo de
2711 Trabalho para analisar, quem faz o relatório, quem faz a proposta do relatório é a
2712 Agência Nacional de Águas com as informações que eles recebem dos órgãos
2713 gestores e também de informação que ela gera. E, aí, depois, submete a esse
2714 Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Grupo
2715 de Trabalho analisou, nesse ano ainda está na CTIL, o próximo ano vai ficar na
2716 CTAP, apresentou lá na CTIL, a CTIL fez um ou outro comentário, e isso foi
2717 transferido para a Agência Nacional de Águas, ela incorporou no seu relatório os
2718 comentários e, agora, nós estamos fazendo, agora tem essa apresentação. Aí, vai
2719 fazer uma apresentação, se tiver algum comentário adicional, daí nós teríamos
2720 que encaminhar outra vez à Agência, para modificar. Esse relatório, como eu já li,
2721 ele vai ser, uma vez aprovado aqui, aprovado não, discutido aqui pelo Conselho,
2722 ele vai ser encaminhado ao Congresso, como nós devemos fazer todo ano. Então,
2723 eu vou convidar a Conselheira Jussara que trabalhou na... Eu pensei que tinha ido
2724 embora. Eu vou pedir para, por favor, a todos que forem fazer a apresentação que
2725 se atenham aos 10 minutos máximos aí, porque nós estamos com compromissos
2726 outros aqui. Está bem? Eu vou lembrar se...

2727
2728
2729 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH)** – Mas, agora, já
2730 identifiquei. Deixa só ele abrir ali. Tanto faz. Bom, só para contextualizar
2731 rapidamente, o relatório, a nossa tarefa de avaliar o relatório, este relatório em
2732 particular ainda vai ser o último a ser avaliado pelo Grupo de Trabalho da Câmara
2733 Técnica CTIL, nós aprovamos na última da Reunião, a alteração da Resolução
2734 144, que transfere essa atividade para a CTAP. Mas, esse relatório ainda está
2735 sobre a gestão desse Grupo de Trabalho da CTIL. O Grupo de Trabalho foi
2736 constituído e, na realidade, quem realmente se debruçou sobre eles foi o Gilson e
2737 eu. Então, vou apresentar o que nós fizemos, outra coisa importante de chamar a
2738 atenção, volta só um pouquinho para abertura ali, é o período do relatório. Ainda,
2739 antes de modificação da Resolução 144, esse relatório de avaliação é de outubro
2740 de 14 e setembro de 2015, portanto, este relatório não abrange o ocorrido em
2741 Mariana, isso tem que ficar claro por conta dos encaminhamentos que foram
2742 colocados. Apesar disso, nós também entendemos importante nas próprias
2743 observações e nas recomendações realizadas, foram considerados também...

O SR JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Só um esclarecimento, o acidente de Marina foi objeto de um encarte especial que a ANA fez no relatório passado. Então, apesar de não estar temporalmente no relatório, ele foi tratado no relatório passado.

A SR.^a JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Isso. E também foi observado durante a análise do próprio relatório que consta desse período. Na Resolução 144, conta que esse relatório ele deve compreender esse período que eu já coloquei, que a ANA é responsável pela coordenação da elaboração desse relatório de segurança, e os órgãos fiscalizadores são responsáveis pelo envio das informações, esse relatório deve ser encaminhado ao CNRH, cabendo ao CNRH apreciar, nós não estamos aqui votando nem nada, apenas apreciar o relatório, e o Grupo de Trabalho que analisa para essa apreciação, colocando, propondo recomendações, na vigência da 144, que pegou esse relatório, era a CTIL. Então, no próximo, o próximo relatório vai ser até 31 de dezembro e vai pegar, então, será realizada essa análise pela CTAP. Ok. O que tem que ter no relatório? Informação de cadastro, informação sobre a implementação da Política Nacional, relação das barragens que apresentam a categoria risco alto, as principais ações de melhorias, a descrição dos principais acidentes, a relação dos órgãos fiscalizadores, os recursos dos orçamentos. Então, esse relatório, ele trouxe bastantes informações, muito positivo, pela forma com que nós podemos ter uma visão geral do estado geral da questão das barragens no País. Considerando ainda que existem muitos passivos e muita coisa ainda a ser realizada. Então, eu acho que é muito positivo nesse sentido, porque nós já temos uma condição de dar uma boa visão geral com relação a isso. Nesse relatório consta que existem por volta de 17 mil e 259 barragens, uma parte desse número vem daquele levantamento das áreas alagadas feita pela FUNCEME. Então, nem todas elas estão verificadas se são realmente barragens ou se são áreas alagadas naturais, enfim. Mas, a grande maioria é que provavelmente sejam realmente estruturas de barragens que geraram esses lagos. Dessas ali na direita de vocês tem o percentual dos quatro tipos de barragens, barragens de usos múltiplos, que é de armazenamento de água, a de energia que também é água, mas com o objetivo específico de energia, barragens de rejeitos industriais e barragens de mineração. Sem informação, o relatório aponta que 79% dessas barragens, nós não temos informações sobre elas, a não ser a existência delas por conta do levantamento das áreas alagadas. Quais são as barragens que estão enquadradas dentro da Lei? Hoje são barragens cuja altura do maciço é igual ou maior a 15 metros, ou capacidade maior ou igual a três milhões de metros cúbicos, tendo uma dessas duas condições está enquadrada na Lei. Também reservatório de resíduos perigosos, independente do tamanho, e também categoria, se classificada como categoria de potencial médio ou alto, em termos sociais, econômicos ou de perdas de vidas humanas. Para isso é importante classificar, para saber se está na Lei ou não. Então, precisa realmente ter informação dessas barragens para saber se realmente elas se enquadram nessas

2789 condições. Então, com relação à altura o que o relatório aponta? Que são 17 mil e
2790 259 barragens, sem informação de altura 79% delas, e sem informação quanto a
2791 volume 45%. Com relação à mineração. Então, ali eu discriminei por tipo, a
2792 mineração um por cento não tem informação, e 75% dessas barragens são
2793 consideradas pequenas, elas estão todas enquadradas na Lei, porque é de
2794 resíduo. A acumulação, que são as barragens de água, 49% não constam
2795 informação e 47% das que têm alguma informação. Com relação a volume, são
2796 menores do que os três milhões de metros cúbicos. Resíduos industriais ter 3%
2797 sem informação, sendo que 84% delas são consideradas pequenas. Energia, 642
2798 barragens, 10% sem informação e 27% são considerados pequenas daquelas,
2799 obviamente daquilo que nós temos informação, com relação ao dano potencial e
2800 risco, o passivo de classificação, 10% apenas têm alguma classificação de todas
2801 as barragens. Então, estão classificados quanto ao dano potencial 2.224, estão
2802 classificadas quanto a categoria de risco 2.368, até a data do relatório, de lá para
2803 cá já tem bastante avanço, mas até aquela data da análise é isso. Mineração.
2804 Então, por tipificação, da mineração cem por cento estão classificadas, tanto
2805 quanto a dano, quanto a categoria de risco, das que constam informação.
2806 Acumulação, das 15.671, apenas 978 estão classificadas quanto ao dano
2807 potencial, e apenas 1.124 quanto a categoria de risco. De resíduos industriais, das
2808 286 apenas oito estão classificadas nessas duas classificações. Das barragens de
2809 energia, das 642, 578 estão classificadas com relação ao dano potencial, e com
2810 relação ao risco 576. 439 barragens possuem PAE, das 17 mil, e 82% não se tem
2811 informação sequer quanto ao tipo de material de construção. Quanto aos órgãos
2812 fiscalizadores são 43, e três não encaminharam as informações. 13 desses 43 tem
2813 equipe tem equipe que trabalha com segurança de barragens. 13 têm equipe,
2814 porém, sem setores específicos de atribuição em segurança de barragens, 14 têm
2815 equipe com atribuição de segurança de barragens, 33 não tem a sua própria
2816 regulamentação de segurança, e sete possuem a regulamentação. Com relação
2817 aos empreendedores, 329 tiveram revisão periódica, e 185 empreendedores
2818 relataram a realização de recuperação de alguma coisa. Dos empreendedores
2819 cadastrados são conhecidos 5.413, e nós temos aí 6.055 sem informações com
2820 relação ao empreendedor. Porque isso? Não quer dizer que não tenha
2821 empreendedor, que não seja, mas é por conta da forma como as barragens estão
2822 hoje, digamos, de onde saiu esse número 17 mil, ou seja, saiu de um
2823 levantamento de áreas alagadas, então, é necessário identificar isso tudo, com o
2824 tempo os próprios estados devem encaminhar essas informações para a ANA, e
2825 eu acredito que elas já tenham para o próximo relatório, a condição de informação
2826 deve ser provavelmente bem distinta dessa atual. Então, o parecer técnico é que
2827 tendo em vista aquelas condições do que deve conter o relatório cumpre
2828 integralmente a Resolução 144, se constitui em um avanço para o tema de
2829 segurança, pois informa com transparência a situação das barragens no Brasil, e
2830 as fragilidades do sistema estão expostos no relatório. Permite também a
2831 identificação de necessidades de ações e subsídios para a priorização das ações
2832 no segmento, da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.
2833 O relatório também realiza uma análise de todas as informações cadastradas,

consolidando e elaborando recomendações, o que é muito importante. O relatório ele precisa ter uma crítica de tudo aquilo que tem de informações colocadas e trazer essas recomendações, que são colocadas neste parecer. Então, as recomendações do relatório, o CNRH, uma das recomendações é que o CNRH desenvolva estratégias para reforçar o seu papel de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens. Na última reunião da CTAP foi criado em Grupo de Trabalho com esse objetivo, e esse Grupo de Trabalho já foi instalado no dia 30 de novembro passado, a semana passada ele foi instalado e iniciaram-se os trabalhos, e vamos avaliar não só as resoluções como todos os projetos de Lei que estão em tramitação, se são pertinentes, o que é pertinente e o que precisa melhorar para encaminhamentos para o próprio Congresso. Outra recomendação que é necessária verificar se essas resoluções, se elas realmente atendem as necessidades, se elas atendem as necessidades colocadas no encarte especial sobre a bacia do Rio Doce e conjuntura 2015, se atendem questões dos desdobramentos do acidente de Mariana, e se há verificação disso aí. Então, tudo isso vai ser tratado, vai ser analisado nesse Grupo de Trabalho que foi constituído. E é importante também recomendação no relatório que se paute essa discussão em nível do CNRH, dessas propostas legislativas. Então, o Grupo de Trabalho deverá trazer à Plenária assim que consolidados os trabalhos, concluídos e, portanto, ali aquele último *slide* é o que consta no nosso parecer, mas ele já é matéria vencida. Ainda, no nosso parecer, nós entendemos que é importante determinar critérios e normas para tratar barragens órfãs. Existem muitas barragens órfãs. Precisa amadurecer a quem atribuir, a qual ente do sistema a responsabilidade por essas barragens, dada as possibilidades de acidentes por estarem abandonadas e sem manutenção, monitoramento. Então, é necessário que se estabeleça uma regulação para que oriente os entes do sistema a quem devem ficar essas barragens abandonadas. É importante priorizar a mobilização, treinamento e capacitação tanto de empreendedores, quando de órgãos fiscalizadores, o tamanho do passivo é tão grande, que nós entendemos que existem poucos técnicos aptos a dar conta do tamanho da tarefa. Então é necessário que se trabalhe no sentido de capacitar mais técnicos para dar conta de tamanha tarefa. E, isso também estabelecimento de uma pactuação de metas para serem cumpridas pelos empreendedores e pelos órgãos fiscalizadores, porque é impossível simplesmente de um dia para outro estar com as 17 mil barragens classificadas e já enquadradas e, enfim, totalmente dentro da regulamentação da Lei, é um passivo muito grande e, portanto, é importante estabelecer um escalonamento de metas a serem cumpridas por etapas, de modo que seja factível e viável econômica e tecnicamente a consecução dessa tarefa hercúlea. É importante estipular uma padronização mínima de informações entre as entidades fiscalizadoras, percebeu-se durante a leitura do relatório que ficava, muitas vezes, confuso a informação que vinha de Estados de fiscalizadores e etc. e, aí, então, é importante que se estabeleça algumas coisas para que nós não tenhamos a mesma dúvida, a mesma forma de interpretação de como encaminhar o dado. A implementação, ampliar a divulgação, nós entendemos extremamente importante ampliar e divulgar e, enfim, ter uma forma de colocar em todo o País a

existência dos manuais destinados a empreendedores elaborados pela ANA, é um trabalho espetacular, de uma qualidade muito boa, e que precisa ser socializado muito, para que facilite todo esse trabalho e que consigamos realmente chegarmos a questão da segurança das barragens. É importante nós recomendarmos, mas, enfim, é o óbvio, que a implementação do sistema de informações e segurança de barragens, este, a Agência Nacional de Águas está com ele bastante adiantado, aí, até depois eu peço se a ANA pode nos dar mais alguma informação, a última informação que se tinha, e no momento do relatório era essa, de que o sistema está praticamente pronto e que estava em fase de testes, e com inserção de informações no sistema para teste de se não tem os *bugs* do sistema, essas coisas da informática que são importantes serem testadas antes de serem colocadas em funcionamento para valer. E agilizar as ações para que as previsões orçamentárias anuais alocadas pelos empreendedores públicos sejam totalmente empenhadas e executadas, porque isso? Porque uma parte dos recursos que estava alocado esse ano para essa questão da segurança de barragem, ela não foi concluída. Já estou terminando. Obrigada. (*Palmas!*).

O SR JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (Gerente do Departamento de Recursos Hídricos/MMA) – Algum comentário? Ivo? Fernanda? Wilson? O Ivo.

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) – Não, Jussara, eu acho que talvez eu tenha perdido, mas só para ter uma ideia, as 17 mil e não sei quantas lá, qual é o ponto de corte desse levantamento, que ele foi feito o levantamento por FIG, por remoto.

A SR.^a JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Isso, são 20 hectares alagados.

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) – Ok. Obrigado.

A SR.^a FERNANDA LAUS DE AQUINO (ANA) – Boa tarde a todos. Só para responder, fazer a colocação que a Jussara solicitou em relação ao SNISB, que é o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens. O SNISB está nessa fase final mesmo, e inclusive nós vamos marcar uma vídeo conferência com os Estados, com os demais fiscalizadores, no início de fevereiro, para já solicitar a inserção das barragens deles no sistema. Ele ainda não foi lançado porque esses *bugs* que você mencionou, eles perduram ainda um pouquinho, e o pessoal da TI está quebrando a cabeça, mas já está solucionando. Mas, realmente ele está na

eminência, agora passar um dia exato é muito complicado na questão de sistemas de informação. Então, mas ele está praticamente concluído.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Jussara, eu participei da Câmara Técnica desse trabalho, e lembro-me que eu concentrei parte da minha atenção nas barragens órfãs, eu vi que no relatório elas não foram quantificadas, está apenas para estabelecer um... Eu não sei se elas foram quantificadas e...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Aqui... Eu acho que só tem recomendação.

A SR.^a JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Tem aqui. Elas estão quantificadas, eu coloquei. Em algum *slide* está. Eu coloquei, são 6 mil e poucas barragens, está lá o número... Segue mais. Aqui. Aqui.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Mas, aí, é diferente. São as órfãs aí? Porque se o empreendedor não responde o questionário, ele entra nessa categoria aí.

A SR.^a JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Então, eu entendi a sua pergunta agora, se eu te dizer quantas barragens são órfãs, nós não sabemos, que é uma das fragilidades do sistema observado em função da recente implementação. Então, dessas aí, provavelmente algumas são órfãs. Agora quanto, se são quase todas, poucas, isso nós não sabemos, e nós sabemos que elas existem, temos vários exemplos, barragem aqui e ali, que estão meio órfãs. É isso aí, a verdade.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – A minha preocupação é que essas barragens órfãs geralmente são de rejeitos de mineração, empreendimentos muito antigos, onde a legislação não previa uma responsabilidade muito efetiva para o empreendedor, e me parece que nós deveríamos ter uma atenção, dispensar uma atenção especial para essas barragens, não sei como, parece que há uma recomendação.

A SR.^a JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Tem uma recomendação, exatamente, em função dessa preocupação.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Mas a recomendação me pareceu muito branda, não sei se daria para visualizar novamente. Eram as últimas duas... Aí, determinar critérios e normas para tratar barragens órfãs. É o único ponto que tem. Porque isso, em minha opinião, está muito vago, eu estou mais preocupado é em ter responsável para, nem que seja o próprio Estado onde ela esteja localizada, para dar informações.

A SR.^a JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Mas, é isso que está dizendo aí, a quem nós vamos atribuir essa responsabilidade, ao Estado, ao órgão fiscalizador, é uma pessoa física? A quem, é exatamente esse a quem, tem que definir.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Mas, pela redação me pareceu que fica muito vago, e pode não acontecer nada.

A SR.^a JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – É uma recomendação.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) – Eu acho que nós deveríamos focar mais nesse problema. Obrigado.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu não vou propor que se adotem essas barragens não, porque seria maldade, elas estão órfãs. Não significa que a maioria seja de rejeito não. Nós, na ANA, que têm um universo restrito de barragens, nós temos um percentual grande ainda que estão órfãs, procurando pai e mãe. Eu só estou preocupado, Júlio, é o seguinte, viu, Sérgio, é de dar um encaminhamento ao relatório de segurança de barragens. Todo ano eu vou ao Congresso Nacional, Leonardo Monteiro, que foi o pai da Lei, que foi o relator da Lei, eu vou, eu apresento, mostro, nós vamos, apresentamos, mas o público é pequeno, não tem repercussão, não é, Maurício? Nós já conversamos muito isso, e o relatório fica interno dentro do sistema de gestão de água, ele tem que sair. Eu já comentei isso, você lembra quando, depois de Mariana, é meio paradoxal, porque ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional, que a Jussara conduzia os eventos da BRH, tem seis PLs, a Câmara, e um o Senado, tem uma proliferação muito grande, e eles fazem, mas eles não dão importância ao IRSB, o IRSB é uma peça importante, e, nós, não conseguimos emplacar isso. Então, eu

vou, nós apresentamos, nós discutimos, mostramos lá no Congresso Nacional, mas o público é pequeno, não tem repercussão, eu não sei, de repente, o ministro, o secretário, junto com o Presidente da ANA e outros órgãos fazerem gestões diretamente aos deputados, aos senadores, alguma coisa diferente do que está estabelecido aí, porque senão nós vamos ficar eternamente discutindo entre nós, entre nós que já conhecemos o problema, tentando achar pai e mãe, e com outros inúmeros problemas, que têm dezenas, não é, Jussara? Então, tem que arrumar uma maneira de debater isso aqui dentro, e fazer com que esse RSB saia daqui, mas ele saia com uma estratégia mais sólida, mais estruturada, para ir lá, já comentamos isso, todo ano, ao final do ano, eu venho ao CNRH para nós apresentarmos isso, e eu falo quase que a mesma coisa, não é, Alexandre? Fizemos isso uns dois anos atrás, ano passado, e agora este ano também. Tem que pensar, eu não sei, e lá, os deputados, os senadores, os ministros, o ministro da Fazenda, ministro do Planejamento, porque o patrimônio hídrico que o Brasil tem é muito grande, Jucazinho, por exemplo, é um exemplo típico, todos sabem que Jucazinho está na lona, zerou o reservatório, o segundo maior reservatório do Estado de Pernambuco, com 357 hectômetros cúbicos, está na lona, se ele encher, aí nós fomos perguntar a APAC, Agência Pernambucana de Águas e Climas, que foi perguntar para o DNOCS, qual era a cota de segurança para a operação de Jucazinho, aí o DNOCS falou, é a cota do por ao. Então, não dá para encher. E se vier uma chuva naquele que Capiberibe aqui, a comporta que tem lá uma determinada medida, tem capacidade de efluir vai verter e vai solapar o pé da barragem, e tem N cidades a jusante, nós fizemos a Nota Técnica para isso e mandamos para o Ministério da Integração, ele disponibilizou doze milhões para fazer pequenas obras na estrutura, na galeria, na ferragem, em algumas outras estruturas, mas não no vertedor, que era um de (...), alguma outra coisa. Então, precisa de alguma coisa diferente, que não seja só o grupo vir aqui, apresentar, Jussara, e sair daqui, sair do seio do CNRH e ir para outro âmbito.

O SR JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Ok. Eu acho que você tem, como você disse, como falou já da primeira vez, eu acho que está coberto de razão, eu acho que nós temos que divulgar mais esse relatório, não só para os deputados, mas também para a sociedade de uma forma geral, aumentar essa divulgação. Nós temos feito a divulgação, mas, com certeza, está muito a quem do que deveria ser. Então, eu acho que também nós poderíamos pensar em alguma coisa nesse sentido. Algum outro comentário? Quem está falando?

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Só sendo um pouquinho mais chato, essas informações elas estão por bacia hidrográfica, você sabe me responder isso? Não me lembro? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Talvez, aí, seja interessante encaminhar para os comitês, e seria uma forma de diminuir o foco, porque um foco muito amplo, você perde o sentido da coisa. Então, diminuindo o

foco, eu acho que talvez nós tenhamos um resultado mais efetivo, por Estado, por bacia.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Eu acho que essa colocação do Wilson é extremamente importante, porque nós sempre trabalhamos tentando colocar aqui a sinergia das coisas que são dentro de bacia hidrográfica, e barragens é uma das obras que provoca uma sinergia muito grande, não só na otimização do uso das águas, mas também em caso de acidente, a capacidade de ampliar as consequências é muito grande. Então, eu acho que é extremamente importante que tudo isso esteja aos olhos do entendimento do próprio Comitê de Bacia, até quando eles construírem os seus próprios planos de bacia, tiver essa visão, os seus estudos de avaliação ambiental integrada, etc., é extremamente importante o conhecimento de tudo isso.

O SR JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Obrigado, Jussara. Só conhecimento. Eu não tenho número, mas eu lembro, eu acho que foi a Jussara, se lembrar. Desde que começamos, começamos eu digo o sistema, mas, a ANA, enfim, todos nós, produzir esses relatórios, houve já um belo progresso em termos de identificação, de recebimento de informações, do que foi, a partir do primeiro, segundo relatório até esse, já se progrediu bastante, quer dizer, está muito à quem daquilo que é necessário, mas foi um progresso muito grande em termos...

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ – TITULAR (ABRH) – Eu não coloquei essa informação aqui por conta da velocidade, do tempo que tinham me dado, mas essa informação está clara no relatório, existe lá, a ANA se preocupou em fazer um relatório, assim, da evolução do próprio relatório do sistema, da atualização.

O SR JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Isso é muito importante. Muito obrigado. Bom, agora, vamos passar para as duas palestras, nós vamos fazer a tradicional palestra nossa sobre o problema lá de Mariana, que nós na medida em que o Conselho tem as suas limitações em termos de atribuições de agir diretamente no problema, nós, pelo menos, fizemos um compromisso de toda reunião do Conselho convidar alguém do sistema, do Comitê Interfederativo, de preferência o IBAMA, na pessoa do presidente, para que dê uma informação de como foi a situação, o que está ocorrendo, os problemas, para que nós fiquemos, tomemos conhecimento disso. Então, eu gostaria de convidar a doutora Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, que é a presidente do IBAMA e do Comitê Interfederativo, para fazer a palestra.

3102 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA) –**
3103 Boa tarde a todos. Eu vou fazer um panorama geral e, depois, eu pedi para o
3104 Gustavo Bertioga, que ele é da Câmara Técnica de Recuperação, Restauração
3105 Florestal e Produção de Água, é o nome oficial da Câmara, para fazer uma
3106 apresentação mais com fotos, para vocês sentirem como estão as coisas no local
3107 mesmo hoje. O Gustavo veio de lá a semana passada, então, está com fotografias
3108 super recentes para mostrar para vocês. Eu já tinha feito uma apresentação para
3109 vocês falando do Comitê Interfederativo, ele vem funcionando aí desde, a primeira
3110 coisa reunião que foi em abril, o tema de ajustamento de conduta com os
3111 empreendedores e os governos Federal e Estadual foi firmado em março, e a
3112 partir de abril o Comitê vem se reunindo, o Comitê tem feito uma reunião ordinária
3113 por mês, e já realizou duas reuniões extraordinárias, nós temos 36 deliberações já
3114 aprovadas, e uma série de recomendações também registradas em ata para, até
3115 agosto, para Samarco, hoje, as deliberações saem para a Fundação Renova, foi
3116 constituída uma fundação privada, que ela tem no aporte de recursos um terço de
3117 cada empresa, Samarco, BHP e Vale do Rio Doce. Essa Fundação agora vai
3118 responder pelo encaminhamento de todos os programas ligados ao termo de
3119 ajuste de conduta, são 41 programas, programas para os próximos 15 anos, mais
3120 ou menos, na nossa expectativa, e, nós estamos acompanhando pelo Comitê
3121 Interfederativo toda a implementação desses programas. O IBAMA preside o
3122 Comitê Interfederativo, mas tem outros órgãos, os outros órgão do Ministério do
3123 Meio Ambiente também estão envolvidos, a Agência Nacional de Águas, o
3124 Instituto Chico Mendes, e está sendo feito um trabalho grande e complexo de
3125 acompanhamento. Eu costumo falar que se teve alguma coisa positiva na
3126 tragédia, porque eu acho não dá nem para chamar de acidente, é uma tragédia,
3127 se teve uma coisa positiva foi a constituição dessa estrutura de governança.
3128 União, estados e municípios atingidos e o Comitê do Doce estão conseguindo de
3129 alguma forma trabalhar juntos. As reuniões estão ficando mais organizadas, mais
3130 produtivas, nós estamos estabelecemos nessas reuniões mensais uma
3131 sistemática que o primeiro dia é uma reunião interna para se chegar ao que vai ser
3132 votado, e no segundo dia é um dia de deliberação, no primeiro dia não tem a
3133 presença nem de empreendedor, nem de imprensa, ela é do Comitê, e no
3134 segundo dia nós deliberamos em sessão aberta com tudo gravado, e isso
3135 disponibilizado inclusive áudio e vídeo, tudo que for necessário, nós
3136 disponibilizamos sem problema nenhum, só no primeiro dia que faz uma coisa
3137 mais interna. Hoje, nós temos um representante do Comitê Interfederativo no
3138 Conselho Curador da Fundação, que é o ambientalista Fábio Feldmann, ele está
3139 representando o CIF em todo o acompanhamento do que a Fundação vem
3140 fazendo, e está fazendo isso sem receber, ele recebe só os recursos para as
3141 viagens, ele está trabalhando como voluntário representando o CIF, e está
3142 trabalhando muito, não é pouco, aliás, todos nós. Não é, Gustavo? Nesse negócio
3143 de Mariana, dá um esforço enorme, porque os órgãos, na verdade, não têm
3144 orçamento para nada disso, nós estamos usando o orçamento de outras ações, e
3145 estamos nos adaptando para conseguir trabalhar, e não é fácil, o IBAMA, por
3146 exemplo, ele tem na Superintendência de Belo Horizonte, fora o superintendente

3147 que praticamente só faz isso, ele tem cinco analistas em dedicação *full time* para a
3148 Mariana e, aqui, mais uns quatro ou cinco aqui na Sede também, mas, quer dizer,
3149 só de pessoas que da carreira, especialistas de ponta do IBAMA, nós temos pelo
3150 menos dez pessoas trabalhando só nisso, e mesmo assim é muito a quem do que
3151 seria necessário para conseguir ler todos os documentos, para conseguir ler todos
3152 os relatórios, chegam relatórios de milhares e milhares de página, nós não
3153 conseguimos dar vazão nem a própria leitura dos documentos que estão
3154 recebendo, mas está tocando. O que você tem na composição do CIF, eu não sei
3155 se todos conhecem, o IBAMA preside, quem preside sou eu, e, eu tenho, a
3156 diretora da parte da (...) do IBAMA, é a minha substitua oficial, o MMA também
3157 está representada, a ANA está representada pelo Vicente e pela Gisela. Tem
3158 representação do Governo Federal: Casa Civil, secretaria de Governo, Governo
3159 de Minas: Secretaria de Meio Ambiente de Minas, Secretaria de Desenvolvimento
3160 Urbano de Minas. Espírito Santo também a Secretaria de Desenvolvimento
3161 Urbano, Prefeitura de Mariana, Prefeitura de Governador Valadares, Prefeitura de
3162 Linhares e o Comitê de Bacia do Doce. São dez Câmaras Técnicas em
3163 funcionamento hoje, a que tem uma atuação mais forte desde o início, o pessoal
3164 que está acompanhando desde o dia seguinte do evento é a Câmara de Gestão
3165 de Rejeitos, ela é coordenada pelo IBAMA de Minas Gerais, pelo superintendente
3166 do IBAMA de Minas Gerais, o Belizário, o Belizário, praticamente, é a pessoa que
3167 sabe mais do sítio lá do que qualquer um, ele sabe onde está cada pedaço com
3168 mais lama, onde tem mais rejeito, ele sabe onde tem problema, onde é
3169 recuperação está dando certo, onde não está, é a pessoa mais de ponta que nós
3170 temos no evento, a Câmara de Restauração Florestal, onde o Gustavo trabalha,
3171 essa está muito ligada também a uma operação que o IBAMA tem feito de forma
3172 recorrente, que é a Operação Águas, essa está dando bastante repercussão na
3173 imprensa, é a operação eles vão em 77 pontos, é isso? Que vocês estão indo?
3174 115 já, pontos? Eles vão nos mesmos pontos em 115 quilômetros de rio. Isso está
3175 sendo feito agora junto com a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais. Eles
3176 retornam a cada versão da operação nos mesmos pontos, e veem se trabalhou,
3177 se andou, se a vegetação pegou, se não pegou, se o trabalho de drenagem foi
3178 feito, se não foi feito, se tem gente trabalhando ou não tem, o último relatório, eles
3179 ficaram bravos, porque em oito por cento dos pontos tinha gente trabalhando,
3180 levaram uma bronca danada por causa disso. Então, eles fazem um
3181 acompanhamento ponto a ponto em 115 quilômetros de rio, que é a parte mais
3182 afetada entre Bento e Candonga, é a parte onde tem o problema mais grave, é
3183 onde está toda a lama que não passou para o Espírito Santo. De toda a lama que
3184 vazou de Fundão, só 20% no total passou de Candonga, e por consequência foi
3185 para o Espírito Santo. Então, 80% dos rejeitos estão nesse pedaço de rio, e nós
3186 estamos agora enfrentando um período crítico, talvez o mais crítico que nós
3187 vamos sofrer em toda essa história daqui para frente, porque as obras de
3188 contenção, elas ainda estão em andamentos, e está chovendo. Hoje, com a
3189 dragagem que foi intensificada a partir de julho, agosto? Agosto, a partir de
3190 agosto, hoje, nós entendemos e pelos laudos que nós temos, que Candonga não
3191 está mais em risco, e em maio, Candonga chegou a ficar um metro do limite

3192 técnico de possibilidade de rompimento em termos de volume de lama, que a
3193 barragem não é feita para aguentar a lama, ele é feita para aguentar água, e
3194 aguentou toda a lama, na verdade foi isso que aconteceu. Ela chegou a ficar um
3195 metro do limite técnico em maio, nós botamos um monte de notificações, e eles
3196 conseguiram intensificar a dragagem a partir principalmente do começo de agosto.
3197 Hoje, pelos levantamentos que nós estamos acompanhando, isso é diário,
3198 Candonga não está em risco, o volume de lama está bem abaixo do que seria um
3199 possível risco, nós não estamos trabalhando com o rompimento, o que nós
3200 estamos trabalhando é que com a intensificação das chuvas o nível de turbidez da
3201 água de toda a região vai dar problema, na verdade, já está com problema hoje,
3202 os níveis de turbidez estão bastante altos, tem um plano de emergência de
3203 abastecimento de água aprovado pelo Comitê Interfederativo. Então, não é
3204 descartada a possibilidade de ter que distribuir água potável para determinadas
3205 comunidades pela turbidez, com o rompimento de Candonga, nós não estamos
3206 mais trabalhando com essa expectativa. De qualquer forma, eu tenho notícias, não
3207 tenho detalhes, mas eu tenho notícias de que eles estariam pensando em fazer
3208 um reforço em um terço de Candonga, contando as laterais para cá, em um terço,
3209 é alguma relacionada as fundações que eles estariam aventando a possibilidade
3210 de fazer para não ter nenhum tipo de dúvida de que aquilo vai ter algum problema,
3211 que isso estaria sendo aventado, eu não sei se vai ser concretizado, eu não tenho
3212 mais detalhes, foi o que o superintendente de Minas comentou na última vez que
3213 nós nos encontramos, mas pelos relatórios, e eu tenho lido os relatórios, hoje não
3214 há risco em Candonga, o que há risco de acontecer nos próximos meses, e agora
3215 em janeiro, janeiro e fevereiro, que vai ser o crítico, porque a água começa a cair e
3216 começa a acumular no solo, então a lama vai demorar para ter um período para
3217 começar a chover e dar um real problema de abastecimento de água, que você
3218 começa, a lama não segura, e nós estamos esperando agora em janeiro,
3219 fevereiro, possivelmente o problema de abastecimento de água causado por
3220 turbidez, porque vai passar no cenário de muita chuva, passa a lama para o
3221 Espírito Santo de novo. Em resumo, assim, o evento, ele não está totalmente
3222 contido, as estruturas de contenção, as obras de contenção ainda não estão
3223 totalmente resolvidas, nós ainda estamos num período de controlar efeitos do
3224 evento em si, e a partir dessa primeira fase é que quando estiver totalmente
3225 controlado, é que nós vamos começar a fazer obras realmente de recuperação
3226 ambiental, dignas desse nome, para ficar, os projetos de recuperação ambiental
3227 ainda vão levar um tempinho. Mas, tem muita coisa andando, gente, está andando
3228 a parte de cadastramento, os oito mil cadastrados para recebimento de verbas
3229 emergenciais estão recebendo as verbas, está havendo um cadastramento para
3230 fins de indenização, já estão aí na casa de milhares, isso está sendo tocada. A
3231 parte de reconstrução da sede de Bento, das duas cidadezinhas que foram
3232 inutilizadas com a lama, foram acabadas com a lama, isso já está, a população
3233 participou da escolha dos locais. Então, já estão com esses locais escolhidos,
3234 essas obras já devem começar. As obras de reconstrução de pedaços afetados
3235 nas outras cidades que não foram eliminados com a lama, mas que sofreram
3236 prejuízos, elas estão bem adiantadas, reconstrução e campo de futebol, de praça,

limpeza de rua, isso está bem adiantado nas cidades que não foram destruídas, mas foram afetadas. Então, tem uma Câmara Técnica trabalhando com a parte de economia, você tem uma série de pessoal da comunidade afetada pescador, que não está pescando, esse tipo de coisa. Então, tem uma Câmara trabalhando em novas alternativas econômicas aí para a região. Em geral tem programas para todo lado. Então, a primeira Câmara é a Câmara de Rejeitos, a segunda é Restauração Florestal e Produção de Água, terceira é a Conservação da Biodiversidade, a Câmara de Segurança Hídrica, que é coordenada pela ANA, essa que está tocando os programas emergenciais de abastecimento, e também os programas compensatórios de água e esgoto, a Câmara de Organização Social, que é comandada pela Casa Civil, que faz a parte toda de cadastro, indenização, a Câmara de Reconstrução das Infraestruturas, Governo de Minas, Saúde também Governo de Minas, Comunicação é a Secretaria de Governo da Presidência da República assumiu, e isso não estava com a Secretaria de Governo, ela resolveu assumir pela importância que tem o acidente em termos de participação do Governo Federal, na gestão disso. Então, a Presidência da República está assumindo mais coisas do que tinha inicialmente, Câmara de Economia e a Câmara Indígena, a Câmara Indígena está com muito problema para se organizar e para funcionar, porque são três tribos afetadas, e eles não se sentem representados quando você pede para a tribo: vem alguém na reunião do CIF, eles não trabalham com essa lógica de eleger representante, eles querem ir todos, e não é só um de cada tribo não, eles querem ir de turma, e, aí, cria uma questão operacional aí praticamente está inviabilizando o funcionamento da Câmara, a FUNAI não tem recurso para isso, mas, o coordenador lá da FUNAI, que é o, da FUNAI de Minas Gerais, está tentando, de alguma forma, fazer com que eles participem. Eles estão preferindo, na verdade, negociar diretamente com a Fundação, diretamente com a Renova, estão se sentindo, cada tribo, mas nós estamos tentando aí, foi o compromisso pessoal do ministro do Meio Ambiente, que eles estariam envolvidos, nós estamos tentando fazer com que eles se envolvam. Assim, em geral, de diagnóstico, tem muita coisa atrasada, é muito difícil. Tem muita coisa que nós não sabemos direito o que fazer, mas ninguém no mundo sabe, porque até consultoria internacional que está sendo contratado pelas empresas também não sabem, é um acidente sem precedentes desse tamanho, o que você tem parecido, de Minas, desse tipo, é um terço do tamanho desse, não é dessa escala. Então, tem muita coisa ainda que vão aprender. E como ponto positivo o que eu coloco, eu comentei, é o funcionamento da estrutura de governança, porque as pessoas estão bem coordenadas, os participantes do CIF, todos têm uma interação muito grande, têm troca de e-mails diários entre todos. Então, todos estão se sentindo parte do CIF, então eu acho que esse é o único ponto positivo, nós estamos conseguindo trabalhar junto, União, estados e municípios, de alguma forma, em um desastre enorme e, isso, eu acho que está correndo bem, essa interação entre os governos. Eu acho que é isso, eu pedi para o Gustavo mostrar a realidade para vocês.

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) – Boa tarde a todos. Eu sou Gustavo Bediaga, trabalho lá no IBAMA, sou analista ambiental, eu estou coordenando a parte de restauração florestal das áreas atingidas pelo rompimento da barragem. Eu vou fazer uma apresentação um pouco mais técnica, pela minha natureza, e eu vou tentar demonstrar como estão as ações da recuperação em campo. Eu vou falar sobre as duas Câmaras, a Câmara Técnica de Rejeito e a Câmara Técnica de Restauração Florestal. Só como contextualização, eu trouxe alguns números da bacia do rio Doce, a bacia tem uma área de 86 quilômetros quadrados, 86% em Minas Gerais, 14% no Espírito Santo, o rio Doce possui 853 quilômetros de extensão, mas não foi essa totalidade que foi atingida pelo rompimento, porque isso aqui é considerando a nascente dele no rio Ipiranga, então nós temos por volta de 650 atingidos pelo evento. 9 grandes sub bacias, que é a divisão do Comitê de Bacia Hidrográfica, 229 municípios, uma população de 3,3 milhões de habitantes, e 98% da bacia está no bioma Mata Atlântica. A Câmara Técnica de Rejeitos, ela tem as suas atribuições definidas pela deliberação do CIF nº 7, que são esses quatro programas, um programa de manejo de rejeito, de contenção do rejeito, de preparação para emergência e de gestão dos riscos ambientais, então de certa forma essa Câmara lida com conter aquele material, controlar o evento, como a presidente estava colocando, e também essa preparação para as emergências, e a gestão dos riscos. Já a Câmara Técnica de Restauração Florestal, na qual eu faço parte, nós temos o programa de recuperação da área ambiental 1, que eu vou explicar um pouco mais a frente o que é essa área ambiental 1, programa de recuperação das APPs, que é um programa compensatório, são 40 mil hectares que devem ser recuperados em toda a bacia como compensação ao dano, o programa de recuperação de nascentes, que também é um programa compensatório, são cinco mil nascentes que deverão ser recuperadas, o programa de fomento e a implantação do CAR na área ambiental 1, o CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural, que, hoje, é o principal instrumento de gestão ambiental do Governo, e o programa de gerenciamento do plano de recuperação ambiental, que é um programa mais para nós fazermos uma gestão dos programas. Bom, a bacia do rio Doce, aqui ilustrada, a área ambiental 1 seria essa área que está destacada ali embaixo, a barragem de Fundão, aquele símbolo ali, laranja, a usina hidrelétrica de Candonga, que, na verdade, ela chama-se Risoleta Neves, mais conhecida como Candonga, então vou colocar aqui como Candonga. Essa área ambiental 1, dos 43,6 milhões de metros cúbicos liberados no ambiente, 67,2 ficou contido na área ambiental, tem uma pequena diferença com aquele número de 80%, porque aqui não estou considerando que está lá em Fundão ainda, os 12 milhões que estão em Fundão ainda, se você somar os 12 milhões dá próximo de 80%. Então, só para eu contextualizar, as nossas principais ações, tanto da Câmara Técnica de Rejeito, como de Restauração Florestal estão visando essa área, vocês podem ver que o rio Doce continua ali, na verdade, o rio Doce nasce 15 quilômetros antes da usina de Candonga, ele é a junção do rio do Carmo, que vem ali naquele rio vermelho com o rio Ipiranga, então onde nasce o rio Doce é aonde a lama veio mesmo, bem simbólico isso. Então, o rio Doce, após Candonga, ele anda 15

3327 quilômetros em Candonga, e depois ele anda mais 630, 640 até o mar, só que é
3328 bom nós visualizarmos esse mapa, porque nós vemos que apesar da maior
3329 extensão estar ali depois de Candonga, a maior parte do Rejeito está ali. Então, o
3330 nosso problema principal hoje está ali, naquela área ambiental 1. Aqui é um zoom
3331 na área ambiental 1, temos a barragem de Fundão, as estruturas ali da Samarco,
3332 e, aí, o Código Santarém, ele nasce dentro da barragem de Fundão, ele vai
3333 descendo e encontra com o rio Gualaxo do Norte, o rio Gualaxo do Norte vem
3334 descendo em direção a oeste e leste, encontra com o rio do Carmo, o rio do
3335 Carmo finalmente encontra com o rio Ipiranga, e forma o rio Doce. A usina
3336 hidrelétrica de Candonga, ela funcionou durante o desastre como uma grande
3337 bacia de contenção, foi uma grande, vamos dizer assim, foi uma fiel da balança,
3338 foi um grande benefício, vamos dizer assim, para o meio ambiente, porque ela
3339 conseguiu segurar esse rejeito ali antes, a montante dela, se não existisse a usina
3340 hidrelétrica de Candonga, esse desastre seria, o impacto seria um pouco maior e
3341 terá muito mais lama espalhada, e talvez fosse mais difícil a recuperação disso.
3342 Então, a usina, até a usina hidroelétrica de Candonga, nós temos um tipo de
3343 acidente e, depois, dele nós temos outro tipo. Pode passar, por favor. Bom, vamos
3344 para as ações da Câmara Técnica de Rejeito. Eu vou falar resumidamente, porque
3345 é muita coisa que está sendo feita, então eu vou dar só um panorama geral para
3346 vocês. Hoje, nós ainda nos encontramos na fase emergencial, como a presidente
3347 comentou, nós ainda estamos contendo o evento, o evento ainda não está cem
3348 por cento contido, o que isso quer dizer? Ainda tem transporte de sedimento de
3349 sólidos para dentro dos corpos hídricos. Então, nós não consideramos o evento
3350 controlado, então nós consideramos que estamos na fase emergencial, nós ainda
3351 não passamos para a fase de recuperação, nós passaremos para a fase de
3352 recuperação quando o evento estiver significativamente controlado. Então, dentro
3353 dessa fase emergencial, nós temos quatro grandes frentes de trabalho da CT de
3354 Rejeitos, as estruturas remanescentes do complexo de Germano, as estruturas de
3355 contenção provisória e permanente dos rejeitos que vem da fonte, que é da área
3356 industrial da Samarco, as estratégias e planos de ação para a gestão do rejeito ao
3357 longo dos rios Gualaxo e Carmo, e a dragagem da área emergencial da barragem
3358 da usina hidrelétrica de Risoleta Neves. Aí eu coloquei um mapa aqui para nós
3359 conseguirmos visualizar o que são essas ações. Aqui é um mapa dando um zoom
3360 lá na área industrial da Samarco, nós temos a linha azul delimitando a barragem
3361 da Germano, em vermelho, ao lado ali, a barragem de Fundão, abaixo nós vemos
3362 a área que foi atingida pela lama com os respectivos volumes que hoje tem lá,
3363 aqui em baixo do desenho aqui. Então, em Fundão, na área de Fundão nós ainda
3364 temos 12,8 milhões de metros cúbicos ainda estão lá em fundão, não vazaram
3365 com o rompimento da barragem, em Santarém, que é essa região de vermelho,
3366 que é aquela barragem de Finos, que tinha abaixo, que a onda a galgou, passou
3367 por cima, ela permaneceu inteira, incrivelmente, isso foi um grande espanto para a
3368 engenharia ela conseguiu ficar inteira, ela foi galgada, mais de três milhões de em
3369 cúbicos do rejeito ainda se encontram nela. Aquela região de S1 e S2 tem 1.6
3370 milhões, e Bento Rodrigues, que é aquela região lá em verde, ali eu delimitei a
3371 cidadezinha de Bento Rodrigues para vocês verem como ela era, tem 1.2 milhões.

3372 Acima dos mapas aqui, eu coloquei as estruturas, o trabalho que foi feito nas
3373 estruturas. Aquelas primeiras três estruturas ali Cela, Tulipa e Celinha, são três
3374 diques que fazem parte da barragem de Germano, e que se dividem, são
3375 limítrofes a barragem de Fundão. Essa foi a grande preocupação nossa no início
3376 do evento, porque com a barragem, com o rompimento da barragem, aquele
3377 volume todo extravasado, o grande medo era que rompesse e esse dique, e essa
3378 barragem de Germano, ela tem três vezes mais volume do que a barragem da
3379 Fundão, então no primeiro mês nós falamos: nossa, esse desastre pode ser três
3380 vezes maior ainda. Por sorte, sorte não, por eventos isso não aconteceu, e, aí,
3381 hoje, a Câmara Técnica de Rejeito acompanhou a reconformação desses diques e
3382 as obras feitas para garantir a segurança desses diques. Hoje, eles se o
3383 encontram os três com o fator de segurança acima da norma, que é 1.5. Então,
3384 esse trabalho foi satisfatório, da cerca de rejeito, conseguimos garantir a
3385 segurança desses três diques. O eixo 1 é uma estrutura proposta para parar o
3386 extravasamento que ainda ocorre dentro de Fundão, Fundão é uma região, como
3387 eu falei, a nascente do rio Santarém, então tem várias nascentes dentro do
3388 reservatório, então aquelas nascentes vão minando água e vão carregando
3389 material, então a estrutura proposta para parar esse carreamento é o eixo 1, com
3390 previsão de 1.1 milhão para 2016, e até o final das obras 3 milhões em 2017.
3391 Santarém, apesar de não ter sido destruído, para a Engenharia, quando uma
3392 barragem é galgada, ela é considerada rompida. Então, está sendo construída um
3393 novo barramento para Santarém, a nova Santarém, com essa previsão de 4
3394 milhões para 2016 e 9.6 milhões para 2017, ali ela está a alguns metros, 50
3395 metros abaixo a jusante do barramento antigo. Para a região ali de S1 e S2, a
3396 estrutura proposta é o dique S3, hoje, ele está com 2.1, ele está em processo de
3397 alteamento hoje para conseguir chegar a 2.9, essa obra atrasou muito, foi um dos
3398 motivos de uma multa que saiu a pouco tempo pelo IBAMA pelo atraso dessa
3399 obra, é uma estrutura essencial para conter todo esse rejeito que vem ali da fonte,
3400 se vê a quantidade imensa de rejeito que ainda tem, a montante desse dique.
3401 Após Bento Rodrigues tem a proposta do dique S4, que também é um dique que
3402 demorou, ele hoje está em construção, e a proposta de volume final dele é 1.05
3403 milhão. Então, se somar isso tudo dá por volta de 16 milhões. Então, a Câmara
3404 Técnica de Rejeito acompanhou e acompanha todas essas obras que visam
3405 conter 16 milhões de metros cúbicos aqui dessa área industrial. Saindo aqui da
3406 área industrial, a área industrial está ali a esquerda, nós visualizarmos a área
3407 ambiental 1 e os rios que compõe essa área ambiental. Foram 102 quilômetros de
3408 margem de rio afetadas, são mais 15, para dar o 115 são mais 13 de calha até o
3409 reservatório de Candonga, nessas margens, hoje, nós temos 11.2 milhões de
3410 metros cúbicos depositados, então uma quantidade imensa ainda de material
3411 depositado nas margens do rio, que destruiu a vegetação, as áreas agrícolas, e
3412 ficou depositado, e dentro das calhas, nós temos 2.8 milhões de metros cúbicos. A
3413 estratégia, hoje, principal para cuidar dessa parte é a Operação Águia, que eu vou
3414 explicar um pouco mais a frente. Agora, vamos lá para Candonga, que é o último
3415 trecho ali da nossa área ambiental 1, dentro do reservatório de Candonga, hoje,
3416 nós temos estimado 10,5 milhões de metros cúbicos lá, então como eu falei, ela

3417 serviu como contenção, esse material ficou contido ali, e nós temos uma área
3418 crítica, lá na direita, nós podemos ver que dos 400 metros, a montante do
3419 barramento, então você tem uma área que é crítica para aquelas questões que a
3420 presidente colocou, você ter um barramento que ele é projetado para segurar
3421 água, um sedimento que tem quatro vezes mais densidade que a água, ele exerce
3422 uma pressão muito maior do que o projetado. Então, esse foi o grande risco que
3423 nós lidamos nos últimos tempos, como a presidente colocou, esse risco já foi
3424 minorado. Esse risco foi minorado. Nós temos, hoje, a dragagem sendo realizado,
3425 a previsão de dragagem, essa dragagem demorou muito, teve um atraso grande
3426 também para começar, a previsão de dragagem é até julho de 2017, de 1.3
3427 milhões, que a empresa nos colocou, até agora conseguiu dragar 580 mil, é
3428 importante colocar que foi dragado 580 mil, mas foi aportado também determinada
3429 quantidade. A batimetria, a última batimetria que foi feita agora no final de
3430 novembro, ela estimou, a dragagem fez diferença em 308 mil. Então, essa
3431 diferença de 200 mil, é o que acreditamos que foi aportado, a previsão de aporte,
3432 aí além da dragagem você tem a construção do barramento A e do barramento B,
3433 são barragens metálicas que visam manter esse sedimento que é aportado aqui
3434 no reservatório longe dessa área crítica, então tentar segurá-lo, você tentar
3435 diminuí-la, o fluxo hídrico, e a própria dinâmica fluvial faz com que ele se deposite
3436 longe dessa área crítica. A previsão de aporte que nós temos para o período
3437 chuvoso, aqui eu estou colocando dois cenários com a implantação da S4, que é o
3438 que nós esperamos, que está em obras agora, realista seria 2.3 milhões,
3439 pessimista 3.2. Se o S4 não fica pronto, nós temos uma majoração disso, o
3440 pessimista, por exemplo, vai para 4.3, e é importante ressaltar que a dragagem é
3441 1.3, e a realista, que seria o melhor cenário, seria 2.3, você tem uma diferença de
3442 um milhão. Então, essa é a preocupação com esse 1 milhão hoje, que está de
3443 superávit que nós temos, e é por isso que esses barramentos visam mantê-lo em
3444 uma dinâmica longe dessa área crítica, onde nós conseguimos controlar o risco.
3445 Bom, consegui resumir bastante a CT Rejeito, eu vou para a CTFLOR agora.
3446 Bom, os programas que nós temos de CTFLOR, um é aquela recuperação
3447 compensatória dos 40 mil hectares, como eu falei, como nós estamos com isso? A
3448 CTFLOR, nós reunimos representante dos Estados, representantes acadêmicos,
3449 representantes de organizações sociais também. Então, nós elaboramos um
3450 termo de referência para mapear as áreas para o plantio, nós sabemos que a
3451 recuperar 40 mil hectares tem diversos desafios que se colocam nessa
3452 recuperação, aonde vai plantar, como vai plantar, quais são os critério, nós
3453 elaboramos um termo de referência para mapear essas áreas prioritárias para o
3454 plantio, esse termo de referencia vai ser feito coletivamente com a participação
3455 das comunidades envolvidas. Nós estamos em discussão agora, as premissas
3456 para os programas de restauração florestal, nós acreditamos que o pagamento por
3457 serviço ambiental seria uma estratégia correta pela condição social da bacia, e
3458 pela questão do tamanho, da escala que nós íamos ter que atingir, 40 mil hectares
3459 não é fácil, não existe projeto no Brasil que já atingiu isso. Então, nós precisamos
3460 oferecer alguma coisa, nós precisamos ter alguma estratégia que efetive isso. Nós
3461 já também pedimos um diagnóstico dos viveiros florestais da bacia, recuperar 40

3462 mil hectares que exige uma oferta de mudas muito grande, então para vocês têm
3463 uma noção do tamanho do desafio que temos, nós temos que abarcar todas essas
3464 questões para garantir que esse programa dê certo. Recuperação compensatória
3465 das 5 mil nascentes, ela está sendo levada pelo CBH-Doce, pelo Comitê de Bacia
3466 Hidrográfica, o acordo delimitou que eles é que são responsáveis por essa
3467 recuperação, eles já delimitaram as bacias, nós acompanhamos esse processo.
3468 Fomento ao CAR na área ambiental 1, nós já levantamos junto ao órgão estadual
3469 quais são os gargalos que tem para o Cadastro Ambiental Rural, nós acreditamos
3470 que isso é extremamente importante, porque o principal instrumento de gestão,
3471 hoje, ambiental, e isso é importante porque isso aqui é o que garante ao produtor
3472 aquelas áreas consolidadas, delimitar o que tem que ser recuperado, o que ele
3473 pode produzir, e isso é importante para nós conseguirmos avançar na
3474 recuperação, já fizemos uma deliberação do CIF, para a Fundação fazer um
3475 cronograma de implementação junto ao IEF até o final do ano. Gerenciamento de
3476 programas socioambientais, hoje, nós estamos trabalhando com a implantação de
3477 uma plataforma WebGIS, que é basicamente como se fosse um Google Earth,
3478 nós, hoje, gerenciamos os programas a partir de um FTP, que é um diretório,
3479 como se fosse um Windows Explorer, várias pastas, e você vai acessando os
3480 documentos de cada programa, nós queremos passar para uma plataforma
3481 WebGIS, como se você colocasse isso em um ambiente geográfico, em um mapa,
3482 e você vai clicando e sabendo o que está acontecendo em cada espaço
3483 geográfico. Essa é a transição que nós queremos fazer hoje, e para esse sistema
3484 WebGIS, nós já estamos em análise, semana que vem já estamos com um
3485 pessoal nosso em Belo Horizonte avançando aí para desenvolver esse sistema.
3486 Bom, e termos a recuperação da área ambiental 1, que eu vou até focar um pouco
3487 mais, que é o grande desafio técnico que nós temos hoje, como recuperar
3488 aqueles, são 2 mil hectares que tem na área ambiental 1 de margem de rio que
3489 foram destruídas, como recuperar essa área que foi destruída e está com uma
3490 grande de sedimento depositado, é um desafio imenso do ponto de vista técnico.
3491 É uma área extensa, com alto heterogeneidade ambiental, nós temos uma
3492 heterogeneidade geomorfológica muito grande nessa área, porque ela vai lá
3493 desde o de uma dominância de áreas de filito, até uma dominância de (...), então
3494 são áreas de relevo encaixado até áreas mais planas, e isso impacta em um
3495 impacto, isso resulta em um impacto ambiental completamente diferente dessas
3496 áreas. Então, é uma heterogeneidade muito grande, não existe uma fórmula que
3497 vai ser aplicada em tudo, nós temos que compartimentalizar isso. E como eu falei,
3498 são 11 milhões de metros cúbicos de rejeito em 102 quilômetros de rio, e são mais
3499 ou menos 115 tributários, então você tem o rio principal, e você tem os tributários,
3500 os afluentes desse rio principal também foram atingidos, porque a onda de lama
3501 veio com tal volume, que quando ela chegava a uma constrição, ela começava a
3502 subir rio acima nos afluentes. Então, o dano afetou esses tributários também. E,
3503 aí, para lidar com esse problema, nós desencadeamos, nós adotamos como
3504 estratégia a Operação Águas, que eu vou dar um foco maior, tanto na operação,
3505 como nos resultados que nós já chegamos nela. O que nós pensamos com a
3506 operação, quais são os nossos objetivos principais? Ocupar permanentemente os

locais com atividade emergencial na área diretamente afetada, que é essa área ambiental 1, manter equipe 100% dedicada em campo, nós temos um trabalho de campo muito forte, esse trabalho tem que ser desenvolvido com vistorias técnicas. Acompanhar de forma sistemática as ações emergenciais da empresa. Então, uma área tão extensa, tão heterogênea, nós temos que desenvolver uma estratégias que sistematize esse acompanhamento, não pode ser uma coisa muito perdida, não pode ser uma coisa muito generalista, tem que ser muito sistemática, eu vou explicar um pouco melhor como é a metodologia que nós adotamos, e, por fim, produzir esses relatórios para subsidiar as decisões da Câmara Técnica de Floresta.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA) – Deixa-me fazer um comentário, Gustavo. Nesse final de ano, para nós disponibilizarmos a quantidade da Operação Áugias, a ANA descentralizou recursos para nós, e nós não estaríamos em campo se não fosse a ajuda da Agência Nacional de Águas.

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) – Perfeito, nos possibilitou até a fazer as últimas vistorias, que eu vou falar mais a frente. A nossa principal, a presidente explicou um pouco, a nossa principal metodologia é a aplicação do relatório padrão de vistoria. Então, com essa área tão extensa, tão heterogênea, nós não poderíamos ter aquela estratégia comum, usual, de vistoria, na qual o pessoal percorre a área, faz um relatório geral sobre o que viu, e fica, manda para a empresa, a empresa responde, e fica aquele pingue-pongue. Nós pensamos em fazer uma coisa mais sistemática do acompanhamento mais pontual. Então, nós fizemos um relatório padrão, com 32 itens, esses itens abarcam o diagnóstico ambiental da área, diagnosticar a área, relevo, como é o entorno, um diagnóstico das características ambientais, uma avaliação da resiliência. Então, nós avaliamos que espécies estão se regenerando naquela área, se a (...) fauna está voltando, o que está acontecendo com os processos ecológicos naquela área. A avaliação das intervenções realizadas, intervenções da empresa, o que eles fizeram, e nós avaliamos essas intervenções e, por fim, nós tecemos recomendações para as áreas, então cada relatório sai com recomendações do que tem que ser feito em cada área. Então, esse relatório, ele permite essa metodologia adotada, uma análise precisa ser feito em cada local, isso é bom porque nós conseguimos compartimentalizar as áreas, e por isso conseguimos ter um acompanhamento melhor, e possibilita o acompanhamento temporal dos itens analisados, então nós aplicamos esse relatório na primeira fase da operação, na terceira e, nós vamos aplicá-lo durante todos os anos, então nós vamos poder chegar na mesma área e falar: essa área não tinha regeneração nenhuma, passou a ter tais espécies, e isso é importante para nós entendermos o processo ambiental que está acontecendo na área. Bom, a Operação Áugias, nós sabemos essa recuperação ela vai durar muitos e muitos anos. Então, nós precisávamos estabelecer uma

3552 estratégia com premissas sólidas, que pudessem ser perpetuadas, que dessem
3553 perpetuidade a essa operação. As quatro premissas aqui, é participação dos
3554 órgãos estaduais de meio ambiente, participação das universidades, capacitação
3555 constante e transparência. Eu vou explicar rapidamente cada uma. Participação
3556 do órgão estadual do Meio Ambiental, nós acreditamos que embora liderando o
3557 processo neste momento, nós temos que ter o envolvimento desses órgãos
3558 estaduais, e isso é importantíssimo para a sustentabilidade desse
3559 acompanhamento. Então, nós colocamos em campo o pessoal da SEMAD, o
3560 pessoal do IGAM, o pessoal da FEAM e o IEF, nós estamos conseguindo juntar
3561 esse pessoal, esses são os órgãos ambientais de Minas, nós estamos
3562 conseguindo juntar todos em campo, fazendo a análise conjunta, e o que é mais
3563 importante, conseguindo afinar o discurso e falar a mesma língua. Existe um
3564 componente na gestão ambiental em um desastre desses, que os órgãos
3565 ambientais precisam falar a mesma língua, senão a empresa também não sabe
3566 quem atende e o que atende, então nós dentro da Operação Águas, nós estamos
3567 conseguindo atingir esse objetivo, e é uma das premissas nossas. Participação de
3568 universidades, nós sabemos que nós não vamos conseguir vencer esse desafio
3569 sem o meio acadêmico junto de nós, nós precisamos do meio acadêmico junto.
3570 Então, nós já identificamos diversos professores engajados, nós estamos com a
3571 Universidade Federal de Viçosa, Unicamp, UnB, UFMG, já estão indo a campo
3572 conosco, alguns já foram, nós estamos com Embrapa também junto conosco, e
3573 nós queremos ampliar esse laço científico, porque isso é extremamente importante
3574 para dar o subsídio necessário para nós vencermos esse desafio. Bom, a
3575 capacitação constante também, esse evento envolve um multidimensionalidade
3576 técnica, não é só a área, a minha área, que eu sou engenheiro florestal, não é só
3577 uma área de solos, não é só uma área de (...) fauna, é tudo junto. Então, nós
3578 precisamos estar nos capacitando para lidar com isso, tem muitas áreas de
3579 conhecimento envolvidas, nós fazemos muita vistoria em conjunto, como eu falei
3580 com os professores, o que ajuda a nossa capacitação, e nós acabamos de realizar
3581 a nossa primeira capacitação mesmo a semana passada, que eu vou explicar um
3582 pouco mais à frente. E, finalmente o princípio de transparência, nós acreditamos
3583 que o trabalho, ele tem que ser o máximo transparente possível para que a
3584 sociedade acompanhe o que nós estamos fazendo, e que a empresa entenda o
3585 que nós estamos fazendo também, que isso é extremamente importante, para não
3586 haver essa assimetria de informações ou assimetria de discurso. Então, o nosso
3587 relatório, todos os relatórios das nossas fases da operação estão no site do
3588 IBAMA completos, qualquer um pode acessar, a imprensa já acompanhou
3589 diversas vezes, o Profissão Repórter, o Globo Minas, o The Guardian, o Jornal O
3590 Globo, nós sempre somos procurados, eles nos acompanham, os relatórios de
3591 campo são integralmente disponibilizados por Fundação, aquele relatório que
3592 fazemos em cada ponto, nós disponibilizamos integralmente para a Fundação,
3593 para eles saberem exatamente o que nós vimos e o que avaliamos, então nós
3594 temos um princípio de transparência total, para que nós avancemos, para não ficar
3595 aquela conversa que o órgão ambiental não se entende com o fiscalizado. Bom,
3596 fase da operação, nós já realizamos essas quatro fases, a primeira fase Elius, que

foi de 30 de maio a 11 de junho, foi a fase basilar nossa, onde nós conseguimos ter noção, mais ou menos, do nosso problema, mantivemos durante 15 dias, quinze analistas em campo, foi um trabalho bem árduo, que nós conseguimos ter um resultado bom, para nós entendermos o problema, depois tivemos a fase Argos 1, Argos 2 e Argos 3, que acabou agora, a semana passada, dia 02 de dezembro, inclusive eu estava lá acompanhando.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA) –

Independente da questão do acordo, de estar trabalhando sempre de forma coordenada com a própria Fundação Renova, os órgãos mantém as suas prerrogativas de fiscalização, o seu poder de polícia. Então, tem saído uma série de multas do IBAMA e da Secretario de Meio Ambiente, tanto de Minas Gerais, quanto do Espírito Santo, em relação a programas não cumpridos, medidas não concretizadas. Em relação a fase dois aí da operação, da Argos 2, saiu no começo do mês uma multa de 50 milhões de reais do IBAMA pelos atrasos na recuperação ambiental da área 1. Então, nós temos mantido o rigor nas sanções mesmo, trabalhando o tempo todo junto, de forma coordenada com a Fundação Renova.

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) – Agora, eu vou colocar os

principais resultados aqui, algumas fotos e mapas para nós podermos entendermos, visualizarmos bem o nosso desafio que temos enfrentado lá. Isso aqui é um resultado lá da fase Elius, que é a caracterização do entorno da área afetada, então agora vocês vão entender, materializar o que é a aplicação desse relatório, com a aplicação desse relatório nós conseguimos chegar a resultados desses, 75% dos pontos que nós visitamos tinham vegetação nativa no entorno, 64 tinha pastagem, outras ocupações 19%. Então, esse nível de detalhamento que nós conseguimos com essa metodologia que nós adotamos, e isso é importante, além de saber os quantos por cento tem, nós sabemos aonde, porque cada relatório desse está associado o uma coordenada geográfica, então onde tem vegetação nativa no entorno, nós sabemos exatamente onde tem, então isso nos permite, como eu falei, compartimentalizar bem a nossa análise, sabendo onde tem vegetação nativa no entorno, eu tenho um tipo de tratamento, eu tenho uma resiliência maior, uma fonte maior de (...), eu vou ter uma recuperação um pouco mais fácil, onde eu não tenho eu tenho um cuidado maior, enfim. Então, a nossa análise permite esse tipo de detalhamento. Aqui é um exemplo de uma área da região inicial lá, onde o rejeito é estocado nas margens, uma grande quantidade de vegetação nativa no entorno. Outro resultado da (...) em relação a espessura do rejeito, 53% a espessura estava elevada, nós consideramos esse tipo de espessura elevada mais do que 50 centímetros, e 15% média, então nós vemos que as áreas estão com uma grande quantidade de rejeito depositado. Aí, novamente, nós conseguimos identificar onde estão essas áreas de alta, média, baixa espessura do rejeito. Aqui é um exemplo que uma área com alta espessura de rejeito depositada, o rejeito inclusive tem um comportamento muito instável, o

nosso pessoal de campo bota o pé na lama mesmo, e fica atolado na lama. Aqui já está colocando o resultado da Argos 2, que é o último resultado que nós temos, em questão de processo erosivo é um resultado que nos preocupa muito, 87% dos pontos visitados apresentaram a estrutura de ravina, que seria o processo erosivo mais degradante, o pior processo erosivo que nós encontramos nas áreas, e 78% laminar, se somar não dá 100% porque tem áreas que tem ravina e laminar também. Então, isso foi extremamente preocupante, foi um alto número de áreas com processo erosivo, o processo erosivo, novamente nós identificamos onde tem e onde não tem. Aqui informação de ravinas, esses processos erosivos, eles resultam no carreamento do material para dentro do rio. Então, isso é preocupante, é o que nós estamos querendo evitar nesse momento. Novamente aqui a formação de ravinas, erosão laminar também intensa, essa área também uma grande ravina no meio dela, então você vê que as águas pluviais já estão carreando esse sedimento todo para dentro dos rios. Aqui uma avaliação, aqui já estou falando de uma avaliação, não vou falar os 32 itens, porque o pessoal vai ficar cansado, então só vou falar os principais. Aqui é uma avaliação de uma intervenção deles, que é reconformação da linha de drenagem, o que seria isso? Esses tributários, esses afluentes que foram atingidos, muitos deles foram completamente desconformados, então você tinha um curso d'água que seguiu o seu trajeto original, aquilo ficou soterrado com lama e matéria orgânica, galhos e árvores. Então, a água já não tem onde correr, então nós temos que fazer essa reconformação dessa linha de drenagem, refazer aquele canal do rio. Em 53% das áreas não foi realizado isso, que é um preocupante, então aquele canal, aquele afluente não tem onde correr, ele está correndo sobre o rejeito, e nós avaliamos, cada intervenção nós damos uma nota, nós avaliamos se está regular, se está ruim, se está bom, se está satisfatório ou péssimo.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA) – Exatamente por causa desses números que saiu a multa.

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) – Exatamente. Eu vou até comentar um pouco mais adiante. Então, é interessante notar que apesar de 53, não foi feito, 30% está ruim, 30% está regular e 22% está bom, isso nós ressaltamos, porque isso demonstra que existem os recursos materiais e humanos disponíveis na empresa para fazer o negócio ficar bom. Isso aqui fica claro para nós, então nós temos que na verdade pegar essas áreas como modelo e replicar em outras, e para você ganhar uma nota bom de um técnico do IBAMA de campo, não é fácil não. Então realmente estava bom aqui. Aqui são as áreas novamente especializadas, onde está bom, onde está ruim, enfim, o mapeamento. Aqui é um exemplo típico disso que eu falei, o rio tinha o seu trajeto original, a lama se depositou, hoje ele está correndo aqui por meio da lama, obviamente ele abre um canal ali de drenagem próprio dele, e isso aqui teria que ser reconformado. Um exemplo de área reconformada no qual nós avaliamos mal seria essa aqui, o que

aconteceu, você tem um rio no qual o formal original dele é meândrico, ou seja, o rio faz curvas naturalmente, e o que nós vimos em campo foi isso, eles pegaram e fizeram um canal reto, nós vimos isso algumas repetidas vezes, inclusive quando nós apresentamos essa primeira vez para eles, eles falaram que isso não tinha sido feito. Na segunda vez que nós apresentamos com mapa, com tudo, eles falaram que foram quatro, na última reunião foram sete. Então, nós estamos investigando. Nós estamos atrás investigando isso. Tem outro exemplo de um canal que foi retificado, isso aqui do ponto de vista ambiental é extremamente preocupante, você aumenta a velocidade da água, então você tem um efeito de turbilhamento, principalmente na época de chuva e de cheia muito grande, então até o próprio carreamento de material é majorado com isso, e você desestrutura o ambiente aquático para a (...) fauna também, então você tem impacto direto na (...) fauna. Bom, a avaliação de obra de contenção aqui não realizada 53%, também um número muito alto, e justamente obra de contenção que nós precisamos hoje para conter esse material na margem do rio, para ele não voltar para dentro do rio, e aqui as notas dadas aqui, 30% regular, 27 satisfatório. O mapeamento, onde está bom e onde está ruim. Aqui é um exemplo de uma área sem obra nenhuma de contenção, esse rejeito completamente exposto, o canal de drenagem aqui, ele vai carreando esse material da margem, vai até solapando as margens, o talude vai sendo carregado para dentro do rio, isso vai para o principal aqui, isso aqui é um afluente. Aqui é uma obra de contenção realizada, porém mal feita. Então, a obra de contenção principal é (...), que é a disposição dessas rochas na base do talude marginal, para que serve isso? Para você diminuir a força com a que a água bate no talude, lembrando que esse talude aqui é todo feito de rejeito. Então, ele tem uma erodibilidade muito alta. Então, você protege esse talude marginal para a força da água não carrear esse sedimento, só que você precisa colocar rochas adequadas, nesse exemplo aqui choveu, o pessoal foi a campo e a rocha já estava entupindo a calha do rio.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA) – Eles tiveram dificuldade com o fornecimento de rochas em um tamanho adequado, e andaram usando rochas menores do que deveriam, e as rochas foram passear na água.

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) – Exatamente, esse é um caso pior, eles quase obstruiu o leito do rio. Então, a água parou, a água não está correndo mais por entupimento das rochas. Nós temos um pouco também de cuidado em relação a fauna silvestre, é bom, às vezes, quando nós vamos a campo, nós sempre procuramos os moradores locais, porque eles também trazem elementos que, às vezes, nós não conseguimos ver na nossa análise ambiental. Aí, um morador, uma vez, avaliando essas obras, ele falou para nós, o bicho não sabe andar em cima de pedra não, então isso foi até um alerta para nós, porque, por exemplo, um animal silvestre vai beber essa água, ele tem que andar em cima

dessa pedra, pode se machucar, enfim, não é um ambiente natural para ele. Eles botam uma manta para segurar esse enrocamento. A avaliação das obras de drenagem no terreno. Essa daqui é o principal problema que nós vemos hoje, nas áreas, que nós vemos pedindo desde abril e não foi feito, que são as obra de drenagem no terreno. O que são obras de drenagem? É você disciplinar as água pluviais, você disciplina água de chuva, a chuva ela vai bater no terreno e aí você precisa aumentar o tempo de permanência dela no terreno, para ter maior infiltração e você precisa conduzir ela, para que ela não passe em cima do rejeito e carregue ele. Então, esse é o principal tipo de obra que nós exigimos e 66% ainda não foi realizado, foi um índice muito ruim que nós vimos nessa vistoria. O mapeamento novamente. Aqui é um exemplo, por exemplo, você tem todo esse terreno exposto, todo esse rejeito exposto, a água da chuva vai bater aqui, vai carrear, vai começar a abrir aqueles processos erosivos, as ravinas, vai ser um efeito natural de erosão e carreamento do solo para dentro do rio. Então, são obras necessárias nesse ponto. Outra questão muito importante na questão de drenagem é o entorno da área, não adianta você vir e pegar só a área que atingida pela lama, você tem que entender o entorno, porque toda a bacia de drenagem contribui com água, que vai escorrer superficialmente e vai carregar esse entendimento. Então, por exemplo, muitas áreas têm estradas, como essa daqui, tem estradas adjacentes, se você não controla a água que vem da estrada, vai vir uma enxurrada da estrada, como aconteceu aqui, vai passar por cima do rejeito e vai carregar para dentro do rio. Então, isso é uma coisa que nós vimos de falha deles também, nós temos exigido que eles disciplinem essas águas das estradas também. E além das estradas o entorno, a bacia de drenagem, não adianta você fazer uma obra aqui no tributário, especificamente, sem considerar toda a água da chuva que vai bater nesse entorno e nós estamos falando de uma região de pasto, principalmente, uma região pecuária muito forte, com pastos degradados, o qual você tem o escoamento superficial muito grande. Então, você vai ter uma força da água muito grande, vindo para a área onde está depositado o rejeito. Então, novamente, não adianta intervir só aqui, você vai ter que entender a contribuição da bacia de drenagem, vai ter que dissipar essa energia, favorecendo a infiltração dela no solo e o que passar você tem que conduzi-lo para fora do rejeito, para entrar no rio limpo, para não passar por cima do rejeito. É isso que nós temos exigido dele. Bioengenharia, também 53% não foi realizado, bioengenharia, principalmente aplicação de biomantas... Que são técnicas, aqui uma biomanta, aqui o enrocamento e aqui uma biomanta. É uma manta feita de material vegetal, que visa segurar esse sedimento no estalude e aí você coloca associado sementes, aquilo germina e ajuda segurar também. Nós vimos muita biomanta desse jeito aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) – Biomanta é uma técnica, todas essas técnicas são técnicas consagradas de recuperação de áreas degradadas, nós não questionamos o tipo de técnica adotada, mas sim o jeito que eles adotaram, nós estamos questionando o jeito que eles fizeram. A biomanta é um exemplo típico disso, nós falamos aqui da (...) granulometria do enrocamento, a biomanta, por exemplo, não adianta você fixa-la em um terreno que não tiver reconformado, se ele tiver irregularidade no terreno, aquela biomanta não fixa direito, ela fica com um calombos e aí aquela vegetação que está nascendo embaixo, ela é impedida pela própria biomanta. Esse aqui é o exemplo típico disso, você vê que ela está com várias falhas aqui, decorrentes da não reconformação do talude, da não reconformação correta do talude. E biomanta é a técnica das mais caras, utilizadas de essas é a mais cara, é muito cara a utilização dessa técnica. Semana passada nós estávamos em campo e eles estavam refazendo uma área dessa, arrancando toda a biomanta que eles fizeram, fizeram errado e botando uma nova. Isso nos preocupa, porque é um gasto de recurso, às vezes por má aplicação da técnica.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA) - O Comitê interfederativo, ele vai atestar depois, todo o volume de recursos gastos, primeiro pela Samarco, agora pela fundação. Então, determinadas obras que foram mal feitas, a tendência é elas não serem, esse gasto não ser aceito, porque tem os limites de gastos anuais. Então, nós estamos agora, vai ter uma auditoria independente, que já foi contratada, depois o material dessa auditoria vai para o Comitê interfederativo, que vai aceitar ou não, a questão, esse recurso está bem gasto. Então, o que tende a acontecer é que parte dos recursos nós vamos dizer, não, gastou errado, ainda não está considerado aplicado.

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) - E aí a operação ajuda nesse sentido, que nós ficamos onde tem que ser refeita as obras, ou seja, não foi feito corretamente. E a avaliação da semeadura realizada. Então, uma das técnicas que eles tem utilizado é semeadura de gramíneas e leguminosas de rápido crescimento, isso é uma técnica extremamente importante, porque a raiz dessas espécies, ela ajuda a segurar o sedimento de uma forma que é única, a semeadura é uma técnica extremamente consagrada para essa retenção de sedimento. Esse utiliza uma espécie de rápido crescimento e gramíneas principalmente, que são plantas com a raiz fasciculada, que tem essa fixação melhor. E também, feijão gandula, feijão de porco, enfim, aquele miques de sementes utilizado para isso. Nós, (...) os dois, foi uma surpresa muito grande nossa, que nós vimos que 90%, que é a soma de péssimo, satisfatório e ruim, teria que ser refeito, ou seja, são semeadores que foram feitos e teriam que ser refeitos, e nos preocupa, porque a técnica de todas essas aí, é uma das mais importantes. Nós temos áreas onde não foi feito nenhuma semeadura, que é necessário. Então, uma área dessa, por exemplo, na margem do Rio Gualaxo,

3821 você tem que entrar logo com a semeadura, para que a raiz dessas plantas
3822 segurem esse sedimento que está exposto. E na próxima foto aqui, eu vou
3823 mostrar uma foto que foi, uma área que foi totalmente semeada, mas que a
3824 semeadura não surtiu efeito. Então, você vê uma falha muito grande, você tem,
3825 muita vezes foi usado 10 espécies, só nasceu uma. Então, nós ficamos muito
3826 preocupados com essa questão da semeadura, nós estamos exigindo deles um
3827 acompanhamento, uma instalação em uma metodologia científica de
3828 acompanhamento, que produza dados estatísticos, para nós podermos entender
3829 melhor onde está o problema dessa semeadura. Nós sabemos que tem muito
3830 problema com gado, dos próprios moradores, principalmente nessa época seca,
3831 porque o pasto está seco e a semeadura está verdinha. Então, nós tivemos muito
3832 problema com isso.

3833
3834
3835 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3836
3837
3838 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA)** - Não entendi. Problema...
3839 Na verdade, esses tipos de plantas, eles até germinam, não foi o caso ainda, da
3840 limitação química ou física do rejeito, nós acreditamos que foi má aplicação da
3841 técnica, associado a esses animais de criação. Nós temos uma problema sério e
3842 que eu vou falar um pouco mais físico a questão do rejeito, para reflorestamento.

3843
3844
3845 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)** -
3846 Gente, chamo atenção que esses plantios, na verdade eles são para contenção
3847 ainda, você ainda vai trabalhar com a parte de recuperação depois, eles são
3848 emergenciais ainda.

3849
3850
3851
3852 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3853
3854
3855 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)** -
3856 Se procuram espécies que conseguem suprir exatamente essa função, de
3857 contenção.

3858
3859
3860 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3861
3862
3863 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)** -
3864 Depois tem que ver em cada área, qual é a melhor solução. Não é o plantio de
3865 recuperação, é o plantio de contenção ainda.

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) - Eu esqueci de mencionar isso. Hoje nós nos encontramos com ações emergenciais, assim como a CT de rejeitos. Então, o que nós, todas essas técnicas aplicadas, elas são direcionadas para contenção do sedimento. Nós não estamos falando de recuperação da área definitiva, o plantio de muda, voltar à vegetação original, isso ainda não é o nosso objetivo no momento. O nosso objetivo no momento, é conter, conter o rejeito e o sedimento, para ele não voltar para dentro do rio. Bom, como até a presidente já tinha adiantado, nargo os dois aí, em setembro, nós vimos que 92% das áreas visitadas não tinha ninguém fazendo obras no local. Então... Então, foi um baixo esforço de obra que nós constatamos, somente 8%, a nossa equipe ficou 15 dias em campo e só viu obra em 8%.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA) – Eles estavam concentrando todo o pessoal nas barragens. Então, você ia nas barragens, estava parecendo... Cheio de gente trabalhando, mas aqui no Rio tinha muita pouca gente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)- Tem uma câmara técnica lá, de economia e inovação, que está selecionando alguns projetos nessa linha de reaproveitamento, estão começando a fazer ainda, isso, tem uns projetos selecionados pela universidade, estão começando a ver como trabalhar essa questão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) - Bom, na fase Hélios, lá em junho, nós fizemos aquele levantamento todo, determinou recomendações para cada área, estabeleceu um marco temporal de 1º de setembro, nós fizemos uma notificação para eles, falou olha, até 1º de setembro nós queremos todas as recomendações feitas. Por que 1º de setembro? Porque estava no início do período chuvoso, nós queríamos garantir que todo esse processo, todas essas técnicas fossem adotadas antes do período chuvoso. 12 de setembro nós fizemos Argos 2. Então, nós esperamos passar aquele 1º de setembro e foi lá 2 dias depois, para ver como é que estava. O panorama de atendimento as recomendações foi esse, 55% dos pontos não tiveram nada, nenhuma das recomendações atendidas, 40% foi só parcialmente. Então, 95% nós não tivemos o atendimento integral das nossas recomendações, daí decorreu a multa que a presidente estava comentando, de 50 milhões, eles deixaram de adotar essas

recomendações, para evitar um dano ambiental grave, que é a poluição dos rios. Eu vou só colocar esse tópico aqui também, que é a situação das lagoas naturais e artificiais. Então, ao longo daquele 102 quilômetros você tinha muitas lagoas, principalmente nas planícies de inundação das áreas baixas ali, da área de (...) ali, principalmente, tanto lagoas artificiais de garimpo, porque é uma região que tinha garimpo, como lagoas naturais. E essas lagoas hoje, estão tomadas pelo rejeito. Então, segundo os moradores nos informaram, tinham lagoas que eram 9, 10 metros de profundidade. Então, é para ter 9, 10 metros de rejeito estocado. Associado ao problema da grande quantidade do rejeito, você tem uma área de alagamento permanente e isso causa um problema que é muito grande na estrutura física do rejeito. Esse rejeito, vocês já até adiantaram, ele hoje, o principal problema nós enxergamos nele, não é químico, é físico, ele tem uma estrutura física, ele tem uma textura de areia fina e silte, que faz com que ele tenha uma estrutura física muito erodível. Então, a erosão é muito alta e tem um comportamento, que é o que nós chamamos de comportamento tixotrópico, na qual ele, quando ele está encharcado e ele é submetido a alguma vibração, ele perde coesão, ele entra em um processo de liquefação, que é mais ou menos o que aconteceu na barragem lá, vocês já viram vídeos que ele desfaz. Vou mostrar o vídeo. Isso aqui é uma área que nós fomos, eu estava lá, inclusive, pode só voltar, só para eu mostrar. Isso é uma área que tinham 3 lagoas lá. Você caminha por cima dessas lagoas, ele é um material, na época que nós fomos lá, em setembro, ele está estável, você caminha por cima dele. Porém ao parar em cima dele e começar a vibrar, ele começa a perder a coesão, as partículas começam a perder coesão, ele começa a ficar instável e ele funciona como areia movediça. Eu vou mostrar um vídeo que vai tentar retratar um pouco esse comportamento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA) - Então, na situação das lagoas, nós já pedimos para cercar, para ser mapeado isso e cercar para isolar essas áreas, inclusive para eles trabalharem, muita lagoas eles não fizeram nenhuma intervenção pela questão de segurança dos trabalhadores deles, no que nós concordamos, porque são áreas de risco mesmo. Então, hoje nós pedimos para cercar e isolar essas áreas, para não ter risco nem para animal silvestre, nem para pessoas, nem para animais de criação também. Isso aqui é aquela área anterior que eu mostrei, você vê que ele está em cima ali, andando normal, nós ficamos andando normal, ele vai começar a vibrar e esse material começa a perder a coesão e a estabilidade dele, começa a ficar em um comportamento de areia movediça.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA) - A sensação quando pisa, é de uma gelatina embaixo do seu pé, assim.

3956

3957

3958 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA)** - Você vê que ele pisa agora
3959 e afunda, olha. Ele dá uma afundada, até volta, ele ficou com medo. Ele voltou.
3960 Esse é o Robson, que é um técnico da Semad, que nos acompanha sempre. Aqui
3961 ele está mostrando só o... Quem já mexeu com polvilho, parece um pouco o
3962 comportamento, quando você molha e aperta assim, daqui a pouco ele desfaz na
3963 mão, ele está demonstrando um pouco isso. Então, essas áreas de lagoa nos
3964 preocupa muito, nós já estamos fazendo orientações específicas em relação a
3965 isso. Argos 3, finalmente foi essa última fase que nós fizemos, entre 16 do 11 até
3966 2 de dezembro agora, nós acabamos de voltar de campo, eu estava lá também,
3967 com o pessoal. Nós visitamos 32 novos tributários, por isso que nós mudamos
3968 agora.

3969

3970

3971 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)-**
3972 A Semad entrou e deu para ampliar o número de pontos que nós estamos
3973 visitando.

3974

3975

3976 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA)** - Foi importante, porque nós
3977 fizemos a avaliação em pleno período chuvoso. Então, isso que é importante
3978 também entender, as técnicas que eles aplicam, são técnicas consagradas para
3979 solo. O que nós estamos tratando não é solo, é chamado de Tecnosolo, um
3980 material completamente instável, erodível, com uma textura muito fina, que tem
3981 esse comportamento muito estável. Então, assim, se essas técnicas vão funcionar
3982 ou não, nós temos que monitorar permanentemente. Então, foi importante essa
3983 fase da operação, que nós vimos a chuva, inclusive nós ficamos embaixo de
3984 chuva mesmo, nas áreas e conseguimos ver esse comportamento. E também nós
3985 tivemos a oportunidade no final, na última semana, de realizar a primeira
3986 capacitação das equipes da operação AUGIs. Nós juntamos, conseguimos juntar 7
3987 professores, doutores PHDs, especialistas em diferentes áreas...

3988

3989

3990 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA)** - Trabalhando de graça,
3991 muito deles pagaram do próprio bolso, que foi impressionante para nós, porque
3992 essa, que eu falo dessa articulação, nós precisamos dessas pessoas perto de nós
3993 e... (*Palmas!*). Obrigado. Nós conseguimos reunir e nós trouxemos todos os
3994 órgãos ambientais de Minas para participar dessa capacitação, como eu disse,
3995 para nós aliarmos discurso, vamos olhar esse problema do mesmo jeito e vamos
3996 ver a mesma solução, senão nós caminhamos cada um para um lado e não
3997 caminha para frente. Então, nós conseguimos reunir esse pessoal todo em campo.
3998 Nós tivemos aula de almofologia fluvial, com o professor, doutor Carlos Ernesto
3999 Schiffer, explicou para nós sobre dinâmica fluvial, formação de rio, recorformação
4000 da carga dos tributários. Tivemos um aula... Eu acho que tem uma antes. Tivemos

4001 uma aula com o professor, doutor Ygor Assis, grande parceiro nosso, também do
4002 Conselho consultivo, do CIF, aula de solo, recuperação de solos, a pedologia
4003 regional, as classes de solo predominantes na região e o processo de
4004 pedogênese, porque nós sabemos que o nós estamos recuperando não é o
4005 ambiente, é o solo mesmo, não é plantar muda, nós temos que recuperar o solo.
4006 Essa aula foi extremamente importante para nós. Professor Geraldo Fernandes,
4007 que fez uma aula de ecologia e botânica, o professor estava até de atestado
4008 médico, com perna distendida e foi lá, em campo conosco, foi bem legal. Sobre
4009 restauração ecológica, a escolha das espécies. Pode voltar, por favor. E ecologia
4010 da restauração, para dar esse viés ecológico na restauração, que isso aqui é mais
4011 para aquela segunda fase nossa, quando nós formos restaurar, dar esse viés
4012 ecológico, como nós vamos usar a ecologia a nosso favor, os processos
4013 ecológicos a nosso favor. Pode passar, por favor. Professor João Everte, outro
4014 grande parceiro da Embrapa, sobre os aspectos físicos e químicos do rejeito,
4015 explicou bastante para nós, do comportamento físico, erodibilidade, infiltração,
4016 condutividade hidráulica, fez testes em campo, pegamos rejeito, fizemos teste em
4017 campo, para ele mostrar ali, como é a condutividade hidráulica, como é a
4018 infiltração do rejeito, comparado com o solo natural, a composição química do
4019 rejeito, a partir das análises da Embrapa. Pode passar, por favor. O professor (...),
4020 que deu outra aula para nós, deu duas aulas para nós, técnica de recuperação, a
4021 questão da reabilitação verso restauração. Nós temos que restaurar algumas
4022 áreas e reabilitar outras, porque muitas áreas produtivas foram destruídas
4023 também. Então, nós entendemos que tem áreas que são, que o agricultor vai ter
4024 que retornar sua atividade produtiva. Então, é diferente, são técnicas diferentes,
4025 vai ter uma reabilitação na pastagem de um canavial. Então, isso tem que ser
4026 levado em consideração também. O uso de (...), revegetação, contenção, a
4027 importância do monitoramento dessas áreas. Aí nós estamos em plena chuva aí,
4028 tendo aula com o professor Ygor. Pode passar. O professor Eduardo Marques,
4029 drenagem e contenção, técnicas de drenagem, técnicas de contenção, aspectos
4030 básicos de projeto, execução de obras, uma aula extremamente prática, o
4031 professor com uma visão prática muito boa. Pode passar também. Nós
4032 escolhemos fazer essas aulas na área, não em uma sala de aula, justamente para
4033 nós termos essa discussão mais aplicada. Jorge Vergan sobre ictiofauna, os
4034 impactos sobre ictiofauna, como é que nós vamos restaurar esses ecossistemas
4035 aquáticos, ele está muito entusiasmado em trabalhar conosco, para recuperar
4036 esses ambientes, que é um desafio imenso. A recuperação da ictiofauna, dos
4037 tributários, como é que vai ser feito. Pode passar, por favor. E por fim, com o
4038 professor Valter Abrão, nós tivemos que fazer essa aula, essa sim, dentro de um
4039 espaço, porque aí choveu muito, não tinha condições de ir para campo. Formação
4040 dos minerais, gestão do rejeito e técnicas de tratamento in situ e ex situ de
4041 contaminantes, o professor com a experiência, ele já participou de outros
4042 desastres anteriores aqui no Brasil. Então, ele tem do que fazer nas situações. Foi
4043 muito boa a aula também. E aí nós... Pode passar, por favor. Bom essa foi a
4044 equipe que nós conseguimos reunir nessa capacitação, foi um desafio muito
4045 gratificante, nós conseguimos reunir Ibama, Semad, (...), Universidade de Viçosa,

Embrapa, UFMG em campo, todo mundo para discutir o problema, todo mundo com foto orientado na resolução do problema e conseguimos sair de lá, mais ou menos com um consenso, mais ou menos com premissas já estabelecidas, foi um desafios gratificante, e nós acreditamos que assim que nós vamos conseguir andar para frente, e fazer frente a esse desafio, é juntando esse pessoal todo e tentando falar a mesma língua. Bom, os próximos passos para a nossa operação AUGI é continuar o monitoramento dos pontos, nós acreditamos que isso vai durar muitos anos, nós vamos continuar estabelecendo a nossa metodologia sistemática. Realizar novas capacitações, como eu disse, é multidimensional, são várias áreas de conhecimento, nós precisamos estar nos capacitando e a parceria com a universidade é essencial nisso. Planejar recuperação definitiva. Aí sim, nós temos que passar para a fase 2, nós já estamos começando a discutir como é que vai ser essa fase 2, o plantio de mudas, onde vai recuperar, com é que vai entrar com as espécies nativas. Vistoria orientada em projeto. Nós estamos recebendo os projetos agora, das áreas, nós vamos fazer uma vistoria mais de engenharia, para entender os projetos, as sessões, tipo do rio, como é que eles fizeram e aliar pesquisa com a universidade. Então, essa parceria com a universidade, nós queremos que resulte em pesquisas orientadas aos desafios que nós temos nos próximos anos. Nós queremos caminhar sinergicamente com as universidades, para que produzam também, conhecimento científico aplicado, para nós podermos resolver esse desafio. Bom, resumidamente era isso. Agradeço aí, a oportunidade. (Palmas!).

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)-

Gente, a operação AUGIs, ela é uma operação do Ibama, foi iniciativa do Ibama, da DBFlor do Ibama, junto com o apoio também, da superintendência de Minas, mas hoje ela está totalmente integrada à questão da Câmara de restauração florestal do CIF. A Câmara do CIF aprovou seguir a metodologia da operação AUGIs, para acompanhamento da recuperação ambiental. Então, hoje nós já integramos uma iniciativa que era só do Ibama, aos trabalhos mais amplos do Comitê Interfederativo. Então, era isso que nós tínhamos para mostrar e nós preferimos o que tinha mais a ver com recursos hídricos, mas tem muito trabalho na área socioeconômica e dá para ficar 2 dias falando do que está sendo feito nos 41 programas. Eles não estão tão atrasados, a parte socioeconômica, na minha avaliação, está andando mais rápido do que a parte de recuperação ambiental. Ela é menos complexa, porque aqui tem pontos que ninguém sabe o que fazer, não é, Gustavo? Ainda está se experimentando espécie, aí você traz um monte de especialistas, eles também não sabem, também tem uma questão de tenta, para ver se dá certo. Está todo mundo aprendendo, inclusive os professores. E na parte de pagamento de indenizações, é menos complexo, é mais difícil no trato social, mas é menos complexo tecnicamente. Então, está sendo tocando aí, um monte de coisas, com um monte de gente envolvida.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) - Obrigado doutora Sueli, doutor Gustavo. Eu não sei se alguém quer fazer... Tem gente ansioso aqui. Começar da esquerda para a direita. Willy primeiro. Os 3 conseguiram levantar ao mesmo tempo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) - Eu peço que as intervenções, as perguntas sejam rápidas, porque nós estamos adiantando um pouco no horário e tem mais uma apresentação.

O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA (FONASC.CBH) - Oi pessoal. Alguns devem se lembrar que no último plenário, em junho, nós tratamos também... Não. Desculpa. Foi uma Câmara Técnica, que nós tivemos aqui e discutimos a questão da Samarco, veio um promotor público. Foi do Conselho, foi anterior, não é? Isso. É verdade. E na ocasião o Gustavo Gazzinelli, que é membro da Sociedade Civil lá, se dedicou profundamente a analisar tudo que foi visto e eu achei uma completa balela, uma perda de tempo, se debruçar sobre essa questão, porque isso é um caso perdido, a começar pelo equívoco que a justiça enquadrou esse caso somente como um evento ambiental. Ambiental. E eu discordo, embora não seja da área jurídica, eu discordo tremendamente, acho que tem implicações aí, que extrapolam ao meio ambiente e até porque, já se discute o dolo, a justiça, eu tenho certeza. E na ocasião aqui, eu comentei que achava um desperdício de recurso, uma continuidade da degradação e permitir que a Samarco tivesse essa responsabilidade. Eu não sei se alguém se lembra, na ocasião que eu me manifestei dessa forma, não era nem a posição dos meus colegas, eles estavam acreditando nisso. Eu como já sou assim, já bastante antigo, eu não acreditei e estou gravando, porque eu comentei com o meu filho, quando cheguei em casa, que tem 15 anos, eu falei assim, olha, isso é uma completa má interpretação, um equívoco e isso não vai dar certo de forma alguma. E a exibição aqui, do Gustavo, rapaz super bacana, eloquente, cheio de boa vontade, o trabalho dele aqui, serviu para comprovar os céticos como eu, quanto à validade da ação da Samarco. Então, os resultados estão aí e nós já sabíamos, lá atrás, que aquela represa, que foi a primeira a eles começarem a fazer dragagem, que tinha uma cota de não sei quantos metros cúbicos por dia e eles faziam 1/4 daquilo e tinha dia que eles não trabalhavam. Quem causou isso tudo não tem, desculpe o primarismo jurídico. Quem causou isso não tem condições nenhuma, principalmente moral de recuperar. Eu aproveito para batizar esse novo solo, que eu classifico aqui como a maior extensão de solo artificial do mundo, que não será removido. Isso eu já falo com um pouquinho de propriedade, porque eu sou geógrafo, não sou da área jurídica e nós batizamos aqui, esse solo que os arqueólogos aqui, há três mil anos irão escavá-lo e não terão dúvidas, será o Samarco solo, autoria eu divido com o

Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e a geografia faz isso nas favelas do Rio de Janeiro, criaram o lixo solo, que é o que? A compactação do lixo e depois ele é utilizado para moradias, etc. Está aí, divido com vocês, o Samarco solo, que irá permanecer, não há como fazer essa recuperação, não somente nos moldes, mesmo que o Brasil fosse diferente, que a sociedade fosse diferente, eu já acharia muito complicado, muito difícil, pelo volume de sedimento ali encontrado. Trabalho com a perspectiva de que essa recuperação ficará por conta da mãe natureza, que as ações antrópicas de recuperação, como nós vimos aí, erros primários de concepções de engenharia, totalmente equivocados com aqueles (...) ali, de tamanho ou granulometria indevida para resistir o impacto a mobilidade das águas, erros primários se colocar, granito, não sei qual era o material, em um solo, no Samarco solo, extremamente frágil, sensível ao peso, enfim. Eu não acredito nessa recuperação. Eu parabeno os técnicos de boa vontade, como você e seus colegas, que devem ter tido uma experiência inesquecível, fantástica, para toda vida lá, naquele trabalho, todos que estão lá, de boa vontade. Mas com a Samarco não tem jeito, um equívoco profundo, um erro histórico da justiça brasileira em conduzir isso. E qual é o efeito disso? O efeito é de engenharia, o erro repercute na natureza, no solo, está aí, todos os índices apresentados aqui são ruins, péssimos, etc. Tomara que a justiça logo, veja que isso é um equívoco, que prenda log os criminosos que fizemos essa prática, esse genocídio ambiental, social, cultural e com dolo. Ele não tem moral para fazer recuperação nenhuma, está provado aqui, pelo que foi exibido colegas. Compartilho com você a autoria da maior extensão de solo artificial, fruto de degradação ambiental do mundo, que está na Bacia do Rio Doce... Pode colocar nos seus relatórios, Samarco solo. Obrigado pela atenção de vocês.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)- -

Eu vou responder. O quadro demonstrado, ele realmente é grave, mas se você unir os 41 programas que tem previsto no Termo de Ajuste e eu, como Ministra de Meio Ambiente, nós somos críticos, nós achamos que o Termo de Ajuste de Conduta poderia ter sido bem mais rigoroso, mas o Termo de Ajuste, o TTAC, ele é o mínimo que está garantido, nos 41 programas que tem no TTAC, somados em volume de recursos, está, mais ou menos 21 bilhões de reais, que as 3 empresas vão colocar para recuperação ambiental e para reparação social. Isso é um volume considerável, se a justiça explodisse com esse termo de ajuste com o TTAC, provavelmente isso iria ficar judicializado por anos, por décadas, para você conseguir algum tipo de recurso. Então, a Samarco funcionando ou não funcionando, hoje a nossa cobrança não é mais com a Samarco, hoje a nossa cobrança é com a Fundação Renova, é uma pessoa própria, com técnicos próprios. Então, hoje a relação é SIF Renova e a Renova tem uma perspectiva de colocar. Se somados os recursos que estão previstos para os próximos anos, isso dá 21 bilhões de reais, para vocês terem uma ideia do volume de recursos que isso significa, se estivesse tudo depositado em uma conta corrente única, só

existiria uma fundação no mundo, que teria mais recursos do que essa, que seria a Fundação do Bill Gates. Então, é muito dinheiro previsto. Então, se nós conseguirmos que esses 21 bilhões sejam realmente aplicados de forma correta, sem desperdício de recurso, sem fazer tributário reto onde teria que ser meândrico e aí é o trabalho do SIF e dos órgãos que estão acompanhando. Se nós conseguirmos fazer esse acompanhamento e que esse dinheiro seja bem gasto, na minha leitura é o único caminho possível, porque deixar essa região para quem vai lá visitar, Gustavo já foi várias vezes, eu não fui tantas vezes, mas quem vai visitar aquilo é assustador, aquilo não pode ficar daquele jeito, se não tiver sido tomadas medidas como nós tomamos, provavelmente teria tido uma grande chance de (...) ter rompido e aí que o acidente ia ser uma festa, uma festa ao contrário, aí que a degradação iria ter atingido uma área enorme. Então, esse trabalho, com problemas ou não da Samarco, e gente, assim, é só olhar os valores das multas do IBAMA para ver que eu não sou amiga da Samarco, eles não são exatamente, não me tem entre os seus amigos. O IBAMA tem sido muito rigoroso em suas sanções, assim como a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, mas apesar de ser, de estar liderando um órgão que, provavelmente o mais rigoroso no acompanhamento do acidente, hoje eu sou uma defensora do TTAC. Do TTAC como estrutura de governança, como modo para implementar os 41 programas. Eu falo isso expressamente, porque eu vou lá na justiça com a juíza que está homologando o acordo de novo, defender isso. Então, provavelmente não tem uma caneta mais pesada do que a minha para sancionar a Samarco, mas eu acho que se não for no TTAC, o que vai acontecer? O Governo Federal ele não é responsável por esse licenciamento, nós vamos jogar nas costas da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, que licenciou essa obra, fazer tudo isso e eles não tem condições. Então, na verdade, o IBAMA e os outros órgãos federais, eles estão trabalhando voluntariamente, porque eles não são responsáveis por tudo isso. Então, nós montamos uma estrutura que provavelmente a única forma de você conseguir, se vai demorar 15 ou 30 anos, ninguém sabe muito bem, não é Gustavo? Na parte de recuperação ambiental, na verdade, ninguém sabe muito bem, porque nós ainda estamos contendo as coisas, mas não há outra caminho se não pelo meio, na minha interpretação, se não por meio do Comitê Interfederativo. Agora isso você não pode amenizar nenhum rigor no estabelecimento das sanções. Por isso que eu prefiro falar que hoje nós estamos tratando com a Renova e não mais com a Samarco, porque aí você consegue separar um pouco as coisas.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) - Obrigado. Jussara.

A SRª. JUSSARA CRUZ (Presidente da CTPNRH) – Então, eu gostaria... Jussara da ABRH. E gostaria de primeiro lugar parabenizar o trabalho, o esforço, o volume que nós assistimos aqui. Realmente, é como se disse, é um hercúleo. E

um desafio enorme pela frente ainda, tendo em vista essas questões, principalmente do solo, é erosão e conter isso aí, realmente é um desafio técnico, extremamente difícil e pouco conhecimento nós temos ainda, em como fazer isso. E a minha preocupação, o motivo que de pedir a palavra, que nós já temos conversado um pouco, vai na linha, exatamente da sustentabilidade do trabalho do IBAMA. No meu entendimento, nós sabemos que os programas são custeados pelo Termo de ajuste, mas o trabalho do IBAMA tem um valor enorme, e esses recursos estão saindo da União, do orçamento, e na verdade, teria que havia haver uma forma do pensar, um certo ressarcimento da União para isso, porque... Exato. Será que elas são suficientes, as multas? Será que são suficientes para cobrir todo esse custo? Quer dizer, eu acho que, de alguma maneira eu acho que nós não devemos desistir dessa ideia, de ressarcir o poder público disso aí, é extremamente importante, o trabalho de vocês é louvável, importantíssimo. Então, eu deixo meu registro aqui, da importância desse trabalho, elogiar o trabalho, vocês estão de parabéns, mas eu acho importante também, pensar em uma forma que nós, os governantes, enfim, que se pense em uma forma de como ressarcir a União desse custo, que não é o curso normal das funções do IBAMA. É uma função, é um trabalho extra, que surgiu por conta desse problema.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)-

O TTAC tem previsão de priorizar o custeio dos programas e o ressarcimento de danos à população. Então, o TAC manda esse ressarcimento do poder público lá para o final. De qualquer forma há uma queixa geral dos órgãos que estão participando e, talvez mais do que o Ibama, os órgãos estaduais estão em uma situação assim, de nem... As pessoas estão indo para Mariana sem diária, os servidores estão renunciando a diária para poder ir, nos órgãos estaduais. Então, eles estão se queixando no sentido de, talvez um ajuste no TAC, para prevê esse ressarcimento. Esse é um ponto que está sendo... Na verdade o Ibama nem tinha esse recurso, no final do ano, se a Agência Nacional de Águas não tivesse ajudado, nós não estávamos em campo. Mas os órgãos estaduais conseguem estar em uma situação pior ainda. Então, esse tema, ele está retornando em todas as reuniões do SIF, nós estamos discutindo uma forma de ajustar isso e de incluir nos gastos da fundação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) - Ok. Jéferson, depois Wilson.

O SR. JÉFERSON NASCIMENTO (OTEP) – Boa tarde! Doutora Sueli, doutora não sei, mas Sueli. Desculpe. Deve ter a minha idade, no máximo, eu não sou tão velho. Eu gostei muito, vou fazer um elogio, da sua evolução. A firmeza, a maneira, a clareza, no início pegou uma bucha de canhão quando você... Você é servidora, não é? Do Ibama. Pegou a bucha de canhão...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JÉFERSON NASCIMENTO (OTEP) – E pegou isso aí. Aí você veio aqui com, acho que é Mariana, uma menina que era da sua assessoria jurídica e foi desenrolando isso, porque isso é um novelo enorme, é um negócio muito complicado, muito bem assessorado aí. E assim, eu venho acompanhando suas entrevistas na televisão e aqui também, e a postura, e essa agora que você falou, não, minha caneta é pesada, entendeu? Realmente tem que ter esse pulso firme como você está tendo. Então, parabéns por isso. Parabéns por isso, nós todos somos servidores públicos, também sou, afinal de contas sou professor da Universidade. Mas tirando agora o elogio, vão duas perguntas que me intrigam. Como é que estão os projetos? Naquele dia, eu me lembro, há 6 meses atrás, nós falamos que tem vários projetos que o CNPQ abriu, que seriam as universidades que também estariam para estudar isso, coisa de 1 milhão para cada projeto, uma coisa assim. E segundo também, que veio a tona recentemente, não sei se você vai saber isso, no jornais, na imprensa, com relação à mudança de toda a orquestração da Promotoria Pública, que saiu, mudou todo mundo, achei muito estranho isso. Então, espero que tenham mudado, talvez as cabeças, mas não o foco e não a firmeza, como estava sendo determinado, porque vários colegas, até um do IPH chegou a ir lá de graça também, ficou duas semanas em Mariana e vendo aquela situação toda, ele falou que o impacto realmente foi muito grande e tudo mais. Então, são essas duas perguntas. Me desculpe se eu...

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)- Na primeira, em relação aos projetos das universidades, foi aprovada uma deliberação do SIF, para priorizar nos projetos de inovação, priorizar aqueles que já foram selecionados pelas universidades. E aí tinha uma seleção em Minas, nós incluímos também a seleção ligada ao Espírito Santo, e a Câmara de inovação está fazendo uma análise desses projetos, para ver como que nós encaminhamos. Nós não temos dinheiro para todos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)- Isso. Mas são projetos ligados às universidades de Minas, e as universidades do Espírito Santo, e tinham uns outros, de outras. A Câmara de inovação, o que eu tenho de mais recente é que a Câmara de inovação está se reunindo para fazer um levantamento, aliás o levantamento já tem, mas uma seleção de quais seriam os critérios para priorizar esses projetos, tá...? Nós temos uma reunião do SIF segunda e terça-feira, eu acho que, não vi nada na pauta, disso, mas

provavelmente na reunião de janeiro já te novidades a esse respeito, da seleção dos projetos. Mas era para... A decisão do SIF foi priorizar projetos já selecionados pelo CNPQ. Agora, nós não temos dinheiro para tudo, não é? Então, talvez tenham projetos que não sejam tão prioritários assim. Então, a Câmara está tentando fazer um critério de seleção. Então, isso está em andamento. A outra pergunta é a questão do acompanhamento judicial da história. O TTAC, ele chegou a ser homologado aqui no TRF, essa homologação foi derrubada, hoje a homologação do TTAC está na 12ª Vara lá de Belo Horizonte, com uma juíza, mas os promotores, o que teve troca agora foi nos promotores de justiça, tem 2 grupos acompanhando, tem o pessoal do Ministério Público Federal, esse não foi mexido, esse está acompanhando normalmente, é o procurador José Adércio que está na liderança, tem um grupo de trabalho de Mariana no Ministério Público Federal. E tem o pessoal da questão da justiça de Minas, esse que eu soube pelos jornais, como você está falando, que foram trocados os 3 principais promotores, eu não tenho como entrar no mérito, se vai melhorar ou piorar, mas realmente isso está confirmado, eles retornaram para as suas jurisdições iniciais, que os 3 são da região metropolitana de Belo Horizonte, eles foram, com a mudança do Procurador Geral de Justiça, eles retornaram, vamos ver o que isso vai dar. De qualquer forma o Ministério Público, ele não está envolvido no TTAC. O TTAC é um acordo entre a União, os governos estaduais e as 3 empresas. Então, os reflexos... Eu tenho tido mais contato pessoalmente, com o pessoal do Ministério Público Federal. Isso está correndo normalmente. O pessoal da justiça estadual foi bem aguerrido contra o S 4, nós até ficamos em polos opostos, não é Gustavo? Porque o Ibama estava defendendo o DIC S 4 como uma alternativa. O DIC S 4, ele aguenta mais 1,05 milhões de metros cúbicos de rejeitos e nesse quadro todo, 1 milhão de metros cúbicos de rejeitos pode significar vazar ou não rejeito para o Espírito Santo. Então, nós éramos defensores, somos defensores da S 4, ele está sendo construído, mas o Ministério Público de Minas Gerais foi contra, por relações de patrimônio histórico, existia o muro da Igreja lá de dentro, que acaba sendo atingido no começo dele. A solução agora está sendo, esse muro, ele vai ser, como se fosse, vamos botar um... Envelopar o muro, porque o DIC é temporário. Então, ele seria alagado e quando o DIC for retirado voltaria o muro. Isso está sendo construído com caráter emergencial, a legislação de Minas Gerais, as obras emergenciais tem licença só de regularização, você avisa o órgão ambiental que está em emergência, faz a obra e depois regulariza. Isso é previsto na legislação de Minas e está sendo construído dessa forma. O Ibama é defensor do DIC, não como solução, como uma das medidas necessárias para contenção desse bando de rejeitos que estão por aí.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente) - Doutora Sueli, primeiro cumprimentá-la, fazer coro com a fala do Jéferson, eu não lhe conhecia e estou tendo uma boa impressão da sua seriedade e da seriedade da sua equipe e na condução desse trabalho, que é de fundamental importância. Pelo que se conhece pela imprensa, foi criada essa fundação pelas 3 empresas, para administrar a aplicação dos recursos que, como

a senhora falou aí, são na ordem de 21 bilhões de reais. Mas esses 21 bilhões de reais, em 50 anos é uma coisa, em 10 é outra. E na medida que as atividades vão sendo desenvolvidas, pelo que eu conheço, eles vão, isso vai sendo, vamos dizer assim, contabilizando e diminuindo dos 21 bilhões. Olha, fiz talude, custou 1 milhão, é um milhão a menos. Bom. Então, tem esse controle financeiro. Aí eu queria saber o seguinte, se essa contabilização é por objetivo alcançado ou por medição de obra realizada, quer dizer, por objetivo. Isso é uma questão. Uma outra coisa que me preocupa, é que dinheiro, 21 bilhões, ah, é muito dinheiro para nós, mas apesar de eu achar pouco para o tamanho do acidente ocorrido e ele sendo diluído ao longo dos tempos, um dia ele vai acabar. Então, eu acho que deveria ter, nesse Termo de Ajuste aí, a instituição de um Fundo. Eu, por exemplo, eu dou assessoria para uma fundação que eles aplicam recursos, mas só fruto do resultado da aplicação financeira, do bolo que eles têm. Então, eu acho que em vez de... Eles teriam que fazer, vamos dizer assim, quem gosta muito dessa expressão é a Agência Nacional de águas, um dote. Um dote, chegar, bom, vamos botar aqui 10 bilhões e aí esses 10 bilhões fariam parte de um fundo e esse fundo ia ser retroalimentado e isso ficaria para sempre, porque senão vai chegar uma hora que não tem mais dinheiro, a recuperação vai deixar, vamos dizer assim, marcas, vai deixar marcas, isso aí, e aí ela cumpriu a parte dela, e tudo fica por isso mesmo, e se tiver esse fundo, aí sempre tem a possibilidade de se retroalimentar as ações.

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)-

Eu não participei da negociação do TTAC e como eu comentei, até tanto eu quanto o Ministro do Meio Ambiente, nós achamos que a parte de recurso poderia ter sido maior. Então, não estou defendendo o volume de recurso, estou defendendo a estrutura que foi montada para controle. A parte de controle é o seguinte, tem as 10 Câmaras Técnicas, cada Câmara Técnica responde aí, por 3, 4 programas. O empreendedor ele vai fazendo, ele vai remeter aquilo que ele vai fazendo, a uma auditoria, essa auditoria... Primeiro a Câmara Técnica, ela dá diretriz de com como fazer. Essa diretrizes já estão sendo passadas. Os primeiros erros, essa parte de tributários, é porque foi sendo feito e as câmaras técnicas ainda não tinham passado as diretrizes, hoje os programas já estão sendo feitos com as diretrizes das câmaras técnicas e isso fica sendo aprimorado. As câmaras técnicas vão passar para a auditoria independente, os indicadores que elas querem que sejam usados para mensurar o alcance dos objetivos. A questão é alcance de objetivo dos programas. Então, é por coisa que foi feita e deu certo. Deu certo. A menos que tenha uma justificativa muito grande para não ter dado certo, mas o trabalho feito errado, ele não é computado. Nós estamos, eles tem já, uma série de gastos já prontos para auditoria, nós aprovamos na última reunião do SIF, o POP, que é o procedimento operacional padrão para as auditorias, a auditoria é a (...). Eu troco as duas. A (...) foi contratada pela Renova para acompanhar isso, eles não tinham técnicos em todas as áreas, porque eles fazem mais contabilidade, eles estão contratando esses técnicos para fazer auditoria,

não só financeira, mas também de acompanhamento de indicadores, que às Câmaras Técnicas vão falar quais são. Então, a Câmara lá, que o Gustavo trabalha, vai falar, não, vai computar dinheiro bem empregado se ocorreu isso, isso e isso. A Câmara que vai passar para auditoria e a auditoria vai entregar um relatório e isso passa de novo pelas Câmaras Técnicas. Então, é todo um sistema aí, que nós vamos ter que aprender a fazer, está começando, porque o procedimento de auditoria, o padrão, tal do POP foi aprovado na última reunião do SIF. A ideia é, realmente aquilo que, é o dinheiro bem empregado que vai ser computado. Na parte de emergência não há limite dos 21 bilhões. O TTAC ele ressalva. Então, se precisar construir mais 3 diques novos para conter, se isso tudo não der certo, isso não está computado nos 21 bilhões. Então, o acordo ressalva a parte emergencial. Isso não tem limite, vai ser aquilo que for necessário. Em termos de volume poderia ser maior. Existe essa discussão no judiciário, com a juíza aí, que está para a nova homologação. O acordo é válido entre as partes, para ser operado ele não precisa da homologação judicial e nós vamos tocar nesse sentido, independente de ter homologação judicial ou não, as partes estão tocando e pretendem tocar todos esses programas. A homologação tem a ver com efeitos das ações judiciais das muitas ações judiciais que tem trâmite na justiça sobre isso, aí a homologação tem efeito ou não, em termos de cessar determinadas ações, mas em termos de validade do que está sendo feito, nós vamos tocar, independentemente da decisão judicial, a menos que a justiça fale assim, pare tudo, porque nada disso, tudo é ilegal, tudo é incondicional, a menos que venha uma ordem judicial, as partes pretendem tocar o TTAC. Mas na nova análise judicial da homologação, a juíza está interessada em discutir valores. Então, pode ser que saia alguma coisa de decisão do maior volume de recursos, aí tem que esperar, ninguém sabe o que vai sair da decisão. Ela está se reunindo com as partes, eu já fui uma vez lá, em audiência judicial, vou na semana que vem de novo. Então, ela está tentando pegar as informações para sentir o que sai nessa nova, nesse ato de homologação agora ou não, se é que ela vai homologar.

O WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente)- Sueli, só para complementar aqui. Esses 21 bilhões são em quantos anos...?

A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)- Eu acho que somando tudo lá, dá uns 15 anos. Mas (...) aporte de recurso é agora, é na fase inicial.

O WILSON DE AZEVEDO FILHO – TITULAR (Companhia Thermas do Rio Quente)- E outra coisa, que talvez se essa juíza está vendo a questão de valores, eu achava interessante levar para ela, a ideia da criação desse fundo, dessa dotação para retroalimentar após os 15 anos, as ações. Eu acho que isso é fundamental, na minha opinião.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Eu vou passar para o Sérgio, depois nós encerramos. Está bem?

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA) - Mais uma vez boa tarde a todos e a todas. Sempre é importante, nunca é demais parabenizar o trabalho que está sendo feito, que é realmente, é um exercício de aprendizado muito grande. O País não tem esse hábito, nossos planos de emergência e contingência, infelizmente eles não são historicamente os melhores ou o melhor monitoramento pelo nossos, todos os nossos órgãos ambientais e nem no licenciamento temos falhas grandes, isso nós acabamos que temos que reconhecer, mas no processo de sempre tentar melhorar o que nós temos. Mas, parabenizar a Doutora Sueli e o Gustavo, pela apresentação e reforçar esse trabalho. A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano acompanha, faz parte da Câmara Técnica de segurança hídrica e qualidade da água, da qual eu faço também. Então, nós já tivemos alguma informação para o Conselho, isso sempre é importante, nunca é demais, vocês tem que estar como conselheiros e conselheiras, sempre muito bem informados, porque vocês são a nossa caixa de ressonância dentro dos seus Estados e dentro dos seus órgãos, dos quais vocês representam aqui e é muito importante, porque todos nós temos as críticas, que são naturais e queremos sempre mais, nós mesmo nós incomodamos como analistas também, eu sou analista ambiental do Ministério, hoje estou na diretoria, mas isso é um cargo, isso não é a minha função, a minha função é analista ambiental. Está certo? Então, nós temos aqui, sempre a nossa angústia, e a nossa necessidade, e a nossa, mesmo as nossas críticas internas, e isso faz parte, o que nós move, nós não podemos nos acomodar, quando nós acomodamos, e eu acho que assim mesmo, isso é um problema. Então, enquanto estivermos incomodados, isso é muito bom. E o Conselho tem um papel fundamental para isso tudo, pelas áreas especializadas que têm aqui dentro e a Sociedade Civil que está aqui dentro, que tem um papel fundamental. Então, nós temos hoje, na área, na Câmara Técnica já fizemos agora, a semana passada, as 6 reuniões ordinárias e mais uma reunião extraordinária, onde essa inter-relação, principalmente nesse trabalho de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, está muito presente, com aquele impacto houve um problema sério de abastecimento de água, principalmente na cidade maior, que é Governador Valadares, foi um caso de polícia, literalmente, por causa do desabastecimento e, principalmente de um momento onde nós não tínhamos a segurança e a certeza, o que podíamos usar, que tipo de produto químico se usaria ou não, pode usar esse ou aquele, não pode usar, o que pode fazer, a estação em tratamento não consegue tratar esse tipo de rejeito. Então, também foi um aprendizado, aí já esse aprendizado caro e ruim, mas ele fez com que nós já nos preparássemos para outra cidade, onde teve um pouco mais de organização para a questão do abastecimento. Isso ainda nos preocupa muito na Câmara Técnica, e tem que nos preocupar, é a vida das pessoas, não só, mas também tem a (...) animal e outras coisas, mas a questão

4495 agora. Começamos a época de chuva, estamos com problema, nós estamos com
4496 a turbidez elevada e, além disso, outros tipos que são constantes de análise.

4497
4498
4499 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)-**
4500 A turbidez já está nas alturas, não está pouco elevado, está...

4501
4502
4503 **O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA)** - E fora isso, cada hora tem que analisar
4504 que tipo de metal você tem, que tipo de material você tem ali dentro, porque
4505 também ele tinha um comportamento e nós não sabemos que comportamento ele
4506 está tendo com a dinâmica natural que está acontecendo.

4507
4508
4509 **A SR^a. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO (Presidente do IBAMA)-**
4510 Gente, a questão, não tinha metal pesado em fundão, só que aquela lama toda,
4511 ela revolveu no rio, e o rio tinha metal pesado depositado, e isso levantou
4512 problemas. Isso que aconteceu.

4513
4514
4515 **O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA)** - É verdade, porque aquilo também, o rio já
4516 tem problemas, a bacia de contaminações históricas, que são áreas já, de muita
4517 extração, são áreas históricas. Então, ele já tinha problemas ambientais sérios,
4518 que foram, claro, potencializados, não vou catalisados e potencializados, com
4519 esse processo todo. Então, há uma necessidades hoje, há uma preocupação do
4520 Governo, dos governos, o Governo de Minas, o Governo do Espírito Santo, o
4521 governo (...) Federal, com os Prefeitos, o Comitê de Bacia hoje, é presidido pelo
4522 Prefeito Leonardo, de Colatina, muito ativo, muito participante nesse processo
4523 todo, com o que pode acontecer aí. Nós estamos, as obras estão acontecendo e
4524 estão, com as preocupações que nós temos, tem problemas nas obras. Tem. Mas,
4525 tem um recurso próprio para ser colocado nessa área, nessa área de água, de
4526 esgoto e de resíduos, onde há uma necessidade, nada é tão simples, porque há
4527 uma necessidade de pactuação federativa muito forte, é o tempo todo, porque
4528 acaba que nós temos que ter um cuidado das disputas locais e nós temos que ter
4529 esse cuidado como união, de estar sensível a isso e ver, porque acontece que há
4530 uma disputa dos municípios, entre, às vezes eles mesmos, de você poder ter
4531 regras muito claras e transparentes, aonde vai o dinheiro primeiro? Onde vai
4532 depois? Como é que eu faço? Os editais que se abrem para poder colher os
4533 processos. Então, é uma dinâmica aonde tem, nessa Câmara Técnica, todos os
4534 órgãos já foram falados, e nós temos essa preocupação, e dizer que em nenhum,
4535 todos nós estamos, na nossa obrigação, trabalhando muito, e não é nenhum favor
4536 trabalhar muito, nossa obrigado é essa mesma, está certo? De trabalhar muito
4537 mesmo, nós temos essa responsabilidade e o tempo todo tentando, em cada
4538 momento, arrumar uma saída para um problema novo que acontece, não só um
4539 problema ambiental, estrutural ou de obra, de engenharia, mas também lidar com

essa questão federativa, que é muito delicada. Então, era só mais, também um pouco do depoimento e desse trabalho que está sendo feito, esperamos estar aprendendo um pouco mais para lidar com isso e que esse aprendizado doloroso, triste, porque nós brincamos, mas é uma verdade, o ser humano aprende pelo amor ou pela dor, infelizmente nós aprendemos mais pela dor do que pelo amor, nós resistimos tanto em fazer algumas coisas certas, que quando acontece, a dor faz com que nós corramos e tenhamos que fazer as coisas. Mas nós passamos também, aproveitar esse momento, melhorar as legislações nossas, melhorar o monitoramento, claro, legislação eu falo isso porque é importante, mas o nosso hábito, a nossa prática, a nossa operacionalização, o nosso monitoramento, é fundamental para que nós possamos tentar avançar e estar um pouco mais preparados para eventos extremos, que podem acontecer como esse ou eventos extremos de... Secas extremas, inundações extremas e outras coisas que nos coloquem em uma situação de que o meio ambiente, nós tenhamos que cuidar um pouco melhor, para nós podemos viver melhor. Então, era só mais um pouco de comentário e realmente, reforçar e a reafirmar que esse esforço que está sendo feito é muito grande, é importante, é necessário, é o obrigação e que nós estamos dentro dos nossas possibilidades, fazendo o melhor possível.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Bom gente, eu quero agradecer a doutora Sueli, o doutor Gustavo, da presença, a explicação, a explanação das atividades. Quero dizer, quero reiterar, que já foi dito e também, com certeza vocês sabem disso, que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos está a disposição, por favor, o pessoal do SIF se identificar, alguma coisa, alguma necessidade que nós passamos, de alguma forma contribuir com resolução ou, enfim, com alguma atividade nossa aqui, da deliberação do Conselho, inclusive com a atribuição que hoje nós temos também, com a questão de barragens que veio. Então, de repente isso aí, por favor, se sintam que nós estamos ávidos a participar mais efetivamente dentro do problema, da solução do problema. Muito obrigado pela presença. (*Palmas!*). Bom gente, dando prosseguimento, nós temos agora uma... Agora eu perdi. Cadê o nome da...? Tem uma apresentação feita pelo doutor Tarcísio Nunes, que é analista ambiental, que trabalha conosco, que fez uma pesquisa interessantíssima, sobre a percepção institucional do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, pelos participantes, primeiramente pelos participantes do Conselho. E chegou a diversos, ele vai mostrar, diversos gráfico e diversas conclusões. Eu peço ao Tarcísio, Tarcísio, uns 15, 20 minutos, que já são 5:10, está bem? Por favor.

O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA) – Bom, obrigado àqueles que resistiram e ficaram até esse horário. Como o Júlio adiantou, essa é uma pesquisa de percepção institucional, junto ao CNRH, ela foi fruto de um estágio, um intercâmbio institucional que eu fiz ano passado, na Alemanha, durante 40 dias e como um dos resultados, como um dos trabalhos, digamos, conclusão desse

4585 estágio profissional, foi a elaboração, a minha proposta foi justamente a
4586 elaboração dessa pesquisa de percepção institucional. Qual que era, então, o
4587 objetivo, principal? Eu que já venho participando há 3 anos aqui, junto ao
4588 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nós também pudemos observar,
4589 principalmente no dia de ontem, diversas manifestações a respeito do
4590 fortalecimento do CNRH junto à estrutura de governo e também dentro do próprio
4591 Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Nós já escutamos queixa de vários
4592 conselheiros, a Patrícia mesmo, ontem fez uma fala específica sobre isso, sobre a
4593 necessidade de fortalecimento do Conselho. Então, o objetivo da pesquisa era
4594 justamente avaliar a percepção dos conselheiros e representantes de Câmaras
4595 Técnicas, em relação ao Conselho, com o meio, então, de fortalecê-lo e
4596 diagnosticar, então, quais seriam as principais ações que possam ser tomadas
4597 para fortalecer enquanto um ente da governança, das águas no Brasil, desde
4598 aprimorar a representatividade, integração com demais agendas de Governo, e do
4599 planejamento territorial, e também ampliar a sua produção técnica. E aí, caso seja
4600 do interesse, tanto da Secretaria-Executiva do CNRH quanto dos senhores
4601 conselheiros, eventualmente adotarmos um programa de avaliação institucional
4602 que possa avaliar os Conselhos, uma metodologia igual a essa ou diferenciada, a
4603 cada 2 anos, ou a cada 3 anos, para ter aí, uma série histórica. Então, qual foi a
4604 metodologia? Primeiro eu fiz um (...) aqui, com os colegas do departamento.
4605 Então, houve o envolvimento de todos os colegas do departamento, eu não vou
4606 explicar essa metodologia, porque tomaria muito tempo, mas foi um levantamento
4607 dentro do departamento, de quais seriam as questões principais que deveriam
4608 constar do formulário a ser enviado aos membros do Conselho. Isso foi feito em
4609 março desse ano e a partir, então, dessa reunião, desse trabalho, foi elaborada,
4610 então, uma proposta de questionário, que foi submetido ao departamento,
4611 departamento de recursos hídricos e aí resultou, então, em 9 questões de
4612 identificação geral dos membros, 15 questões de percepção, sendo duas delas
4613 abertas. Foi feita uma divulgação e abertura para preenchimento, era um
4614 formulário do Google, esse era o endereço que foi enviado esse link para vocês.
4615 Foi feito primeiro uma campanha de 15 a 24 de junho, depois para ampliar a
4616 participação, isso foi até proposital, nós fazemos uma campanha e depois
4617 fazemos uma segunda, no dia 28 a 8 de julho, aos conselheiros representantes de
4618 Câmaras Técnicas. E aí, por fim, então, uma análise, e a apresentação, que é o
4619 que eu farei hoje. Eu tive, então, nós tivemos, então, 51 respostas, lembrando,
4620 foram 57 conselheiros, suplentes, mais representantes de Câmaras Técnicas que
4621 receberam. Eu considero positiva esse percentual de participantes, até quando
4622 nós comparamos com a participação no Plano Nacional de Recursos Hídricos, por
4623 exemplo, infelizmente a participação foi muito baixa, aqui, felizmente, nós tivemos
4624 uma participação bastante boa. Se nós distribuímos entre os Estados da
4625 Federação, nós vemos que há um predomínio do Distrito Federal, óbvio, por conta
4626 da participação do Governo Federal, seguido de São Paulo, Rio Grande do Sul,
4627 Minas e depois já fragmentado entre os demais Estados. Dentre os segmentos
4628 nós temos aproximadamente 1/3 dos participantes do Governo Federal, depois um
4629 tanto, 30%, aproximadamente, Conselhos estaduais de recursos hídricos, setor de

4630 geração... Desculpa. De (...), ali com 10%, saneamento 10% e também, depois, o
4631 restante fragmentado. Dentre aqueles, havia uma pergunta que dizia o seguinte, o
4632 senhor é conselheiro e participa de Câmara Técnica ou é apenas membro de
4633 Câmara Técnica? Então, aqui está separando quem é apenas conselheiro. O
4634 conselheiro que participa de Câmara Técnica não foi contado duas vezes. Então,
4635 aqueles que são conselheiros, mesmo que eventualmente participem de Câmaras
4636 Técnicas, foram 55% dos respondentes e os 45 apenas representante do
4637 conselheiros em Câmara Técnica. Dentre as Câmaras Técnicas há um predomínio
4638 ali, da CTPNRH, seguido do CETAP, CTIL... CTEM, CTIL, CTCOB, mas um
4639 predomino da CPRNH. Com relação ao tempo que participa do Conselho,
4640 aproximadamente metade tem de 1 a 3 anos, isso é um resultado interessante,
4641 porque se questiona a necessidade de renovação permanente do Conselho.
4642 Então, isso é um dado interessante, houve uma também, recente, nós podemos
4643 ver alguns participantes novos também, nessa Plenária de hoje. Então, é um dado
4644 importante. Por outro lado também é interessante ver que você tem ali,
4645 aproximadamente 40% que participa do Conselho há mais de 6 anos, isso é
4646 positivo em termos de acúmulo de discussão. A pergunta se participa de algum
4647 outro colegiado. Então, aí 75%, ou seja, 3/4 também participam de outro
4648 colegiado, que também é importante para o Conselho, ou seja, o indivíduo ele não
4649 tem só essa experiência do CNRH, mas também participa de outro colegiado. E
4650 aqui, então, começa aquelas questões, que foram questões relacionadas a
4651 identificação do respondente, aqui começam questões específicas sobre a
4652 percepção quanto ao CNRH. Eu já falei isso internamente lá, no departamento,
4653 mas vou repetir aqui, até para poder explicar um pouco a metodologia. Esse tipo
4654 de pesquisa é um estilo de pesquisa que eu particularmente gosto muito e já tinha
4655 uma experiência antes do CNRH, de percepção, e o que as metodologias
4656 mostram aqui, se você faz uma pergunta. Então, nesse caso, por exemplo, da
4657 importância do CNRH na estrutura de Governo, e para o Singre, e se entre as
4658 respostas pudesse ser atribuída uma nota de 1 a 10, você fragmenta demais as
4659 respostas. Então, você ter um monte de gente respondendo 7, 8, 6, talvez 4, 5 e
4660 depois você não sabe o que fazer com isso, é muito difícil você depois separar
4661 esse resultado e dizer se a avaliação foi positiva ou não. Da mesma forma você
4662 coloca uma nota de 1 a 5, a uma forte tendência dos respondentes e apontar a
4663 coluna do meio, apontar a nota 3, e também nota 3 não diz muita coisa para nós.
4664 Dizer que está todo mundo, mais ou menos satisfeito, isso eu acho que nós já
4665 sabemos, imagino que a maior parte dos conselheiros não é totalmente a favor de
4666 algumas questões, nem totalmente contra. Então, a coluna do meio nunca é
4667 positiva. Então, de que forma nós analisamos, vamos anilar os resultados aqui
4668 para frente? Nós temos uma divisão em 2, ou seja, nós, em geral, podemos somar
4669 as respostas dessas parte do gráfico, ou seja, dessa metade, com notas 3 e 4,
4670 nesse caso como positivas, e nós notas 1, e 2 como sendo negativas. Então, se
4671 nós analisamos esse resultado específico, ou seja, qual é a percepção do
4672 conselheiro ou membro de Câmaras Técnicas, em relação à importância do CNRH
4673 para o Sistema Nacional, de gerenciamento? Nós observamos que a avaliação é
4674 bastante positiva, quase 90% entende que é de alta importância. A outra questão

4675 é, qual é a sua motivação para participar do Conselho? Essa também era uma
4676 questão fechada, aberta são só as duas últimas. Então, até aqui são só questões
4677 de múltipla escolha. E aqui o respondente, ele podia indicar mais de uma. Então,
4678 por isso extrapola ali, os 100%, até porque, a motivação nunca é apenas uma.
4679 Então, há um predomínio aqui, da resposta, que é a primeira resposta, que é
4680 ajudar na construção da Política Nacional. Em segundo lugar defender os
4681 interesses do setor ao qual representa, seguido de lutar contra possíveis
4682 retrocessos na Política Nacional de Recurso Hídricos e outros aqui, bastante
4683 reduzidos. Essa também é outra questão bastante interessante, porque também
4684 já ouvia esse tipo de queixa aqui, internamente, ou seja, o indivíduo vem para
4685 Brasília, pago pelo seu setor usuário ou, então, pago com recurso do Ministério,
4686 vem aqui, participa, mas volta e não diz o que aconteceu aqui, não é? Não reporta
4687 aos seus pares, o que se desenrolou aqui, na reunião do Conselho. E a resposta
4688 foi bastante interessante, porque ela mostra outra... Ela nos deu uma outra
4689 resposta oposta a isso que nós poderíamos pensar, ou seja, boa parte dos
4690 conselheiros e membros de Câmaras Técnicas, reporta frequentemente ao seus
4691 pares o que que se passa aqui no Conselho, tanto na Plenária quanto nas
4692 Câmaras Técnicas. Eu estou tentando ser rápido, mas depois, se sobrar um
4693 tempo, nós podemos comentar algumas questões. E claro, aqui, da mesma forma
4694 que uma avaliação de percepção. Então, é a percepção de quem respondeu, pode
4695 também ser que a minha interpretação não seja a mais correta. Então, fiquem a
4696 vontade para questionar. Essa também é uma questão, talvez das mais
4697 importantes e, talvez, e uma das que mais motivou a realização dessa pesquisa,
4698 diz respeito à composição do Conselho. É frequente nesse tipo de queixa, de que
4699 há uma maioria do Governo Federal, de que a participação das ONGS,
4700 principalmente, foi dito hoje, ontem, não sei, que são duas vagas, (...) também,
4701 duas vagas. Então, há essa frequente queixa e quando nós vemos, analisamos
4702 as respostas, dá para perceber que de fato, essa queixa ela se confirma na
4703 pesquisa, quando nós temos 45% dos respondentes, entendendo que a
4704 composição, ou seja, a repartição dos assentos, ela é desequilibrada. Do ponto de
4705 vista do processo eleitoral, que envolve as Otepes, as ONGs e setor usuário, tem
4706 um processo eleitoral estabelecido no nosso Regimento Interno. Então, foi feita
4707 uma avaliação desse processo eleitoral. Aqui, aproximadamente 65% entendem
4708 que o adequado, mas dá para nós percebermos também, que há aqui, uma queixa
4709 bastante forte por alguns dos respondentes, ou seja, sempre há uma possibilidade
4710 de aprimoramento. Aqui com relação à participação dos conselheiros
4711 representante e Câmaras Técnicas, para que de certa forma se auto-avalia-sem e
4712 avaliassem os seus pares, ou seja, como eles se comportam nas discussões aqui,
4713 especificamente nas Câmaras Técnicas. A partir de 3 indicadores, a partir de 3
4714 itens, primeiro deles pró-atividade. Então, a mesma questão, o verde aqui, o
4715 laranja como sendo positivo, mas nós vemos que há aqui um equilíbrio,
4716 praticamente metade dos respondentes entende que falta pró-atividade entre os
4717 membros. O que quer dizer isso? Proposição de novas matérias, propor que traga,
4718 de repente algum técnico para discutir. Isso é o que nós chamamos de pró-
4719 atividade. Por outro lado entende-se que a capacidade técnica dos participantes

nas Câmaras Técnicas é bastante elevada, é significativa. E aí também questão interessante, haja visto que nós discutimos Comissão de ética hoje, mas nós observamos que pela avaliação dos respondentes, em geral os respeito aos colegas é algo positivo. Claro que você tem aqui um percentual vermelho que é preocupante, ou seja, também com margem a melhoria, mas em geral a maioria das respostas foram positivas. Aqui colocando um pouco o dedo na ferida, ou seja, enquanto nosso papel de Secretaria Executiva, do CNRH, aquilo que nós poderíamos melhorar. Então, aqui foi dividido também, em cinco 5 respostas, dentro dessa questão, a primeira delas com relação à estrutura, dá para nós vermos que não há grandes problemas, pela percepção dos respondentes, da mesma forma como a comunicação, também bem avaliada. Há uma necessidade de melhoria com relação à agilidade das nossas respostas, de envio de documentos de que quer que seja. Com relação à capacidade técnica, também fomos bem avaliados e com relação à cordialidade, aqui o item com a melhor avaliação. O site do CNRH nós mesmo admitimos, é um site antigo, que não funciona muito bem, não precisava, de certa forma, dessa questão, mas era interessante ter essa forma de confirmação e também foi comentada na plenária de hoje. Do ponto de vista de aparência, ele até supre, de certa forma, apesar de algumas críticas. Em termos de facilidade de navegação já carece de alguns aprimoramentos, mas em termos de conteúdo também, bom o que é necessário para o andamento das reuniões, das Câmaras Técnicas, está lá, mas obviamente há uma forte necessidade de aprimoramento do ponto de vista de interação entre os membros de Câmaras Técnicas, destes com os conselheiros e desses com a própria Secretaria Executiva, ou seja, uma modernização do site, apesar dele conter os documentos necessários e ter uma facilidade de navegação considerada relativamente positiva. Com relação aos temas em discussão. Também essa questão não está aqui à toa, também eventualmente nós escutamos algum conselheiro dizer que o Conselho perdeu sua relevância, que não se discute mais temas relevantes, mas não foi o que apareceu na pesquisa. Há uma ressalva, que eu acabei esquecendo de falar no início. A pesquisa foi anônima. Então, não havia o risco de perseguição, de ser noticiado quem respondeu. Então, aqui havia uma liberdade na resposta. Não. Era anônima. Era anônima.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA) – Irrigante?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA) – Mas não tem como saber se... É. Mas não tem como saber quem respondeu o que. O anonimato está garantido na pesquisa. Não

4765 sabe qual foi a resposta. É, não sabe qual foi a resposta. Então, aqui é
4766 interessante... Aqui, então, é interessante observar que só 12% entendem que os
4767 temas discutidos não são relevantes. Isso é muito positivo para nós. Agora do
4768 ponto de vista mais qualitativo, ou seja, qual a qualidade das discussões nas
4769 Câmaras Técnicas? Eu sei que isso é um pouco difícil de separar, o que é
4770 discussão técnica, o que é discussão política, mas foi um pouco uma provocação
4771 de ver se a Câmara Técnica não foge demais dos seus objetivos, se não se
4772 delonga demais em discussões políticas, disputas políticas, fora daquela pauta
4773 que estava em questão. Então, do ponto de vista técnico, uma avaliação bastante
4774 positiva, do ponto de vista político nós observamos aqui, que há também, houve
4775 bastante críticas com relação ao ponto de vista político. Essa também é outra
4776 frequente queixa por parte dos conselheiros, ontem nós, vocês, aliás, deliberaram
4777 sobre uma resolução da CTPOAR outorga, que já estava sendo discutida a quase
4778 4 anos, se eu não me engano, 3 ou 4 anos. Então, frequentemente se alega a falta
4779 de celeridade por parte do Conselho e nós observamos que, de fato foi uma crítica
4780 bastante forte, porque apenas um respondente entende que a celeridade é alta,
4781 mas nós temos um grande número de respondentes que entendem que não é 40,
4782 57, 58% que entende que falta celeridade no Conselho. Claro que nos
4783 entendemos que tem um processo político, que não é, que em geral não se é
4784 rápido, mas ainda assim entendem que falta celeridade. Com relação à aplicação
4785 das resoluções, também, outro frequente assunto das rodas de discussão aqui no
4786 Conselho, ou seja, se aprova aqui, mas há um desrespeito ou sequer se sabe se a
4787 norma está sendo aplicada na ponta. Essa era uma questão. Como a pergunta foi
4788 feita para conselheiros, membros de Câmaras Técnicas que estão espalhados em
4789 todo País e dos diversos setores, é interessante, porque nos dá um pouco esse
4790 Feedback. Então, nós observamos que de fato há uma preocupação quanto a
4791 aplicação das resoluções, em torno aqui, de 42%, aliás, 32%, isso, 42% dos
4792 respondentes entendem que há uma dificuldade quanto a aplicação das
4793 resoluções do CNRH. Claro, eu poderia mostrar o outro lado. Então, depende da
4794 nossa análise, mas é preocupante ver que 40% entende que temos dificuldade na
4795 aplicação das resoluções. Com relação ao cumprimento dos objetivos da Política
4796 Nacional de Recurso Hídricos, a maioria entende que o CNRH as cumpre, 64%,
4797 65% entende que o CNRH está cumprindo os objetivos da Política Nacional de
4798 Recursos Hídricos, mas claro, é preocupante ver que 35% entende que não.
4799 Então, se não, é claro, temos que averiguar o que e buscar o aprimoramento. Eu
4800 estou correndo, mas depois nós podemos discutir. Essas foram as questões
4801 fechadas. Havia duas questões abertas ao final, essa é a primeira delas e a
4802 próxima depois eu explico. Nessa questão foi perguntado, na opinião do
4803 respondente, quais eram os principais desafios que o CNRH enfrenta atualmente
4804 ou que vai vir a enfrentar no futuro. Essa questão era uma questão aberta, mais o
4805 formulário do Google, para quem já usou, já respondeu, ele tem uma chavinha que
4806 você diz que é obrigatória aquela resposta. Então, nesse caso aqui, não tinha
4807 como passar sem responder. Então, que era uma questão aberta, mas com
4808 resposta obrigatória e era um campo aberto para escrever. Como não tinha como
4809 eu trazer aqui, obviamente, as 51 respostas, o que eu tentei fazer foi agrupá-las e

4810 dar um certo entendimento. E aí eu fiz um exercício de tentar agrupar aqui, em 4
4811 eixos, o primeiro deles estrutura e regimento do Conselho. Então, entre os
4812 principais desafios apontados pelo respondentes estão, melhoria da composição
4813 do CNRH, ou seja, da distribuição dos assentos, melhoria nos procedimentos
4814 eleitorais, melhoria na estrutura da Secretaria Executiva, aumento dos recursos
4815 financeiros repassados à Secretaria Executiva e capacitação técnica dos membros
4816 do Singre. Com relação aos desafios internos, maior agilidade nas discussões e
4817 deliberações, ou seja, maior objetividade. Debater o que alguns chamaram de
4818 grandes temas da realidade e em tempo real. Como assim? Houve crise hídrica e
4819 alguns alegaram que houve um atraso do Conselho em debater, está tendo uma
4820 crise muito séria na região nordestina, que foi comentada ontem. Então o CNRH
4821 está sempre em tempo real, acompanhando esses debates e trazendo aqui para
4822 dentro, debates de grande relevância. E uma atuação mais efetiva na resolução
4823 de conflitos. Do ponto de vista de integração, uma necessidade de implementação
4824 da Política Nacional de Recursos Hídricos, contemplado as diversidades
4825 estaduais, a política de meio ambiente e uso e ocupação do solo, ou seja, não
4826 sejam tomadas decisões ou estabelecimento de normas que sejam homogenias
4827 para todo o País, mas que se considere as diversidades estaduais, e de certa
4828 forma, que busque uma integração tanto com a política de meio ambiente,
4829 também com aqui, uma política de planejamento territorial. E uma integração
4830 dessa política em âmbito nacional, com Estados e municípios. Por fim a questão
4831 da efetividade, ou seja, implementação da cobrança e cadastro de usuários em
4832 âmbito nacional, que precisa ser ampliada. Acompanhar a aplicação das
4833 resoluções, que, inclusive foi alvo de uma questão fechada, de forma a garantir a
4834 sua efetividade. E por fim, havia uma questão aberta, essa não era de resposta
4835 obrigatória, que era justamente para dar comentários gerais sobre a pesquisa ou
4836 CNRH. Bom, aqui, então, era livre, o espaço não tinha limites de caracteres e o
4837 respondente ficar, então, a vontade para criticar pesquisa, criticar o CNRH, criticar
4838 a Secretaria Executiva, fazer o que ele quisesse. Dentre os 51 participantes,
4839 recebemos 19 respostas. Também não tem como trazer as 19, o que eu tentei
4840 fazer aqui é trazer aquelas mais representativas, aquelas que houve uma
4841 repetição e que estavam com um texto que nos mostrasse um pouco da
4842 percepção. Então entre aspas, ou seja, foi exatamente a resposta que foi escrita.
4843 Eu vou ler, então, a primeira. Essa a respeito da pesquisa em si. Pesquisas são
4844 sempre importantes para que se conheça melhor a diversidade de visões, a
4845 análise das respostas permite identificar pontos importantes que podem ser
4846 facilmente melhorados em um constante aperfeiçoamento do sistema. E a outra,
4847 os resultados dessa pesquisa devem ser discutidos nas Câmaras Técnicas, e no
4848 CNRH, de modo que haja uma nova consciência a cerca da potencialidade do
4849 Conselho, e das câmaras, e que não está sendo utilizada de forma proativa, uma
4850 vez que a maioria dos representantes representa de forma reativa, não
4851 agregando, e o pior, criando discórdias, e não atuando em forma de cooperar, e
4852 promover a harmonização a favor dos interesses coletivos da integração, e da
4853 gestão da oferta, e do uso múltiplo equilibrado. Pode passar, por favor, tem mais
4854 uma. Na minha visão o CNRH é muito mais político do que técnico e tem se

preocupado muito mais com os procedimentos, normas, por exemplo, do que com o conteúdo, isso torna muito ineficiente e burocrático. E a outra, existe pouca objetividade nas discussões e deliberações, há pautas que estão há anos nas câmaras e não saem do lugar, algumas são discutidas em uma reunião, não se chega a consenso, fica pendente e essa pauta não retorna na reunião seguinte, para tentar reequacionar. Creio que deveria ter um rigor neste ponto, para dar mais celeridade aos processos. Pode passar, por favor. Acho que esse já é o último slide. Quais conclusões nós podemos tirar, então, passando aqui bem rápido, da pesquisa? Primeira delas, que a pesquisa é um importante instrumento de avaliação, foi um processo bastante rico, imagino que os resultados também foram bastante interessantes, principalmente se nós pudéssemos discuti-los em mais profundidade. Foi confirmada a importância do Conselho, apesar das diversas críticas, o que nós podemos observar é o reforço, a importância do Conselho. Do ponto de vista de secretaria executiva, uma necessidade de maior agilidade, melhoria do site do Conselho e também uma discussão sobre a composição do Conselho. Com relação aos temas, temos discutido e a qualidade das discussões são bem avaliadas, porém falta objetividade e celeridade. Uma necessidade é zelar pela aplicação e monitoramento das deliberações. A questão da integração, que eu comentei agora a pouco, com outras políticas, com outros órgãos, com outros Estados, municípios e com relação aos próximos passos e encaminhamentos, buscar formas, então, de debater e internalizar os resultados e sugestões. Eu acho que hoje é um primeiro passo para isso, isso pode ser levado para as câmaras técnicas, nós podemos ampliar essa discussão. E uma necessidade de aprimoramento do CNRH e de sua secretaria executiva. E aí se discuti aquilo que eu pontuei no início da apresentação, se é necessário ou não, se há essa importância de se manter um programa de avaliação institucional permanente do Conselho. Bom, é isso, eu fico a disposição, quem não puder discutir agora, também continuo a disposição na Secretaria Executiva, para fazer o debate. *(Palmas!)*.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Vocês dois estão disputando quem é primeiro. Faltou o Jeferson, mas a Jussara primeiro. Vai, então, você.

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) - Eu respondi esse questionário aí, só que não me lembro, é tanto questionário, a OCDE, isso, é aquilo, é muita. Mas esse ano houve, eu acho que uns 3, 3 pesquisas a respeito do Conselho. É. Pois é. Bom, mas de qualquer forma parabéns aí, o Tarcísio, pelo trabalho e nesse último slide eu fiquei preocupado com as considerações finais, porque, de repente as considerações finais é o mais importante. Tem como botar ele aí, por favor? Eu vi ali que você põe Secretaria Executiva, agilidade, o site e composição. Aí eu fiquei na dúvida, é composição da Secretaria Executiva? Eu acho que a composição do Conselho é um tema fundamental para haver até uma maior

articulação das políticas públicas, porque do jeito que está eu até me pergunto, será que é ética essa composição do Conselho? Quer dizer, será que o fato de o Conselho reunir o segmento do Governo Federal antes da reunião, para combinar procedimentos, não está prejudicando a articulação das políticas? Isso é ético? Quer dizer. Então, eu acho que nós temos esses grandes problemas, que só serão corrigidos, em minha opinião, se houver uma reestruturação da composição do Conselho. *(Palmas!)*.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Jussara. Ah não, deixa a Jussara... (...) fazer a pergunta, depois se você responder...

A SR^a. JUSSARA CRUZ (Presidente da CTPNRH) – Não, é só... Eu também gostaria de parabenizar, foi muito interessante essa pesquisa, eu acho que eu coloquei isso também, da importância de nós termos um retrato nosso, como instituição e, justamente para nós podermos visualizar as mudanças. Então, a minha única observação, que eu acho importante, é aquela pergunta da celeridade. É claro que é importante ter a celeridade, mas ao mesmo tempo, às vezes, isso tem... Até alguns países são bem avançados nisso. É melhor discutir e amadurecer, do que tomar decisões apressadas, que talvez não sejam as melhores. Então, esse tipo de trabalho que é feito pelo Conselho, alguns temas é temerário que nós queiramos correr. É só isso, é só uma observação, é claro que nós, se nós tivermos resultados mais rápidos isso mostra uma eficiência, mas nós não podemos também, pautar na avaliação de que isso é um ponto negativo, às vezes essa demora leva ao aperfeiçoamento, que é o nós buscamos aqui, nós queremos que saia bem feito. É só isso, é só com relação a isso e nada mais.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Ok. Jeferson. Aí o Tarcísio, se quiser fazer comentário.

O SR. JÉFERSON NASCIMENTO (OTEP) – Jeferson, (...) uma coisa que chama atenção, Tarcísio... Parabéns, eu achei muito legal, o trabalho é bem legal. Eu não fiz o dever de casa, meia culpa, minha tão grande culpa. Mas vamos lá. A questão de como nós divulgarmos isso. Eu estava falando aqui com ela, porque realmente o que sai daqui, por isso as pessoas reclamam tanto. Ah, não está fazendo. Não está fazendo porque não sabe o que nós estamos fazendo. Então, talvez usar mesmo, as organizações, a (...), cada um usar o seu, mas para fazer uma divulgação também, do lado positivo do Comitê, as pessoas ficam, talvez colocando algumas coisas que não são tão positivas, mas nós colocarmos o que nós fizemos e hoje em dia fica muito mais fácil, por exemplo, já tem pessoas que estavam aqui, no comitê de bacia, já, não, passou outorga, passou não sei o que, passou a cobrança. Não sei se vocês tem isso, o Whatsapp do CNRH, fazer uma

coisa assim, diferente, a página do CNRH no Facebook, porque as mídias sociais hoje são uma coisa real e nós estamos usando pouco isso, talvez usar isso como uma ferramenta para nos promover da maneira positiva, que eu acho que isso seria bem interessante. Então, como sugestão, embora não tenha escrito nada ali, mas seria interessante. Com relação a celeridade, eu também faço meia culpa, lá a questão do uso racional e reuso, se arrasta há muito tempo e nós temos uma dificuldade também, de integrar, muitas vezes. Está bom? Integrar as pautas que estão em diversos ministérios, em diversas secretarias. Então, nós, se nós conseguíssemos fazer mais isso, é difícil, nós não temos funcionário, não tem a infraestrutura, o Antônio, você, a Raquel, Roseli, a Cláudia. Então, tem que tentar fazer isso. É complicado? É, mas é uma coisa também para se pensar. Então, mais uma vez parabéns, muito obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Tarcísio.

O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA) – Só rapidamente, até porque, algumas questões eu não posso nem responder, posso responder pela pesquisa, mas não enquanto secretaria. Com relação a composição, isso você está correto, seria talvez, mais adequado colocá-lo em uma linha de baixo, você tem toda razão, na hora que eu li eu já bati o olho, já achei que estava incorreto. Com relação a sua questão, Jussara, da celeridade, ela apareceu em algumas questões abertas, justamente se queixando, é claro que faz parte do processo democrático, claro que são alguns dos instrumentos, mas só para pegar um exemplo, aquele da outorga que eu comentei. Então, nós temos reuniões ordinárias a cada 6 meses, e vem para uma reunião, e se pede vistas, aquilo só volta na próxima reunião, e aquilo retorna para uma câmara técnica, depois vai para uma CTIL. Então, claro que tem um, existe todo um procedimento, mas isso incomoda alguns conselheiros que veem que algumas questões que são urgentes para o país, se arrastam no Conselho e algumas das vezes por questões burocráticas. Pelo menos esse é o que eu pude observar em algumas questões abertas e o que seria um pouco do meu sentimento, meu "feeling". E com relação a questão do Jéferson, do ponto de vista de comunicação, nós já vemos discutindo aprimoramento do site já, desde, sei lá, pelo menos uns 3, 4 anos. Nós tivemos experiência recente com a avaliação do Plano nacional de Recursos Hídricos, a Jussara acompanhou bem, no site participa Brasil, e que é um site que permite um pouco mais de interação, e nós vimos que o iniciativa junto ao Interáguas, de aprimoramento.

A SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva do CNRH) - Nós, só complementando, nós temos dentro do Interáguas um Termo de Referência já em andamento e nesse Termo de Referência está previsto a atualização e a melhoria da plataforma no CNRH, inclusive com essa possibilidade do Whatsapp, Jéferson.

Então, nós já estamos pensando nisso também. Facebook. Vamos... O Facebook agora já está ultrapassado. O negócio agora é (...). Não. Mas eu acho que nós melhorarmos a nossa... Melhorar o nosso site, a plataforma e ter esse link do Whatsapp, para dar as mensagens rápidas, eu acho que já vai melhorar bastante a nossa comunicação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Ok. Ivo.

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) – Eu só queria, primeiro assim, eu não acreditava que viesse tão rápido a resposta do que nós respondemos. Então, meus parabéns para vocês aí, porque nós respondemos horrores de... Oi?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) – Nós respondemos horrores de questionários, a maioria deles nós não sabemos o resultado e eu achei... Eu estou surpreso, assim, uma surpresa muito grata, porque faz pouco tempo que nós respondemos e vocês já trouxeram um retorno. Então, por mim pode continuar, acho muito interessante, eu acho que tem que tem que ir melhorando sempre, é isso, nós aprendemos fazendo, a grande coisa que nós vemos fazendo nesses últimos anos. E só para te dizer assim, essas angústias, eu vou dar um exemplo, eu ia falar agora, no final, mas eu já vou aproveitar, porque você deu o gancho, porque, por exemplo, o nosso colega de Santa Catarina já foi embora, mas o suplente dele, o Fernando Meireles me pediu para perguntar, no final aí, na hora que desse, o que deu daquela resposta do Salto do Yucumã, que até agora... Ele comprovou que a ONS estava errada, a ONS deu (...), etc., ele comprovou que estava errada e o Conselho não se manifestou ainda, como órgão máximo do sistema, dizendo que a NOS tem que reger e fazer a outorga das barragens lá. Então, esse tipo de resposta, eu não sei até onde que ela deveria estar, o que ela deveria estar fazendo, mas o professor Meireles me falou hoje, que ele cumpriu tudo que pediram e comprovou, perante os modelos...

A SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva do CNRH) - Mas nós não recebemos a resposta dele, eu acho que ele que tinha que ter mandado... É porque realmente teve essa discussão na Câmara Técnica de...

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) – Mas talvez até isso seja assim, como que nós pegamos e deixamos engatadas essas colocações, porque ele colocou, todo mundo lembra, ele colocou isso em uma reunião do Conselho. Então, como é

que deixa engatado para na próxima reunião, pelo menos dar uma resposta do andamento. Então, isso, eu acho que essa identificação que colocasse agora, ela é importante, porque, às vezes nós nos sentimos assim, não contemplado por essa... Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Jussara.

A SR^a. JUSSARA CRUZ (Presidente da CTPNRH) – Só uma parte. Na reunião da CTAP, que eu estava, que foi discutido esse assunto, que eu me lembre aí, vocês podem me corrigir, eles ficaram de dar o retorno para aí, então, nós termos outra reunião da CTAP, para depois encaminhar. E não houve isso, que eu saiba, eu não sei se houve, porque era para ter retornado para a CTAP e aí não houve reunião da CTAP, até por falta de pauta, porque o GT da CTAP, ele foi instalado agora, no dia 30. O que faltou, eu acho que deve ter acontecido alguma coisa aí, a não ser que eu me recorde errado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Tarcísio, quer comentar?

O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA) – Bom, essa questão foge o âmbito aqui, da pesquisa, mas coincidentemente eu sou o relator da CTAP, da Câmara Técnica. Fazendo uma meia culpa, é claro que nós, enquanto Secretaria Executiva, poderíamos ter provocado a ONS ou a própria ANA, para ter mais informações a respeito, eu acho que o dia-a-dia acaba nos atropelando e nós não fizemos isso, mas como a Jussara lembrou, o entendimento ao final da reunião da CTAP é que se instalaria uma estação telemétrica, não é isso? Para poder medir, justamente se o impacto no Salto do Yucumã era decorrente da barragem, ou não, ou se era mudanças climáticas, eventos de seca que ocorreram. Então, se faria essa medição, precisaria, acho que de um período, para justamente uma confiabilidade nos dados e depois nos traria de volta. Então esse foi o acordado. Mas fica aqui registrado, está gravado, para nós justamente, então, procura-los para ver qual é o andamento. Caso já tenha uma resposta, nós podemos convocar uma CTAP para poder rediscutir a questão. Caso não tenha sido solucionado, na verdade. Caso solucionado, nós podemos encaminhar por e-mail os resultados.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Ok. Eu creio que a pesquisa que o Tarcísio fez é exatamente para isso, seria interessante se nós tivéssemos, às vezes, o Plenário cheio, para exatamente nós vermos aqui, o que é a percepção que está tendo conosco. Então, tem essa questão da agilidade, quer dizer, tem ou não tem agilidade, mas é essa a percepção. Então, é para

provocar, exatamente, essa reação entre nós aqui e trazer. Eu gostaria de reafirmar, essa pesquisa foi feita por todo o esforço do Tarcísio, pessoal, foi fora o salário dele, saiu de graça tudo isso, quer dizer, não teve nenhuma consultoria, nada, saiu de graça. Eu reputo uma das pesquisas, inclusive pela forma como o Tarcísio apresentou aqui, de fácil visualização, que é uma interpretação dele, pode vê o ruim, pode ver o mal, o bem, vai estar aí, quer dizer, cada um ver do jeito que quer e está aí. Eu acho, está o diretor aqui, o Sérgio, eu imagino que é tipo de atividade que nós podemos continuar melhorando, melhorando assim, colocando outras questões, deixando a questão mais clara, alguma coisa assim ou botando outra alternativa, mas eu, essa época que eu estou aqui no Conselho, uma das mais positivas que eu, com relação à política e a... Eu como próprio Conselho que venho aqui. Então, eu, enfim, sou suspeito em dizer, mas eu pessoalmente parabeno o Tarcísio pela... Mas eu creio que é um... O Sérgio pode falar, é um sentimento nosso, todo, da Secretaria de Recursos Hídricos sobre isso e do nosso colega. Se não tem mais nenhuma pergunta... Obrigado Tarcísio. (*Palmas!*). Bom gente, estamos finalizando, tem aquele último itenzinho, se alguém quiser dar alguma informação, algum aviso, tem bastante. Ivo (...) primeiro, o Jeferson, o Paulo e Willy. Faltou Jussara. Não. Jussara está lá.

A SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva do CNRH - Nós também temos um informe a falar sobre o diálogo. Então, depois da fala de todo mundo, nós vamos falar sobre o diálogo.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Primeiro quem foi? O Ivo, Jeferson, Paulo. O Willy, Jussara e Roseli. Gente, só um pouquinho. É informe, não é despertar assunto polêmico aqui. É informe.

O SR. IVO MELLO – TITULAR (IRGA) - Um dos informes eu já resolvi, que era o negócio do Salto do Yucumã. E a segunda também em relação ao Rio Uruguai, só para informar o Conselho, nós sabemos que têm problemas que são fora do Conselho de Recurso Hídricos, está tudo mais ou menos encaminhado, conforme as resoluções do Conselho de Recursos Hídricos da formação do Rio Uruguai, mas está trancado nos 2 governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que têm entendimentos lá, que não estão querendo deixar, fazer com que ande e tenha a celeridade necessária, mas a informação que eu trago é que o Ministério Público Federal está nos incomodando demais, está mandando notificação, pedindo para informar o que está acontecendo, por que que não mando, etc., eu sou o coordenador pela parte dos comitês do Rio Grande do Sul, do grupo pró Comitê do Uruguai. Então, eu tenho sido alvo de notificações do Ministério Público Federal, cobrando por que não tem o Comitê e por quê. Então, nós estamos informando tudo que nós temos feito, mandando, inclusive as resoluções do

Conselho Nacional de Recursos Hídricos, conforme reza a Lei da formação de comitês. Então, a título de informação só. Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Obrigado. Jéferson.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO (OTEP) – Bem, boa tarde a todos. Jeferson Nascimento, OTEP. Como informe, nós temos que colocar aqui para vocês, que na última reunião nós colocamos que iríamos iniciar os trabalhos do ProfÁgua, esse trabalho foi iniciado, são 114 alunos distribuídos em 6 universidades, no País, com os respectivos orientadores, já trabalhando sobre gestão e regularização de recurso hídricos. Esse projeto tem o apoio da ANA, Agência Nacional de Águas, com a Capes. A primeira parte da liberação dos recursos foi da ordem de 1 milhão 518 mil reais, e... Que bom, já é uma visão... É uma visão de futuro, quando venderem já está o nome certo. E aí, essa colocação, porque eu gostaria de compartilhar com os senhores e as senhoras, as senhoras e os senhores, sobre a diferença que é dar aula para pessoa que realmente já estão no sistema. Entendeu? Professora Jussara também coaduna essa posição, o Paulo Samuel também. Por quê? Porque as pessoas, ela viajam, aqui nós temos o Bento que é o nosso aluno lá, nós temos o João também, que veio nessa Plenária, é nosso aluno. E assim, eles saem de Goiânia, vão para a Ilha Solteira, uma distância significativa de carro, chegam lá têm aula à tarde, tem aula a noite, tem aula sábado de manhã, sábado à tarde, voltam para os seus respectivos locais de origem e vão, realmente querendo aprender, havidos por aprender, coisa que nós não vemos muito em mestrado Acadêmico. Essas pessoas todas estão se deslocando sem um tostão de auxílio governamental, com o dinheiro do próprio bolso, por exemplo, no IPH, só para relatar para os senhores, nós temos pessoas que saem daqui de Brasília e vão ter aula no IPH. Está entendendo? Pessoas que saem de Campo Grande e vão ter aula no IPH, certo? Então, estamos integrando esse país, de norte a sul. Na OEA, que é a nossa universidade co-irmã lá no Amazonas, universidade do Estado do Amazonas, pessoas saem de Rondônia e vão para lá, entendeu? Quer dizer, você cruza a floresta inteira para ter aula. Mesma coisa acontecendo, pessoas da Paraíba, pessoas do Rio Grande do Norte indo para Pernambuco, pessoas de Minas Gerais indo para o Espírito Santo, Rio de Janeiro também. Então, é assim, muito gratificante para nós e eu quero dar esse retorno, não sei se o colega da ANA, para ver que realmente é uma indução que valeu apenas. Nós faremos uma proposição a Capes, de abrímos de novo, se for possível, se a Capes assim permitir, eu espero que permita, vamos fazer todo o trâmite para isso, para que nós dobremos o número de instituições, nós estamos com 6, passemos a 12 e dobremos também, o número de alunos ingressantes, a

partir de 2017. Eu acho que isso é um grande avanço e isso é a amostra cabal de que você pode ter uma integração. Esses docentes não estão ganhando um centavo, quando a professora sai da sua residência e do seu local de origem, que é Santa Maria e se desloca até Porto Alegre, ela tem uma diária fantástica, de 171, onde era muito boa, assim, dá para ela fazer muita coisa, 172, é uma coisa muito alta, não sei como é que ela está investindo isso. 172 que é melhor. Então, 172 reais. Então, é assim, a tabela da capes de diárias que nós usamos, ela não é reajustada desde 2006, acompanha muito o salário de vocês aí, que também não é reajustado há muito tempo, mas eu acho que 2006 para cá alguém teve um reajustzinho um pouco demais, mas a tabela de diária da Capes ela não tem reajuste, isso é apenas uma constatação, não é uma crítica, mas estamos desenvolvendo um trabalho sério, honesto e digno, porque essa prova foi feita no mesmo horário, horário de Brasília, ela começou isso em um sábado, as questões foram abertas todas na frente de todos os... Nós fizemos tudo pela Vunesp, que é um órgão sério, um órgão que toma conta de vestibulares no Estado de São Paulo, há um custo baratíssimo de 4 mil e 500 reais. Isso tudo está transparente no site nosso. Então, realmente é importante que nós mostremos que são feitas ações reais para melhoria da gestão e regularização dos recursos hídricos nesse País. Então, eu gostaria de colocar isso, porque nós só temos informes negativos, às vezes, ah, não sei o que, morreu fulano. Então, 2016 teve um informe, realmente positivo, que essa ação da ANA, capitaneado pela questão da Secretária de... Umberto, o pessoal da capacitação, foi muito positiva. E as universidades agradecem e esperamos realmente, que cresça isso, e depois ele seja integrado a secretarias de recursos hídricos, e a empresas que queiram desenvolver, certo? Seus quadros, em seus quadros, técnicos, melhoria na questão de gestão e regularização de recursos hídricos. Está bom? Por enquanto nós estamos com 114 alunos, são 57 docentes permanentes, o curso já nasceu com nível 4, o que é muito raro, um curso profissional com nível 4. E por incrível que pareça, a Capes, devido o aporte financeiro, vai ser o único curso que, menos de ano, que vai ser avaliado. Então, nós ganhamos esse bônus da Capes, temos que fazer toda a parte de prestação de contas, tudo isso em menos de um ano, em fevereiro a Capes vai lá, vai visitar, eu não sei nem como é que é isso, amanhã eu vou dar uma olhada para ver como é que vai ser, mas aí ainda tenho isso para tomar conta. Agradeço a todos aqui presentes, agradeço por terem me dado um voto de confiança na Comissão de Ética, que esperamos, realmente, que continue fazendo um trabalho profícuo. Muito obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Obrigado Jéferson. Paulo.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL – TITULAR (COMITÊS) - Trago primeiro uma preocupação nessa abertura de informes, eu já tinha, ontem tinha me manifestado na hora do almoço com Júlio, mas não poderia deixar de trazer

5214 para o restante dos conselheiros. Nesse Encob, no Encontro Nacional de Comitês
5215 de Bacia, que esse ano de 2006 em Salvador, o qual eu fui convidado para relatar
5216 uma palestra sobre a situação dos comitês de bacia, nós fizemos um
5217 levantamento junto com o Consórcio PCJ e encontramos, dentre as minhas
5218 apresentações, abordei um tema que é a mudança da Lei, a proposta de mudança
5219 da Lei 9433 de 97, que agora, janeiro, fevereiro, completa 20 anos aí, do sistema.
5220 Então, o sistema ainda anda um pouco lento, não está ainda todo ele pronto e tem
5221 inúmeros projetos de lei na Câmara, indo para o Senado, propondo mudanças,
5222 para ser mais exato, o último levantamento nosso, assessoria jurídica do
5223 Consórcio PCJ, eram 66 Projetos de Lei. Então, eu trago essa manifestação, esse
5224 informe ao Conselho, eu sei que nós temos aqui, diversos segmentos e trazer
5225 também essa Secretaria Executiva, para poder, talvez um trabalho muito bom,
5226 parabéns ao Tarcísio, nesse nível, nos trazer aqui um informe nesse sentido, uma
5227 pesquisa, como é que está. De todos os projetos que eu pude observar, eu me
5228 atreveria, o Júlio diz que é um pouco mais, mas em torno de 97% dos 66, quer
5229 mexer no fundo de recursos hídricos, inclusive do nosso Estado lá, e tem o
5230 deputado que propõe retirar recurso do fundo para pavimentar rua. Então, eu,
5231 quando eu fiz a minha colocação na palestra, não quis colocar Deputado só dos
5232 outros Estados, peguei lá do nosso também. Então, essa preocupação, eu acho
5233 que se o Conselho não... Se a Secretaria não tem ou se Ministério, o pessoal lá,
5234 do PCJ, a assessoria jurídica está em um trabalho bastante sério, poderia até ser
5235 convidado para vir aqui, em uma apresentação. Esse é o primeiro informe que eu
5236 tenho. O segundo, foi decidido agora o nosso encontro, nossa reunião, o Encontro
5237 Nacional de Comitê de Bacia, em 2007 será em Brasília, isso aí já está definido,
5238 de 15 a 20 de outubro, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães. Então, esse
5239 já está a 15 a 20 de outubro. Bom, o último teria, aqui fica alerta, o Ivo já se
5240 manifestou, o quanto a Câmara transfronteirista, que faz uns 2 ou 3 anos que não
5241 se reúne. Então... E nós temos inúmeros problemas no nossos rios. Então, com
5242 essa nova composição esperamos que a Câmara (...). Era isso. Obrigado.

5243
5244
5245 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA)** – Vou passar a
5246 palavra para o Willy. Mas Paulo e Ivo, por favor, enviem para nós, esses *feedback*,
5247 para ter os temas que podem ser discutidos na Câmara, porque é isso que está
5248 faltando. Willy.

5249
5250
5251 **O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA (FONASC.CBH)** – Mais uma vez aqui, para
5252 atrasar a ida de todo mundo, de volta para casa. Eu queria dizer que alguns dos
5253 itens que essa abrange, aliás, eu acho que poderia ser publicado, de repente no
5254 próprio site, não sei se é possível, mas seria interessante transparência total. E
5255 alguns desses temas que abordam a pesquisa já vem sendo discutido e nós
5256 temos lá, na página da nossa, da associação de entidades, alguns desses temas
5257 que já foram discutidos. Endossamos a fala do Wilson em que urge para o bom
5258 funcionamento e evolução da Política Nacional de Recursos Hídricos, uma

alteração do Conselho Nacional de Recurso Hídricos, na sua composição, porque vai contra a própria Lei multissetorial da política das águas, acaba que é um funil no ápice da pirâmide, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, engessa de certa monta, o desenvolvimento dos trabalhos, a democratização da discussão. E a composição aqui não estava de acordo com essa Lei. Então, endosso você, viu Wilson? Em relação a isso. A outra é que já fizemos uma proposta aqui, de um GT para acompanhar o Rio Doce, seria interessante, em algum momento, nós observarmos esse documento, que eu acho que já foi apresentado, mais ou menos um ano atrás e aproveito a ocasião para dizer também, que existe um grupo de acompanhamento, pelo menos em Lei, do aquífero Guarani, que não se reúne, parece que já há uns 5 ou 6 anos, e por toda a crise que aconteceu por ali, imaginamos que deva ser hoje, uma situação caótica de regularidade, uso e abuso, não só do guarani, como do Bauru também. Eu gostaria de agradecer a qualidade da mesa, da secretaria, nos trabalhos aqui comandados, lembrar a figura de Ricardo Soavinsk, que esteve aqui conosco. Agradecer a postura do novo secretário e enaltecer a figura do grande gestor ambiental, que o Zequinha Sarney, meu companheiro de organização partidária, do qual ele é meu calouro. E gostaria de lembrar vocês, que no dia 11, de grande gestor ambiental, seria bom que ficasse, permanecesse até o fim desse governo, não sei se esse Governo tem fim, eu não sei quando que acaba, mas que a grande figura, unanimidade dentro desse contexto dessa governabilidade aí, é o Ministro do Meio Ambiente. Eu gostaria de, para encerrar, gostaria de lembrar a vocês que no dia 11 de janeiro completam 6 anos da maior tragédia climática do Brasil, que atingiu a minha cidade, e além dela Teresópolis, e Petrópolis, onde muitas pessoas morreram. Então, eu gostaria da solidariedade do Conselho, nessa data do dia 11 de janeiro, se pudesse enviar uma nota a população de Nova Friburgo, só no município foram 500 mortes e ninguém acredita que foram somente essas 500, imaginam um valor 3 vezes superior ao do registrado. Então, eu ficaria feliz se, de repente o Conselho ou o Ministério do Meio Ambiente, uma nota, um artigo, uma saudação a todas essas vítimas e a tragédia que ocorre eu lá, que o Conselho pudesse participar dessa ocasião. Fica a sugestão aqui, para vocês. Bastaria uma nota, uma lembrança ao Prefeito da cidade ou a comunidades de Friburgo, seria muito bem recebida pela aquela comunidade que sofreu demasiadamente. Vocês não têm noção do que aconteceu lá, foi realmente terrível. Todos somos sobreviventes. Obrigado pela atenção, parabéns pela condução das palavras e os conselheiros que conseguiram ficar aqui até o final. Somos um grupo de ouro. Parabéns para todos.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Obrigado Willy. Nós vamos ver da possibilidade de fazer essa solicitação sua. Jussara.

A SRª. JUSSARA CRUZ (ABRH) – Eu não sei se eu sou a última, mas eu tenho 2 informes, um bom e o outro, felizmente nada bom. O primeiro é com relação às oficinas que as associações técnicas, a Associação Brasileira de Recursos

Hídricos, por iniciativa dela, no apoio institucional da SRHU, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental, é assim a ABES. A ABES. Mais o Comitê Brasileiro de Barragens que, aliás, parceirão, inclusive na estruturação, nas rodadas nacionais. E um grande número de outras instituições que ao longo das 11 oficinas que nós promovemos nos auxiliaram, a Agência Nacional de Águas na última, dia 29 de novembro. Nós discutimos abertamente, não só as propostas Legislativas de alteração na Lei de segurança de barragens, como também outros aspectos importantes que nós entendemos que seriam importantes serem discutidos. Todo esse material, nós estamos, o Tarcísio tem todo, tem os links de tudo isso, nós estamos incluindo os relatórios e assim que nós fizemos a leitura final, para não publicar alguma coisa já com alguma coisinha nós tenhamos que corrigir depois, eu imagino, até segunda-feira eu preciso chegar de volta a Santa Maria, para depois poder fechar isso. Então, eu vou disponibilizar tudo, todo esse esforço de debates para vocês. E a notícia não muito agradável, eu acabei de receber aqui no e-mail, um e-mail do Gerson Kelman, informando que a esposa do Braga, do nosso Presidente do Conselho Mundial da Água, acabou de falecer. Então, eu poderia só uma, enfim, um momento de condolências para o nosso querido Braga. É um registro. Obrigada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) – Bom, eu acho que podemos ficar 1 minuto aí, em pé. Então, fica o nosso registros aqui, do Conselho, pesar pelo falecimento da esposa do nosso colega Benedito Braga e, enfim, nossas condolências, pesar nosso, de todos nós. Roseli.

A SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva CNRH) – Eu já tinha até mencionado bem, naquela hora que eu estava falando do programa da Secretaria Executiva, mas a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, juntamente com a Agência Nacional de Águas, o IPEA e o Banco Mundial, nós estamos coordenado pela Agência Nacional de Águas, nós estamos com esse projeto, diálogos para o aperfeiçoamento da política e do sistema de recursos hídricos, que visa justamente fazer uma avaliação da política, nesses 20 anos aí, que vai... Nesses 20 anos. O objetivo dele é, justamente apresentar recomendações concretas, e estratégicas para direcionar, justamente os próximos passos, e fortalecer o sistema desses anos que virão. Então, o objetivo específico é avaliar os avanços produzidos pela política e avaliar as principais lacunas e fragilidades da política. Uma ideia justamente é essa, não é Paulo? De nós identificarmos quais são os... Nós sabemos que o Congresso Nacional tem vários Projetos de Lei tentando mudar aí, às vezes fragilizando os avanços da política. Então, a ideia também é fazer uma avaliação do que está sendo discutido no Congresso, mas principalmente fazer, identificar o que pode ser avançados, o que tem que ser melhorado dentro da política. Então, vão ser várias etapas, em todas essas etapas nós vamos envolver o Sistema Nacional, seja aí, por meio das entrevistas, seja por meio das oficinas, já estão ocorrendo isso. Então, a primeira etapa foi o

5349 alinhamento, identificação das dimensões de análise da Política Nacional de
5350 Recursos Hídricos, isso já ocorreu, que foi de outubro, que iniciou em outubro e se
5351 encerrou agora, vai sair um relatório sobre isso. A etapa segunda, que vai ser o
5352 diálogo, são os estudos de casos, que nós vamos identificar quais estudos de
5353 casos seriam interessantes para nós avaliarmos. E vão ter vão ter as oficinas
5354 regionais, e oficinas temáticas, vai ocorrer no primeiro semestre. E a etapa
5355 terceira, que é a proposição, oficinas e o Seminário Nacional, que vai ocorrer
5356 justamente aí, no 2º semestre. Então, eu acho que em dezembro nós já vamos ter
5357 um bom, um estudo já bem avançado e nós vamos poder apresentar aqui, para o
5358 Conselho. Como eu disse, em todas as etapas nós vamos envolver o Conselho, o
5359 sistema, nas oficinas principalmente. Vocês receberam um informe que nós
5360 encaminhamos, falando sobre esse projeto. Então, a ideia é justamente que no
5361 que Fórum Mundial da Água, que vai ser em 2018, aqui em Brasília, nós façamos
5362 o lançamento dessa publicação, desse resultado, desse diálogo. Então, é para
5363 deixar vocês a par do que está ocorrendo, nós achamos importante fazer isso, e
5364 realmente nós ficamos preocupados em relação a algumas questões que estão
5365 sendo discutidas no congresso. Então, eu acho que nós nos antecipando e saindo
5366 um resultado e um documento desse, Conselho, nós conseguimos adiantar
5367 algumas coisas que estão sendo tratadas lá, sem a devida preocupação, que nós
5368 tenhamos um olhar diferenciado em relação a isso. Então, é mais ou menos
5369 repassar para os senhores, eu acho que da próxima reunião nós já vamos ter um
5370 resultado bem mais avançado, nós vamos poder trazer aqui, algumas, os
5371 primeiros resultados e acho que, talvez nós façamos aí, uma tentativa de fazer
5372 uma apresentação no início, que aí nós conseguimos ter todos os conselheiros
5373 aqui. Eu acho que vai ser mais bem produtivo, ia ter maior contribuição. Mas é
5374 isso, nós ficamos a disposição, se tiver alguma informação maior que vocês
5375 queiram saber sobre esse projeto, amanhã nós temos uma reunião, não é
5376 Tarcísio? Sobre isso, mas aí nós ficamos a disposição. Eu não sei se o Maurício.
5377 Maurício, você gostaria de complementar sobre isso? Não, não é?

5378
5379
5380 **O SR. ANTONIO CALAZANS R. MIRANDA (Secretaria-Executiva CNRH) -** Eu
5381 só queria dar um informe rapidinho aqui, que, bom, a respeito do tema reuso de
5382 água. O Ministério das Cidades está com um projeto junto ao IterÁguas, já em
5383 andamento. Já tivemos uma oficina de trabalho na semana passada. Não, foi no
5384 início dessa semana, na verdade, em que nós já estamos analisando questões
5385 relativas a critérios. O objetivo geral desse trabalho lá, desse projeto, encabeçado
5386 pelo Ministério das Cidades, é colher subsídios para instituição, para ter uma linha
5387 de atuação para instituição de uma política de reuso de água no Brasil, mas
5388 voltada para o reuso de esgoto sanitário. Paralelo a isso, o CNRH nós já sabemos
5389 que o tema de reuso entrou nos temas prioritários do Conselho, para ser
5390 trabalhado nas Câmaras Técnicas, tanto que a Câmara Técnica de Ciência e
5391 Tecnologia vem trabalhando nesse tema, já há algum tempo, já foram realizadas
5392 duas oficinas, uma sobre o reuso na indústria, e outra reuso agrícola, e agora,
5393 aliás, o trabalho da CTCT ele é um pouco mais amplo do que esse projeto do

5394 Ministério das Cidades, que prevê, o projeto do Ministério das Cidades é só o
5395 reuso voltado para o esgoto sanitário, já no âmbito do Conselho, nós entendemos
5396 que tem que partir para uma coisa mais abrangente, que é partir para o uso
5397 racional, primordialmente, sendo que o reuso, ele é uma das formas de
5398 racionalização do uso que pode estar incluído dentro do contexto do uso racional
5399 da água. Então, aí, quer dizer, no âmbito da CTCT, o CNRH vem trabalhando,
5400 então, nesse tema e ainda com a previsão de mais uma oficina, de 20, 21 de
5401 fevereiro, sobre o reuso, sobre a qualidade do reuso, isso no âmbito da CTCT.
5402 Não. Esse no projeto do Interáguas. O da CTCT, também existe uma expectativa
5403 de uma oficina também, no próximo ano agora, sobre o uso racional e reuso da
5404 água doméstico, no meio doméstico, para fechar todo o arcabouço de subsídio,
5405 quem sabe pode ser uma base aí, para alguma regulamentação no âmbito do
5406 Conselho. Eu acho que já é hora de acabar mesmo, a reunião, acabaram as
5407 baterias aqui, do... Agradeço a todos, mas eu só queria deixar esse informe aqui,
5408 para todos estarem...

5409

5410

5411 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT – TITULAR (MMA) –** Obrigado
5412 Antônio. Olha, eu quero, antes de mais nada, bom, vocês sabem que faz tempo
5413 que eu estou no Conselho, para mim, que eu me lembre, essa foi uma das
5414 reuniões com maior número de deliberações do Conselho, eu acho que foram 17,
5415 não é? Inclusive, de apresentações, 17, 18. E tinha, vocês viram, tinham alguns
5416 temas bastante polêmicos. Então, eu quero agradecer, quero agradecer os 23 que
5417 ficaram aqui, que são 6 e 10. Agradecer a todos. 6 e 20, era 6 e 10 quando o
5418 Antônio começou a falar. Então, eu quero agradecer mais uma vez e parabenizar
5419 a todos aí, pelos entendimentos que nós tivemos aqui, que realmente eu achava
5420 que tinha alguma coisa que ia ter uma complicação maior, mas foi muito bem
5421 encaminhado. Obrigado. *(Palmas)*.